



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A LOUCA E O BELO:
A EFICÁCIA DO CASAMENTO POLÍTICO ENTRE JUANA DE
TRASTÂMARA E FELIPE DE HABSBURGO (séc. XV-XVI)

MARCOS VINÍCIUS MARINHO FERNANDES

BRASÍLIA

2018

MARCOS VINÍCIUS MARINHO FERNANDES

A LOUCA E O BELO:
A EFICÁCIA DO CASAMENTO POLÍTICO ENTRE JUANA DE
TRASTÂMARA E FELIPE DE HABSBURGO (séc. XV-XVI)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para a defesa da dissertação de Mestrado.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Filomena Coelho

BRASÍLIA

2018

Agradecimentos

Ofereço esta dissertação em ação de graças a Deus, Uno e Trino, depositando este mestrado aos pés do Divino Mestre. Também manifesto minha gratidão à Virgem Maria, Sede da Sabedoria.

Agradeço aos meus pais, Luís Carlos e Alessandra, e meu irmão, Luís Eduardo, por seu apoio constante, sem o qual esta dissertação não teria sido possível.

Agradeço à minha orientadora, Maria Filomena Coelho, por sua grande diligência em acompanhar-me nessa etapa de minha formação. Além de auxiliar-me esmeradamente no trabalho de pesquisa e escrita, muitas vezes preocupando-se – com razão – com meus prazos e atrasos, é preciso dizer que também foi excelente no que ela chama de “animação de pesquisa”, tornando a experiência do Mestrado muito prazerosa através de nossas conversas e caronas.

Agradeço ao Prof. Matteo Giuli, que me acompanhou e aconselhou desde o início desta pesquisa, durante a graduação. Igualmente, agradeço à Prof. Marcella Lopes Guimarães pelas contribuições feitas na defesa do projeto.

Agradeço ao Prof. Raymond Fagel por sempre responder aos meus questionamentos com atenção e erudição.

Agradeço à pesquisadora Maria Teresa Chicote Pompanin, cujo tema de pesquisa coincide parcialmente com o meu, pelas sugestões e direcionamentos.

Agradeço ao Sr. José Manuel Calderón Ortega e à Fundação Casa de Alba por ocontribuir com informações importantes.

Agradeço aos membros do Projeto de Estudos Medievais da UnB, no qual, indo além dos objetivos estritamente acadêmicos, formaram-se valiosas amizades.

Finalmente, agradeço aos meus padrinhos, parentes e amigos, cujos nomes tomariam demasiadas folhas se fossem citados um por um, por sua companhia, ternura, e divertimento nos momentos em que o trabalho da pesquisa se tornava cansativo. Cito especialmente os amigos que foram também colegas mais próximos: Bráulio, Gustavo, Rodrigo, Thaís e Vanessa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado.

*Princesa enamorada sin ser correspondida.
Clavel rojo en un valle profundo y desolado.
La tumba que te guarda rezuma tu tristeza
a través de los ojos que ha abierto sobre el mármol.*

*¿Tienes los ojos negros abiertos a la luz?
¿O se enredan serpientes a tus senos exhaustos...?
¿Dónde fueron tus besos lanzados a los vientos?
¿Dónde fue la tristeza de tu amor desgraciado?
En el cofre de plomo, dentro de tu esqueleto,
tendrás el corazón partido en mil pedazos.*

Elegía a Doña Juana, la Loca – Federico García Lorca, 1918

Resumo

Este é um estudo sobre o matrimônio de Juana, *la Loca*, de Castela e Aragão, com Felipe, *el Hermoso*, da Borgonha, na perspectiva da cultura política em que foi concertado e levado a cabo, entre o final do século XV e começo do XVI. Para boa parte da historiografia, tratou-se de um enlace negativo, cujas consequências se desviaram dos planos que presidiram o pacto inicial. Portanto, em certa medida, um fracasso estratégico. Numa perspectiva diferente, pretende-se estudar a eficácia da aliança matrimonial de Juana e Felipe, por se considerar que os casamentos dinásticos, tal como outros importantes instrumentos políticos, tinham um papel flexível que se ajustava às dinâmicas de cada momento. Será explorado um *corpus* documental variado, que cobrirá desde os anos de negociação, a partir de 1494, passando pelos dez anos de matrimônio propriamente dito, até as suas consequências após a morte de Felipe, em 1506, deixando uma rainha viúva que seria um problema familiar e político até 1555.

Palavras-chave: Matrimônio. História política. Juana de Trastâmara. Felipe de Habsburgo. Castela.

Abstract

This is a study about the matrimony of Juana, the Mad, of Castile and Aragon, and Philip, the Handsome, of Burgundy, in the perspective of the politic culture where it was arranged and performed, between the end of the XVth century and the beginning of the XVIth. For many historians, it was a bad union, whose consequences deviated from the plans that presided over the initial pact. It would be, then, a strategic failure. In a different perspective, we intend to study the efficacy of Juana and Philip's matrimonial alliance, since dynastic marriages, as an important political instrument, had a flexible role that allowed it to adjust to the circumstantial dynamics. The study will lead to an analysis of a diverse documental corpus, reaching from the years of negotiation, since 1494, the ten years of proper marriage, to its consequences after Philip's death, in 1506, leaving behind a widow queen who would be a familiar and political problem until 1555.

Keywords: Matrimony. Politic History. Juana of Trastámara. Philip of Hapsburg. Castile.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
LISTA DE ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	10
Concerto de vozes: historiografia e arte	14
Fontes documentais	21
CAPÍTULO 1 - Bodas de Papel: a elaboração legal do enlace	31
1.1 Casamentos por procuração	32
1.2 Dar efeito aos matrimônios: as bodas flamencas	48
CAPÍTULO 2 - Os efeitos e a eficácia do casamento	64
2.1 A duquesa sem corte	64
2.2 Crescei e multiplicai-vos	75
2.3 Honrar pai e mãe	82
2.3.1 Os legatários do Reino	85
2.3.2 A última tentativa	92
2.4. Uma só carne: o marido da rainha é rei?	98
CAPÍTULO 3 - Mãe, Rainha, Viúva	108
3.1 O breve reinado da Viúva	108
3.2 Contenda entre avôs	116
3.3 A Rainha e os Rebeldes	119
3.4 O legado da rainha louca de amor	124
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS	134
1 - FONTES PRIMÁRIAS	134
2 - BIBLIOGRAFIA	135
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	140

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 – Primeiro fólio das palavras de presente firmadas entre Maximiliano e o embaixador Francisco de Rojas	33
2 – Felipe, o Belo, e Margarida da Áustria, atribuídos a Pieter van Coninxloo	43
3 – Assinaturas dos irmãos Felipe e Margarida nas capitulações	44
4 – Assinatura de Maximiliano nas capitulações	44
5 – A fortuna de Margarida de Áustria	50
6 – <i>Doña Juana I de Castilla</i> , Mestre de Affligem	60
7 – Margarida de Áustria, anônimo flamenco	60
8 – Chegada de Juana de Castela em Flandres no romance <i>Der Weißkunig</i>	65
9 – O arquiduque Carlos com suas irmãs Leonor e Isabel, Mestre de Georgsgild	77
10 – <i>Los príncipes muy excellentes de castilla y de aragon</i> , de Pedro Marcuello	82
11 – <i>Los Reyes don fernando y donya ysabel y la Real Infanta su hija doña Juana</i> , de Pedro Marcuello	83
12 – <i>Doña Isabel la Católica dictando su testamento</i> , Eduardo Rosales	92
13 – Tríptico de Zierikzee, Mestre de Affligem	99
14 – <i>Gradual de Felipe el Hermoso y Juana de Castilla</i>	99
15 – <i>Felipe el Hermoso</i> , anônimo	100
16 – <i>La Demencia de Doña Juana</i> , Lorenzo Vallés	108
17 – <i>Doña Juana la Loca ante el sepulcro de su esposo, Felipe el Hermoso</i> , de Francisco Pradilla	109
18 – Detalhe da figura anterior	109
19 – Cena do filme <i>La Corona Partida</i>	110
20 – <i>Juana la Loca em Tordesillas</i> , de Vicente Palmaroli y González	123
21 – <i>La reina doña Juana la Loca, recluida en Tordesillas con su hija, la infanta doña Catalina</i> , de Francisco Pradilla	124
22 – <i>Exorcismo de Juana la Loca</i> , de Willem Geets	125

Lista de Abreviaturas

AGS – *Archivo General de Simancas*

COPLAS - *Coplas hechas sobre el casamiento de la hija del Rey de España con el hijo del Emperador*

LSP – *Las Siete Partidas*

ST – *Suma Teológica*

INTRODUÇÃO

"Ayuntando-se marido y muger por aver linage no peccam".¹ Esse verbete que, num repertório de leis castelhanas do século XVI, explica a natureza do matrimônio, é uma boa pista para iniciarmos as reflexões sobre o objeto desta dissertação. A frase sintetiza a própria ordenação bíblica, que desejava que homens e mulheres crescessem e se multiplicassem, mas alerta também para a mácula da cobiça, que poderia suscitar bodas desordenadas. Tal perigo era evitado por meio da intenção de ter descendência, o que constituía um serviço à família e era considerado um motivo honrado para contrair matrimônio. Entretanto, não é qualquer tipo de descendência, mas aquela a que a fonte chama linhagem.

Este trabalho tem como objetivo estudar um desses matrimônios por linhagem: a união entre Juana, a Louca, filha dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, com Felipe, o Belo, da Borgonha, filho de Maximiliano I e de Maria da Borgonha. Nascidos, respectivamente, em 1479 e 1478, casaram-se em 1496, simbolizando a união das duas casas reais: os Trastâmaras e os Habsburgos². Esse casamento insere-se numa longa tradição de construção de laços familiares no ocidente cristão, da qual as monarquias participavam ativamente, constituindo-se em verdadeiros modelos. Assim, tal como Juana foi enviada a Flandres para casar com Felipe, a irmã deste, Margarida, foi enviada a Castela para desposar o príncipe João, irmão daquela³. Casamentos cruzados que propiciariam o fortalecimento da união das duas linhagens.

A intenção desses enlaces era que, posteriormente, Margarida se tornasse rainha de Castela, e Juana imperatriz do Sacro Império Romano Germânico. Uniões matrimoniais duplas, em que duas casas trocam suas filhas para que ambas se tornassem consortes de um monarca, aconteceram até o fim do século XVIII na Península Ibérica⁴.

¹ Em 1540, baseando-se nas *Siete Partidas*, Celse-Hughes Descousu reorganizou a compilação de leis de Alfonso X sob a forma de verbetes temáticos. No verbete "Matrimônio", registra-se a passagem em epígrafe, que pode ser traduzida por: "se um homem se casa com uma mulher por motivos linagísticos, não pecam". DESCOUSU, Celse-Hugues. **Reportorio Universal de todas las leyes destos Reynos de Castilla**. Medina del Campo: Juan Maria da Terranova e Iacome de Liarcari, 1553, fl. 210.

² SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.). **Coleccion de documentos inéditos para la Historia de España**. Tomo VIII. Madri: Viuda de Calero, 1846, p. 35.

³ SALVÁ; BARANDA, *op.cit, loc. cit.*

⁴ Ainda no século XVIII, uma troca de princesas ocorreu entre Portugal e Espanha. A infanta portuguesa Maria Bárbara de Bragança casou-se com o herdeiro espanhol, futuro rei Fernando VI. Seu irmão, o futuro rei de Portugal José I, casou-se com Maria Vitória, irmã de Fernando. Cf. ARMSTRONG, Edward. **Elisabeth Farnese: The Termagant of Spain**. Longmans & Company, 1892, p. 265.

Se um matrimônio representava a união dinástica e política de duas famílias, uma união cruzada tornaria esse laço ainda mais forte.

De acordo com as interpretações correntes, o principal motivo que levou à concretização dos dois casamentos foi o interesse em comum de Maximiliano e dos Reis Católicos de formarem duas frentes de oposição à França⁵. Situada entre Aragão e o Sacro Império, a França disputava com eles a posse de territórios. A situação agravou-se quando se rompeu o antigo compromisso de casar o delfim Carlos com a arquiduquesa Margarida. Foi nesse contexto que Maximiliano rearranjou a aliança de forma a que Margarida se tornasse a princesa de Astúrias e Juana a arquiduquesa da Áustria.

Essa dupla aliança entre os Trastâmaras e os Habsburgos pretendia, assim, ser uma solução a um problema. Entretanto, os acontecimentos que se seguiram parecem pôr em xeque a eficácia desse plano⁶. João, príncipe de Astúrias e herdeiro de Fernando e Isabel, acabou por morrer muito jovem e sem herdeiro, apenas seis meses depois do casamento. Sua irmã mais velha, Isabel, casada com o rei Manuel de Portugal, tornou-se a nova herdeira do reino, em 1497. Mas com a sua morte no ano seguinte, e da de seu primogênito, a herança de Castela acabou por recair sobre Juana.

O acaso, portanto, havia perturbado os planos, pois, na época dos casamentos, embora Juana fizesse parte da linha de sucessão ao trono, não era a herdeira mais provável. Ela não havia sido criada para reinar, mas para ser consorte. Além disso, as notícias dos embaixadores castelhanos em Flandres preocupavam os Reis Católicos. Felipe teria afastado Juana de todo o seu séquito, substituindo-o por pessoas fieis a ele⁷. Os embaixadores tinham dificuldade de reunir-se com Juana, que era tida por muitos como emocionalmente instável e excessivamente apaixonada pelo marido, tornando-se submissa.

Felipe, antes de se casar, já tinha relativa autonomia em relação a seu pai, tendo assumido, após a morte da mãe, o Ducado da Borgonha. Apesar das políticas do Sacro Império hostis à França, Felipe tinha outros planos em mente e acabou por contrariar o pai, com demonstrações de amizade aos franceses. Portanto, Fernando e Isabel tinham como herdeira uma filha que morava longe, com a qual não podiam se comunicar

⁵ FAGEL, Raymond. "El mundo de Felipe el Hermoso: La política europea alrededor de 1500". In: ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (ed.). **Felipe I el Hermoso: la belleza y la locura**. Madrid: CEEH, 2006, p. 57-58.

⁶ PFANDL, Ludwig. **Juana la Loca: su vida, su tiempo, su culpa**. Madri: Espasa-Calpe S.A., 1977, p. 40-41.

⁷ *Ibidem*, p. 52.

seguramente, refém dos sentimentos de um homem que evidenciava não estar comprometido com os interesses do pai e do sogro.

Quando Felipe e Juana viajaram para Castela, para que as cortes jurassem a princesa como herdeira do reino, a rainha Isabel, já enfraquecida pela doença, teria tentado separar o casal durante algum tempo, para que preparasse a filha para governar sem a ascendência do marido⁸. Quando percebeu o plano da mãe, Juana protagonizou um escândalo às portas do castelo ao tentar uma fuga frustrada, passando a noite ao relento. Isabel acabou cedendo ao desejo da filha, expresso de maneira tão escandalosa.

Com a morte de Isabel, em 1504, Felipe e Juana transferiram-se para Castela como reis. Embora Isabel tivesse expressado sua vontade de que Juana fosse sua herdeira e, caso ela se sentisse incapaz de governar, seu pai devesse assumir o trono, os acontecimentos levaram a uma acirrada disputa entre Felipe e Fernando pelo poder. Felipe ter-se-ia aliado aos nobres insatisfeitos com o último reinado, para enfrentar o sogro. Uma vez mais, a morte teve papel político importante, ao retirar Felipe de cena prematuramente, em 1506, causando forte impacto sobre Juana, que deixou que seu pai assumisse a regência de Castela. Após a morte de Fernando, o Católico, a regência recaiu sobre Carlos, filho de Juana e de Felipe, que reinou em seu nome. Juana passou o resto da vida, como viúva, na condição de reclusa em Tordesilhas, na qual seu pai a colocou e seu filho a manteve.

Ora, toda essa longa história de aparentes insucessos e fracassos políticos, de instabilidade e imprevistos, foi interpretada pela historiografia como resultado, dentre outras coisas, de um modelo ineficaz de alianças políticas. Continuar com este tipo de alianças matrimoniais por motivos dinásticos, portanto, seria insistir irracionalmente num modelo que a experiência comprovava que não tinha êxito. Entretanto, sabemos que essa prática vigorou ainda durante muitos séculos, o que nos leva a perguntar no que residia, então, a sua eficácia.

O significado contemporâneo de eficácia na língua portuguesa é a “qualidade daquilo que alcança os resultados planejados; característica do que produz os efeitos esperados, do que é eficaz”; ou ainda a “capacidade de desenvolver tarefas ou objetivos de modo competente; produtividade”⁹.

Essas definições, com relação ao nosso problema, remetem à ideia de um plano anteriormente concebido que, tornando-se realidade, preenche as expectativas que o

⁸ *Ibidem*, p. 58.

⁹ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/eficacia/>. Acesso em: 30 jan 2017.

anteviram, de forma que poderá sobreviver a quaisquer obstáculos que se lhe oponham. É claro que isso implica na estabilidade institucional como condição necessária para seu efetivo funcionamento e prosperidade.

De acordo com a lógica contemporânea, as consequências do matrimônio de Juana e Felipe podem ser interpretadas como negativas na perspectiva política, levando a classificar esse casamento como ineficaz. Não só o plano original de aliar ibéricos e germânicos contra os franceses não foi cumprido, mas, a longo prazo, a aliança matrimonial acabou por tornar-se um problema. Felipe aliou-se aos franceses e desequilibrou a configuração aristocrática castelhana a seu favor e contra seus “legítimos” monarcas, além dos problemas psíquicos que teria causado em Juana, em virtude da relação de amor e ódio que ela tinha com ele.

Coloca-se, portanto, um problema conceitual. Se esse matrimônio, do nosso ponto de vista, é considerado ineficaz, será que também era identificado da mesma forma pelas pessoas daquele tempo? Será que elas insistiam num modelo ineficaz, sem pensar em alternativas?

Provavelmente, não era o caso. É importante lembrar que se tratava de uma sociedade cristã, que não ousava almejar a perfeição das instituições neste mundo. Apesar da idealização formal das instituições tradicionais, como a igreja e a monarquia, seria soberbo pensar que os planejamentos humanos poderiam garantir o controle do futuro. Tal ambição estaria fora da capacidade humana. Assim colocada, a situação deve parecer muito menos cheia de certezas e muito mais ciente da instabilidade natural em que as pessoas viviam. Nesse contexto, alianças políticas – entre elas, a matrimonial – certamente traziam consigo o intuito de ter alguma eficácia, isto é, de ter um impacto na realidade. Essa eficácia não significava, contudo, que a realidade seria modificada tal qual o plano disposto nas cláusulas do contrato. Será preciso formular um novo sentido para eficácia no que se refere ao matrimônio, e, mais especificamente, ao de Juana e Felipe.

Tal sentido se assentará na análise das percepções sobre o matrimônio de Juana e Felipe nos registros que nos foram legados a esse respeito. Em diálogo com a historiografia sobre o assunto, partiremos do que já foi dito sobre o matrimônio e como o problema da eficácia política aparece nas interpretações. Relacionando os discursos das fontes sobre o casal, e como o matrimônio foi valorizado positiva ou negativamente por aqueles que produziram tais registros, deverá ser explicitado o sentido da eficácia da

instituição do matrimônio político. Tal sentido, obviamente, só poderá se revelar à luz do conceito e dos objetivos dos matrimônios por linhagem vigentes na época.

Compreender esse sentido permitirá explicar porque se continuou a praticar o costume dos casamentos entre famílias reais estrangeiras, se a experiência revelava as imperfeições desses projetos. Assim, esperamos mostrar que o casamento de Juana e Felipe possui sua própria forma de eficácia, desde que nos disponhamos a investigar mais a fundo os valores da própria época, principalmente registrados por aqueles que viveram os acontecimentos. Ao contrário, uma vista de olhos pela historiografia, parece apontar para classificações políticas anacrônicas, que se configuram como problema, por colocarem aquele matrimônio conectado a cenários muito mais amplos e alongados no tempo, como o da história nacional da Espanha.

1. Concerto de vozes: historiografia e arte

A historiografia relacionada a Juana e Felipe é vasta e contempla abordagens muito diversas. Principalmente a partir do século XIX, pesquisadores e artistas se debruçaram sobre a história do casal e exploraram-na em livros e obras de arte. Embora todos eles tratassem das mesmas figuras históricas, por vezes chegavam a conclusões muito diferentes e opostas. A historiografia de Juana e Felipe tem um desenvolvimento peculiar, com uma trajetória de adaptações e ressignificações a cada época, de acordo com o que se pensava sobre o casal. É necessário, portanto, estudar também as características das “Juanas” e “Felipes” redesenhadas múltiplas vezes desde o século XIX, para que o problema de pesquisa esteja inserido dentro deste debate, que ainda não terminou.

Na biografia de Juana, escrita por Ludwig Pfandl (1881-1942), a história do matrimônio dela com Felipe é definitivamente uma tragédia para a História da Espanha. Dos quatro capítulos do livro, apenas um é dedicado a Juana realmente. Os demais tratam de seus pais, os Reis Católicos, e de seus sucessores, Carlos V e Felipe II. Há poucas referências bibliográficas no livro, considerando a quantidade de informações que ele aporta. Pfandl coloca Juana como a rainha que, involuntariamente, mudou o curso da história espanhola.

Alemão devotado ao estudo de temas espanhóis, o autor dedicou-se, sobretudo, à reabilitação dos valores relacionados aos temas sobre os séculos XVI e XVII. A primeira edição do livro data de 1930, pelo que é compreensível o forte nacionalismo

que exala. Ele constrói o estereótipo do espanhol devoto, sóbrio e reservado, e o contrapõe ao flamenco alegre, beberrão e promíscuo; é claro que um matrimônio entre este e aquele, entre Felipe e Juana, só poderia dar errado. Lamenta, ainda, que após a morte de Juan, Juana fosse a única herdeira dos reinos espanhóis, o que significava torná-los propriedade dos Habsburgos. Carlos V seria um estranho em terras espanholas, que não conhecia seus costumes e muito menos sua língua. Para Pfandl, a rainha foi:

una mártir sin ejemplo, fue Juana también para su pueblo y su familia causa y mediadora de una tragedia fatal. En la Historia y como reina fue escogida para entregar España durante dos siglos a los Habsburgo y su política de gran potencia europea y al mismo tiempo llevar a la ruina el imperio de la nación española, creada con tanto trabajo por sus padres.¹⁰

Pfandl não tinha dúvidas de que foi o malogrado matrimônio que causou a tragédia. Cria que Felipe se aproveitara da paixão cega que a mulher lhe professava, para mantê-la quieta até que fosse necessário usá-la. Juana, que ele acreditava ter herdado esquizofrenia da parte da linhagem materna, teria desenvolvido cada vez mais os sintomas da doença pela experiência traumática do matrimônio. Ela amava e odiava o marido ao mesmo tempo. Odiava pensar que ele a usava como peça num xadrez político, mas amava-o apaixonadamente.

Pfandl cria que as paixões de Juana a tornavam irracional e incapaz para governar. Ela sequer se mostrara interessada em assuntos de Estado; queria ser rainha, mas não queria governar. Era importante para Pfandl destacar o nível psiquiátrico da doença de Juana, pois o grande debate na segunda metade do século XIX era se a loucura dela se constituía como realidade ou como mito:

es enteramente falso el retrato que, en la segunda mitad del siglo XIX, hizo G. A. Bergenroth [...]. Según él, Juana víctima propiciatoria de la ambición y del fanatismo, maltratada por Denia y aun sometida al tormento, y jamás visitada por Carlos V. La razón de ello era que Juana había abrazado secretamente el protestantismo!¹¹

O autor a que Pfandl se refere, Gustav Bergenroth (1813-1869), era também alemão, e trabalhou por algum tempo no *Archivo General de Simancas*, o que lhe rendeu conhecimento sobre as negociações entre Espanha e outros reinos. A mais radical de suas teses era a apresentada acima, que fazia de Juana uma mártir do protestantismo. Desde que a princesa fora para Flandres, havia reclamações de seu

¹⁰ PFANDL, *op. cit.*, p. 85.

¹¹ *Ibidem*, p. 82.

relaxamento no cumprimento dos deveres religiosos. Depois da morte de Felipe e do agravamento da sua condição mental, ela teria ficado cada vez mais descontrolada e incapaz de se portar dignamente em celebrações litúrgicas. Bergenroth supunha que era uma grande farsa, sustentada por católicos atemorizados pelas convulsões geradas pelo protestantismo, que teriam vitimizado a própria Rainha de Castela. Esse seria o verdadeiro motivo pelo qual ela estava presa e ilegitimamente impedida de governar.

Do lado espanhol, Vicente de la Fuente e Antonio Rodriguez Villa¹² dedicaram-se a defender a loucura de Juana, o que significava defender a legitimidade e inocência de Fernando e Carlos ao manterem-na no asilo em Tordesilhas. Significava também livrá-la das interpretações de Bergenroth, que colocavam Juana na vanguarda da Reforma, mas que na perspectiva católica a transformavam em herege.

El probar hasta la evidencia que doña Juana, a pesar de su verdadera locura, fue católica en vida y en muerte, es un trabajo ímprobo, de escaso resultado y de ningún lucimiento. [...] Pero si, por el contrario, personas poco afectas al catolicismo llegasen a demostrar lo que ya han anunciado, que doña Juana no fue loca, y que era enemiga del catolicismo, quantas exclamaciones hinchadas, cuántas declamaciones contra la Iglesia se escucharían en la prensa y en la tribuna!¹³

Foi esse debate que motivou a publicação de boa parte das fontes que usamos nesta dissertação. Ambos os lados precisavam sustentar suas teses com documentos há muito guardados nos arquivos, o que motivou o trabalho de sua edição e publicação para facilitar o acesso e elevar o nível teórico da discussão.

O debate entre Bergenroth e Rodríguez Villa e Louis-Prosper Gachard, estudiosos da história de Juana e defensores da tese de que ela realmente padecia de insanidade mental, em torno dos valores de romance, confissão e nacionalismo não se restringia ao âmbito acadêmico. Na verdade, se houve um interesse dos estudiosos pela figura da rainha louca, tanto ou mais o houve entre os artistas. Na pintura, no teatro e na literatura, o drama e a tragédia do casal tinham um forte apelo por ter ocorrido na mais alta instância na nação, isto é, na família real, na época de Isabel e Fernando, os pais da pátria espanhola. Francisco Orellana opôs a virtude do sacrifício de Isabel à

¹² RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. **Bosquejo Biográfico de la Reina Doña Juana**. Madrid: Aribau, 1874.

¹³ FUENTE, D. Vicente de la. **Doña Juana la Loca, vindicada de la nota de herejía**. Madri: Imp. D. Dubrull, 1870, p. 5.

incapacidade de sua filha, fruto da paixão desenfreada dentro do matrimônio, montando duas imagens: a boa e a má governante¹⁴.

A pintura constituiu um campo importante na construção da figura de Juana, bem como da relação que manteve com seu marido, em vida e depois da morte deste. Há uma enorme variedade com relação aos temas de preferência dos pintores sobre a vida de Juana, muito embora se possa notar a frequência com que as cenas tristes e trágicas são representadas, contribuindo para a consolidação de um perfil desafortunado e patético. As imagens produzidas sobre o casal durante o século XIX serão analisadas ao longo desta dissertação.

Nos palcos de Madri, os roteiros de teatro de Franquelo¹⁵ e Tamayo y Baus¹⁶ contribuíram para a popularização da histórica trágica de Juana e Felipe, com ênfase na paixão que a levou à loucura e na tristeza pela morte do marido, que de certa forma a matou espiritualmente. A peça de Franquelo foi usada como base para um filme de curta metragem ainda nos primeiros anos de desenvolvimento da cinematografia, também intitulada *Locura de Amor*¹⁷.

Além da breve experiência em 1909, em 1948 foi produzido o filme *Locura de Amor*¹⁸, baseado na mesma peça, desta vez contando com grandes atores espanhóis e uma produção mais vistosa. O filme agradou a Francisco Franco, porque retratava uma espanhola de temperamento forte que era maltratada injustamente por estrangeiros e tinha seu poder usurpado por eles¹⁹.

Apesar da inspiração novecentista, Orduña produziu seu filme numa época em que o que se escrevia sobre Juana já tinha características diferentes. Depois do historicismo de Bergenroth, de Rodriguez Villa e de Gachard, o debate já não era mais se a rainha era louca ou herege. Na época das psicobiografias, autores como Pfandl e Sans y Ruiz de la Peña viam a história de Juana a partir da psicologia e chegavam a fazer diagnósticos²⁰. A ideia era dar uma resposta científica ao problema da loucura de Juana, colocando o casal no divã. Não havia dúvida entre eles que o matrimônio tinha

¹⁴ ORELLANA, Francisco José. **La Reina loca de amor**. Madri: Librerias de Leon Pablo Villaverde, 1860, *passim*.

¹⁵ FRANQUELO, Ramon. **Doña Juana la Loca, drama histórico**. Madrid: J. González y A. Vicente, 1848.

¹⁶ TAMAYO Y BAUS, Manuel. **La locura de amor**. Madri: F. Ahlonzo, 1855, pp. 83-85.

¹⁷ *Locura de Amor*. Direção: Ricardo de Baños e Alberto Marro. Espanha: Hispano Films, 1909.

¹⁸ *Locura de Amor*. Direção: Juan de Orduña. Espanha: CIFESA, 1948.

¹⁹ OLLETE-ALDEA, Elena, ORIA, Beatriz. **Global Genres, Local Films: The Transnational Dimension of Spanish Cinema**. Bloomsbury, 2015, p. 34.

²⁰ SANS Y RUIZ DE LA PEÑA, Nicomedes. **Doña Juana I de Castilla, la reina que enloqueció de amor**. Madri: Biblioteca Nueva, 1942, *passim*.

sido o gatilho que desencadeara a esquizofrenia, para a qual Juana certamente já tinha predisposição. A reclusão de Juana em Tordesilhas teria sido uma medida necessária para o bem do reino, já que ela não comandava seus atos. Entretanto, de certa forma, chamá-la de esquizofrênica, ao invés de louca, foi um passo importante no processo de racionalizar o que antes era considerado irracional.

Em 1953, o filme *Amor de Locura*²¹, uma inversão de termos com o famoso *Locura de Amor*, apresentou uma nova face de Juana. Ainda que ela não seja a personagem principal do filme, a protagonista contemporânea se imagina no lugar dela ao sentir uma crise de ciúmes pelo marido. Se até então a história era sempre trágica e melancólica, Nini Marshall encarna uma Juana cômica. As idiossincrasias da personagem não causavam mais pena, mas faziam rir. Posteriormente, em *Con el Culo al Aire*²² e *Juana la Loca... de vez en cuando*²³, continuou-se a explorar o potencial cômico de Juana como personagem, somando-se contudo um viés de crítica às políticas espanholas dos anos 80 que não havia antes.

Na historiografia da década de 80, Juana deixou de ser a doente afastada do governo por homens zelosos, e tornou-se a cativa de Tordesilhas²⁴. Silenciada, ela teria sido vítima de homens que desejavam o poder, e que se aproveitaram de sua depressão para alijá-la: o pai, o marido e o filho. Já não era mais a loucura a causa da sua prisão, mas a prisão a causa da sua loucura²⁵, e acusava-se a manipulação que até então se realizara das fontes para provar o contrário.

Nesse contexto, o filme *Juana la Loca*²⁶ apresentou ao público uma mulher que não era realmente doente, mas que teve a infelicidade de nascer num tempo em que não podia dar vazão aos seus sentimentos. Incapaz de conseguir a fidelidade do marido ao leito matrimonial, Juana desenvolveu uma histeria por ver-se impotente. O filme se abstém de fazer críticas políticas, mesmo a Felipe, e centra-se no relacionamento conturbado do casal. Apesar de toda a infelicidade dos personagens, a Juana de Vicente

²¹ *Amor de Locura*. Direção: Rafael Baledón. Espanha: Filmex S.A., 1953.

²² *Con el Culo al Aire*. Direção: Carles Mira. Espanha: Ascle Filmes, 1980.

²³ *Juana la Loca... de vez en cuando*. Direção: José Ramón Larraz. Espanha: Constan Films S.A., José Frade S.A., 1983.

²⁴ FERNANDÉZ ÁLVAREZ, Manuel. *Juana la Loca*: La cautiva de Tordesillas. Palencia: Diputación Provincial de Palencia, 1994, *passim*.

²⁵ ALTAYÓ, Isabel; NOGUÉS, Paloma. *Juana I*: La reina cautiva. Madrid: Silex, 1985, *passim*.

²⁶ *Juana la Loca*. Direção: Vicente Aranda. Espanha: Canal+, 2001.

Aranda, definitivamente, já não é mais louca para os padrões contemporâneos, apenas uma mulher de temperamento forte²⁷.

Nas produções mais recentes para a TVE²⁸, os conflitos políticos dominam a trama, sempre se imiscuindo nas relações entre os personagens. Em muitas sequências, reproduzem alguns elementos da narrativa tradicional sobre o matrimônio de Felipe e Juana, mas com a liberdade de introduzir interpretações que são fruto da nova historiografia sobre o tema, distinguindo fontes e fatos. É comum mostrarem a história com mais dinamismo e, eventualmente, retratarem como supõem que os acontecimentos foram condensados e arranjados para caber nos documentos.

Na historiografia mais recente sobre o tema, destacam-se as obras da corrente de forte influência feminista da qual fazem parte Cristina Segura Graiño e Bethany Aram. Ainda que divirjam em detalhes, a proposta é interpretar a história de Juana de forma a resgatá-la como uma mulher no poder. Assim, Segura Graiño traz de volta ao debate a possibilidade de Juana ter sido influenciada por Erasmo ou pela Reforma Protestante²⁹, dentro de uma revisão completa da sua vida, convencionalmente extraída das fontes.

Aram coloca em questão a autenticidade de muitos documentos, principalmente os supostamente escritos de próprio punho por Juana. Ela defende a sanidade da rainha e sua profunda consciência de seus deveres. Sua tese mais ousada é a de que Juana usou das ideias de debilidade e passionalidade femininas do século XVI para, eximindo-se do governo, assegurar a herança de seu filho Carlos³⁰. Longe de ser frágil ou instável, ela teria trabalhado incansavelmente para proteger o reino dos que o queriam tomar dos Habsburgos.

Finalmente, Raymond Fagel, historiador holandês, tem estudado a política que se construiu entre a Espanha e os Países Baixos, a partir da união com os Habsburgos, da qual o matrimônio de Felipe e Juana é o início. Para ele, Felipe era um jovem soberano que, experiente na gestão do seu ducado, tentava estar à altura dos grandes

²⁷ FOUZ-HERNANDES, Santiago; MARTINEZ-EXPÓSITO, Alfredo. **Live Flesh**: the male body in contemporary Spanish cinema. I.B. Tauris, 2007, pp. 76-81.

²⁸ *Isabel*. Espanha: Diagonal TV, 2012-2014; *La Corona Partida*. Direção: Jordi Frades. Espanha: Diagonal TV, 2016; *Carlos, Rey Emperador*. Espanha: Diagonal TV, 2015-2016.

²⁹ SEGURA GRAIÑO, Cristina. “Utilización política de la imagen de la reina Juana I de Castilla.” In: AEIHM. **Representación, construcción e interpretación de la imagen visual de las mujeres** (coloquio internacional). 2003, pp. 173-189. Cf. GÓMES, María; JUAN-NAVARRO, Santiago; ZATLIN, Phyllis (org.). **Juana of Castile: History and Myth of the Mad Queen**. Associated University Presse, 2008, pp. 173-189.

³⁰ ARAM, Bethany. “Queen Juana: Legend and History”. In: **Juana of Castile: History and Myth of the Mad Queen**. Associated University Presse, 2008, p. 41.

governantes de sua época, como os Reis Católicos, Henrique VII, Carlos VIII e seu próprio pai. Preparava-se para tomar seu lugar um dia, e para isso precisava saber conciliar a manutenção do poder com o bem da sua família. Para conservar seu vulnerável território borguinhão, tratava de não criar inimizades com os poderosos e perigosos, o que explicaria sua política amigável com a França. Manteve-se isolado dos grandes conflitos de sua época, propiciando um período de florescimento econômico em Flandres. Jean-Marie Cauchies³¹ o chamou de “último duque da Borgonha” porque, depois da sua morte, Flandres passaria a fazer parte do espólio da linhagem Habsburgo e seria gerida segundo as lógicas da política imperial. A esse respeito, José Manuel Calderón Ortega³² afirma que o casamento de Felipe com Juana foi uma vitória política de Maximiliano sobre os conselheiros flamencos de seu filho, que eram mais inclinados para uma aliança francesa e que, em grande medida, já haviam conseguido dirimir a influência do Imperador nos assuntos borgonheses. Isso explicaria a demora de Felipe para encontrar sua noiva, depois de aportar em suas terras, como uma maneira de demonstrar seu desagrado pela união forçada por seu pai.

Para Luis Suárez Fernández³³, os casamentos cruzados de Juana e Juan com Felipe e Margarida deveriam ser compreendidos como fruto das relações entre os Países Baixos e Castela. Motivados pelos interesses comerciais, os casamentos consolidariam uma aliança atlântica que se gestava entre ibéricos, ingleses e holandeses, visando proteger seu comércio marítimo da ameaça francesa. A invasão de Carlos VIII à Península Itálica apenas reafirmou o interesse na aliança.

A esse respeito, Fagel defende que o significado daqueles casamentos se baseava em uma motivação dupla³⁴. Por um lado, assentava-se principalmente nas relações econômicas em torno do Mar do Norte, e, secundariamente, na política italiana. Quando convergiram os interesses de Maximiliano e de Fernando de Aragão, o casamento cruzado realizou-se rapidamente. Entretanto, Fagel crê que os casamentos perderam seu significado dois anos depois, porque tanto Fernando como Felipe firmaram acordos com

³¹ CAUCHIES, Jean-Marie. **Philippe le Beau**: Le dernier Duc de Bourgogne. Turnhout, 2003, *passim*. O epíteto está inclusive no subtítulo do livro.

³² CALDERÓN ORTEGA, José Manuel. “Felipe de Habsburgo, Archiduque de Austria y Rey de Castilla (1478–1506)” In: ZALAMA, Miguel (dir.) **Juana I en Tordesillas**: su mundo, su entorno. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2010, p 72.

³³ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. “Las relaciones de los Reyes Católicos con la casa de Habsburgo”. In: KOHLER, F.; EDELMAYER, F. (eds.), **Hispania-Austria**: Los Reyes Católicos, Maximiliano I y los inicios de la Casa de Austria en España. Viena e Munique, 1993, pp. 38-51.

³⁴ FAGEL, Raymond. “El mundo de Felipe el Hermoso: la política europea alrededor de 1500.” In: ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (coord.). **Felipe I El Hermoso**: la belleza y la locura. Burgos: Fund. Carlos de Amberes e Fund. Caja de Burgos, 2006, p. 62.

o novo monarca francês, e Juan morreu inesperadamente. Ao contrário do que se pensava, Felipe não teria assentado as bases para o domínio Habsburgo na Espanha, pois no momento de sua morte, seu pai não tinha meios para submeter ao seu poderio a política internacional. A importância da aliança seria, então, a existência de oportunidades e alianças constantemente variáveis, fruto dos enfrentamentos políticos. Sua história não teve uma direção fixa ou previsível neste período. Para Fagel, os matrimônios perderam seu sentido assim que as condições mudaram, e isso era normal.

Dessa forma, pretendemos mostrar que, assim como a variabilidade e a imprevisibilidade eram parte da política da época, também os matrimônios políticos pressupunham mudanças sem abalar seu significado e eficácia.

2. Fontes documentais

Na seleção de fontes para responder à pergunta central desta dissertação, optou-se por revisitar as fontes mais recorrentes na historiografia sobre o tema. Desta maneira, poderíamos dialogar com a historiografia usando os mesmos registros adotados pelos historiadores consagrados no assunto. Considerando a numerosa quantidade de documentos sobre as vidas de Felipe e Juana, bem como a limitação temporal desta pesquisa, estabelecemos um *corpus* documental cuja diversidade tipológica das fontes será capaz de dar visibilidade às múltiplas maneiras de acessar a história do matrimônio de Juana e Felipe e de responder satisfatoriamente às questões levantadas, sem esgotar as possibilidades posteriores de pesquisa com um *corpus* mais robusto. O alcance temporal das fontes começa com o início das negociações matrimoniais, em 1494, concentra-se numericamente nos dez anos que Felipe e Juana passaram casados (1496-1506), e estende-se até a morte de Juana, em 1555, ressaltando acontecimentos durante sua viuvez que são relevantes para a análise da eficácia de seu matrimônio.

As crônicas serão de fundamental importância para a pesquisa, já que são fruto de uma reconfiguração do passado segundo a época, e nos oferecem uma perspectiva única que dialogará com as outras fontes. Serão elas: a *Crónica de Felipe Iº de Castilla llamado el Hermoso*³⁵, escrita por um cortesão de Carlos V que narra, entre outras coisas, a história dos dez anos de matrimônio de seus pais, relacionando-o com os outros acontecimentos coetâneos; a *Crónica de los señores Reyes Católicos Don*

³⁵ SALVÁ; BARANDA, 1846.

*Fernando y Doña Isabel*³⁶, que conta a história dos feitos e das políticas dos Reis Católicos, que nos interessa sobretudo por narrar as negociações matrimoniais dos infantes; *Relation du premier Voyage de Philippe le Beau en Espagne*³⁷ e *Relacion du deuxième Voyage de Philippe le Beau*³⁸, duas crônicas que relatam as viagens do casal à Espanha em 1501 e 1505, respectivamente. Essas crônicas eram encomendadas pela realeza, e não refletem necessariamente a realidade factual. Será preciso analisar suas informações na perspectiva do gênero literário em que se enquadram, mas, de qualquer forma, elas permitem conhecer a maneira como se quis retratar o matrimônio de Juana e Felipe em sua própria época.

Também serão analisadas correspondências emitidas por Felipe, Juana, Isabel, Fernando, Maximiliano, e de diversas pessoas que integravam seu serviço. Diferentemente das crônicas, que foram escritas muito tempo depois dos acontecimentos e os narram de uma maneira épica, a correspondência fornece uma perspectiva mais prática das trocas de informações entre os principais personagens que servem de base a este trabalho, revelando um panorama incerto que ocasionava inúmeras mudanças de planos. Os dilemas mais graves sobre o matrimônio estudado dificilmente apareciam com detalhes nas crônicas, mas aparecem nas cartas enviadas com o propósito de solucioná-los. Essas cartas estão divididas em seis grupos de acordo com as sucessivas edições, e, na maioria das vezes, os documentos oficiais e as cartas foram publicados juntos, sendo a correspondência do embaixador dos Reis Católicos, Gutierre Gómez de Fuensalida a única exceção. A primeira³⁹ seleção contém documentos relativos a Felipe, o Belo. A segunda⁴⁰, a documentos sobre a política castelhana após a morte de Isabel. A terceira⁴¹, fontes com relação à política espanhola após a morte de Felipe. A quarta⁴², sobre o período da estada de Juana em Tordesilhas, combinando documentos da época da regência de Fernando e do reinado de Carlos V. A quinta⁴³ reúne documentos da vida matrimonial de Felipe e Juana, antes da morte de

³⁶ PULGAR, *op. cit.*

³⁷ GACHARD, Louis-Prosper. **Collection des Voyages des Souverains des Pays-Bas**. Tom. I. Bruxelas: Commission Royale d'Histoire, 1876.

³⁸ *Idem.*

³⁹ SALVÁ; BARANDA, 1846.

⁴⁰ *Idem*, 1849.

⁴¹ *Idem*, 1861.

⁴² RODRIGUEZ VILLA, *op. cit.*

⁴³ SALVÁ; BARANDA, 1848.

Isabel. Por fim, a correspondência de Fuensalida⁴⁴, que cobre o tempo em que ele trabalhou como emissário dos Reis Católicos, até 1506.

Ainda serão estudadas *as Coplas hechas sobre el casamiento de la hija del Rey de España con el hijo del Emperador*⁴⁵. Esta fonte difere bastante das anteriores, por se tratar de versos feitos em homenagem ao casamento de Juana e Felipe. A obra constitui uma interpretação dessa aliança feita por alguém que não pertencia ao ambiente cortesão, um poeta anônimo que publicou na imprensa de Biel Fadrique de Basileia.

Alguns documentos do *Archivo General de Simancas* pertinentes ao assunto também serão utilizados: as capitulações matrimoniais de Felipe e Margarida com Juana e Juan, respectivamente, que estabeleceram os parâmetros a partir dos quais as uniões deveriam efetivar-se⁴⁶; uma bula de Alexandre VI concedendo dispensas por ocasião das bodas⁴⁷; o testamento de Isabel, a Católica, no qual especifica as regras para sua sucessão⁴⁸; uma instrução dos Reis Católicos sobre como Juana e Felipe deveriam governar quando herdassem o reino de Castela⁴⁹.

Finalmente, remetemo-nos à *Suma Teológica* de Santo Tomás de Aquino⁵⁰ e às *Siete Partidas* de Afonso X de Castela⁵¹ para auferir os conceitos relacionais à instituição matrimonial que eram próprios da época, uma vez que dificilmente as outras fontes se dedicam a explicar conceitos que eram de comum compreensão. Reunimos também um conjunto de imagens produzidas ao longo da vida de Felipe e Juana para que, mais do que ilustrar, pudessem servir como objeto de análise, fornecendo elementos próprios da linguagem visual à percepção da eficácia matrimonial.

A maioria das fontes está disponível em plataformas online. A ideia de reunir esse conjunto tão diverso foi ter a possibilidade de conhecer registros de vários momentos da vida do casal, e da avaliação política que os contemporâneos fizeram do

⁴⁴ DUQUE DE BERWICK Y ALBA, *op. cit.*

⁴⁵ **Coplas fechas sobre el casamiento dela hija del Rey despaña con el hijo del emperador duque de bergoña conde de flandes archiduque de autarixa**. Imprensa de Fadrique Biel da Basileira, 1496. Original na Biblioteca Nacional de Espanha. Daqui em diante, COPLAS. Disponível em: <http://www.europeana.eu/>. Acesso em: 14 fev 2017.

⁴⁶ Archivo General de Simancas, PTR, LEG,56, DOC.2,1. Daqui em diante, AGS. Disponíveis em: <http://pares.mcu.es/>. Acesso em: 10/3/2018.

⁴⁷ AGS, PTR, LEG, 27, DOC. 40, fº 1.

⁴⁸ AGS, PTR, LEG 30, DOC. 2.

⁴⁹ AGS, PTR, LEG 56, DOC. 16.

⁵⁰ TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Trad. de Alexandre Corrêa. Porto Alegre: Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. Vol. X.

⁵¹ ALFONSO X. **Las Siete Partidas**. Madri: Compañía General de Impresores y Libreros del Reino, 1843.

enlace. Devido à impossibilidade física de acessar os arquivos espanhóis, onde se encontram os originais, foi preciso reunir o que estava disponibilizado online.

Quanto aos demais documentos, excetuando-se a Crônica dos Reis Católicos e o Testamento de Isabel, a Católica, permaneceram inéditos até o século XIX. Antes, a única maneira de consultá-los era visitando os arquivos, muitos deles privados. Em 1842 publicou-se o primeiro tomo de uma coleção ampliada durante algumas décadas, chamada *Documentos Inéditos para la Historia de España*. A proposta era publicar documentos de diversos tipos e épocas, relacionados aos temas que interessavam à História da Espanha. Em termos dos critérios de seleção dos documentos, parecem ter sido publicados na medida em que eram encontrados e disponibilizados, pois os conteúdos de cada publicação, na maioria das vezes, se referem a pessoas e épocas aleatórias. Assim, foi preciso pesquisar todos os tomos para localizar os documentos referentes a Juana e Felipe, e constatamos que muitos anos se passaram entre a publicação deles. O conselho editorial, porém, permaneceu basicamente o mesmo. A maioria dos documentos encontrados eram cartas e documentos oficiais firmados pelos reis, assim como uma crônica sobre Felipe. Esta crônica foi encomendada por Carlos V, e apresenta uma narrativa bem concatenada dos acontecimentos de sua vida. É uma maneira de apresentá-los muito tempo depois do ocorrido, ofuscando as vicissitudes enfrentadas por Felipe e Juana.

Essas vicissitudes são mais facilmente visíveis na copiosa correspondência e nos documentos firmados, onde se pode constatar a imprevisibilidade da história. Nela, podemos ver desde os planos dos Reis Católicos quando mandaram Juana embarcar para casar-se com Felipe; os conflitos do casal em seu matrimônio, e as consequências políticas que eles implicavam; as tentativas de lidar com isso por parte de Fernando e Isabel, muitas vezes aparentemente contraditórias; enfim, o confronto entre Felipe e Fernando pela herança da coroa castelhana de Juana, que acabou em acordo.

Sabemos que é problemático basear-se em transcrições feitas no século XIX para um estudo como este. Não é impossível que se tenham cometido erros involuntários no processo, ou mesmo alterações propositais, na intenção de corrigir o que se poderiam considerar erros nos manuscritos originais, principalmente em termos da atualização ortográfica. O problema não seria tanto essas interferências estranhas à fonte, mas nosso desconhecimento a respeito delas. Sabemos, por exemplo, que os editores deliberadamente omitiram alguns trechos da Crônica de Felipe que não consideravam importantes, mas expuseram isso no prefácio do tomo que a contém. Os

trechos em que há omissão estão assinalados. O que tornaria essas transcrições inválidas seriam correções feitas silenciosamente, sem qualquer sinal indicativo. Além disso, essas fontes foram usadas pelos historiadores durante a maior parte do século XX. Mesmo os historiadores que atualmente se debruçam sobre o tema, que recorrem também a fontes originais disponíveis em arquivos, ainda fazem uso das transcrições em suas publicações, como Bethany Aram e Raymond Fagel. Embora não se possa afirmar com certeza que o trabalho de transcrição é fidedigno, até que se comparem as compilações do século XIX com os manuscritos, há sinais positivos de que os editores se abstiveram de manipular as fontes. Um deles é o de que, quando há imprecisões históricas no texto original, eles as reproduzem tal qual encontraram no original, e assinalam numa nota de rodapé que embora saibam que a informação está errada, preferiram manter a integridade do documento. Mais um argumento em seu favor está na introdução da Crônica dos Duques de Medinasidonia, publicada no tomo XXXIX da *Coleccion*⁵². Os editores encontraram-na num códice no arquivo particular do herdeiro do título, e compararam-na a uma versão ligeiramente modificada que se encontrava na Biblioteca Nacional de Espanha. Perceberam que a versão da Biblioteca era uma:

copia hecha con algunas pequeñas libertades. Cierto es que corren ambas iguales en la totalidad de la materia y en la distribución de libros y capítulos ; pero a veces se omiten algunas líneas ó frases, cuando al copiante parecían menos necesarias, ó alguna palabra cuando ofrecía alguna dificultad su lectura.⁵³

Não lhes passa despercebido ou como natural esse tipo de intromissão do copista, ainda que seja em pequenos detalhes. Resta esperar, mais do que deduzir, que todos esses elementos somados signifiquem uma sensibilidade e responsabilidade por parte dos editores em manter o texto tal e qual o encontraram.

Além disso, também houve uma iniciativa semelhante na Bélgica. Publicada pela Comissão de História da Academia Real de Ciências, Letras e Belas Artes, a *Collection des Chroniques Belges inédites*⁵⁴ incluiu duas crônicas de viagem de Felipe, numa edição voltada para crônicas de viagens dos soberanos dos Países Baixos. Gachard fazia parte dessa comissão.

O historiador belga tinha especial interesse na publicação dessas fontes, pois serviam para seu estudo sobre Juana. Nas notas de rodapé, também se percebem informações típicas de quem fez um trabalho de transcrição fidedigno, como explicando

⁵² SALVÁ, 1861.

⁵³ *Idem*, p. 6.

⁵⁴ GACHARD, *op. cit.*

trechos em branco como um problema do próprio original. A primeira dessas viagens ocorreu quando Juana se tornou a herdeira da Coroa, em 1504, e seus pais instaram-na para que fosse jurada nas Cortes.

Uma das compilações de fontes variadas relativas a Juana é a organizada por Rodríguez Villa⁵⁵. Embora ela não contenha detalhes sobre a transcrição, tem muitos documentos que se repetem na transcrição da Coleção *Documentos Inéditos para la Historia de España*. Entretanto, através da comparação, percebe-se que são idênticos os trechos da Crônica de Felipe, que figuram em ambas as publicações. A semelhança tanto pode significar que ambos transcreveram corretamente a fonte, quanto que Rodríguez Villa copiou trechos da Coleção. Esta última possibilidade seria mais provável, já que o bosquejo foi publicado muito tempo depois. De qualquer forma, na última página deste livro antes do Índice há um *fac-símile* de uma carta supostamente autógrafa de Juana. Isso indica que Rodríguez Villa teve acesso a pelo menos parte dos documentos originais e respeitou seu conteúdo em suas transcrições.

O apanhado de Rodríguez Villa foi feito especialmente pensando em reunir fontes que contassem a vida de Juana, uma espécie de biografia-documentário. É também o único que fornece documentos a respeito da estada de Juana em Tordesilhas, principalmente referentes à época da Revolta das Comunidades, na qual ela foi libertada, com a intenção de a proclamarem rainha, em detrimento de seu filho, Carlos.

Quanto ao epistolário do embaixador Fuensalida, foi usado pela autora da biografia mais recente de Juana, Bethany Aram⁵⁶. A autora combinou o uso de transcrições do século XIX com uma grande pesquisa nos acervos que continham as fontes originais. Isso é um argumento favorável ao uso, ao menos, desta edição. Já o autor holandês, Raymond Fagel, que escreve sobre as relações entre os Países Baixos e a Espanha, na época dos Habsburgos, usa os tomos das coleções espanhola e belga de documentos inéditos⁵⁷.

Fuensalida, por muito tempo, atuou como o embaixador espanhol em terras flamencas e germânicas. Ele participou das negociações matrimoniais entre os Reis Católicos e Maximiliano, e esteve na corte de Felipe durante algum tempo. Através de sua correspondência, podemos conhecer os problemas enfrentados pelo casal de uma forma que as fontes mais públicas não o permitem. As cartas deveriam ser sigilosas, e

⁵⁵ RODRIGUEZ VILLA, *op. cit.*

⁵⁶ ARAM, Bethany. **Juana, the Mad: Sovereignty and Dynasty in Renaissance Europe**. Johns Hopkins University Press, 2005, *passim*.

⁵⁷ FAGEL, *op. cit.*, p. 88-106.

lidas apenas pelos pais de Juana. Nelas, o embaixador se permite até criticar as ações escandalosas de Juana⁵⁸.

Fuensalida fornecerá muitos detalhes a respeito da estada de Juana em Flandres, fundamentais para entender a maior parte da sua vida matrimonial. Embora tenham ocorrido fatos importantes durante suas viagens – esses serão abordados quando tratarmos das fontes – era em Flandres que o casal morava durante a maior parte do tempo.

A seleção das fontes tem como objetivo tentar compreender o matrimônio entre Juana e Felipe por diferentes perspectivas, em distintos momentos. Crônicas, capitulações, cartas pessoais e oficiais, um poema, pinturas e esculturas constituem um *corpus* que permitirá dar sentido às alianças políticas efetivadas por matrimônios.

No que se refere à metodologia, o passo inicial foi estudar os documentos para reunir todas as informações necessárias para a pesquisa. Assim como a escolha dos documentos, a seleção dos trechos relevantes foi parcialmente influenciada pelo contato prévio com a historiografia sobre o assunto. Os documentos cujo assunto primário era o matrimônio foram analisados integralmente, como o poema e as capitulações, bem como os documentos que, devido ao pequeno tamanho, convinha que fossem analisados por inteiro. Quanto às crônicas, foi feito um índice remissivo de todas as passagens que poderiam interessar a esta pesquisa, tanto por terem relação direta com o matrimônio de Juana e Felipe, quanto pela referência aos atos políticos que influenciavam ou eram influenciados pelo matrimônio. Finalmente, quanto aos documentos de chancelaria régia e as cartas, também se identificou quais remetiam ao casal. Ao verificar que a quantidade era demasiadamente grande, optou-se por restringir a análise às cartas que, ou por dialogarem com os outros documentos, ou por apresentarem conteúdo de extrema relevância para o tema, tornavam-se indispensáveis. Seu aproveitamento foi relativamente diferente daquele dado às crônicas. Enquanto estas intencionalmente discorriam sobre o passado, narrando-o como uma história coesa, os relatos encontrados nas cartas impediriam a construção de uma sequência tão linear dos fatos. Não obstante, os breves vislumbres que as cartas dão das circunstâncias políticas permitem entender as diversas propostas e arranjos que os remetentes tentavam levar a cabo.

Não se privilegiou as crônicas no lugar das cartas, uma vez que em ambas havia forte carga política na pena dos autores. A crítica aos documentos foi feita sempre que

⁵⁸ DUQUE DE BERWICK Y ALBA, *op. cit.*, p. 256-258.

conveniente, independentemente da tipologia – e de acordo com as particularidades de cada uma. O critério de seleção mais rígido das cartas, portanto, se impôs apenas por razões pragmáticas. Uma análise detalhada de todo o epistolário sobrepassaria o escopo desta dissertação.

As cartas foram úteis para perceber como o enlace possibilitava alternativas estratégicas para o casal e seus aliados, independentemente do sucesso ou fracasso. As crônicas, embora também contivessem trechos importantes para entender o contexto político no qual o matrimônio se inseria, mostram uma versão organizada dos acontecimentos, o que as priva da incerteza encontrada nas cartas – é preciso dizer, porém, que mesmo as crônicas não omitiam as vicissitudes políticas da época, mas por vezes a simplificação dos fatos não corresponde à complexidade encontrada em outras tipologias. As crônicas, claramente, são o resultado da versão que se quer fixar na memória futura, uma verdade orientada para um fim político, que deve ser considerada pelo historiador.

As fontes imagéticas, por sua vez, contribuíram para a pesquisa de duas maneiras. As imagens que foram produzidos na época do casal permitiram averiguar como eram representados visualmente em sua própria época e analisar os significados dos símbolos com os quais se adornavam. Para este fim, utilizaram-se os retratos enviados no contexto das negociações matrimoniais, os retratos de Juana e Felipe juntos, divulgando a efetividade de sua união, e os retratos dos filhos do casal, fruto daquela união. O outro grupo de imagens diz respeito às interpretações posteriores da história do casal, cuja dramaticidade contrasta com as figuras sóbrias que constituem o primeiro grupo. Essas imagens contemporâneas complementam bem a análise da historiografia e da literatura sobre o enlace entre os séculos XIX e XX, que juntos construíram a imagem da rainha louca de amor.

Os capítulos que compõem a dissertação abordarão os problemas relativos à eficácia do matrimônio político de Juana e Felipe na perspectiva dos documentos analisados, de forma a identificá-la e a explicá-la. Referências à historiografia especializada no assunto serão feitas sempre que necessário, uma vez que cada capítulo aborda temas específicos de cada um dos momentos recortados.

Em primeiro lugar, serão analisadas as capitulações matrimoniais, à luz da tradição jurídica e teológica castelhana. Esses instrumentos legais constituem o contrato de matrimônio, revelando os detalhes das negociações e acordos cujos esforços foram recompensados com a aliança hispano-germânica. Os objetivos políticos específicos do

matrimônio, bem como as regras para estabelecer a convivência matrimonial e a administração dos bens conjugais, são indispensáveis para apreender os intuitos iniciais que levaram ao enlace, bem como para avaliar sua derradeira efetivação e consumação. Considerando que o propósito dessas capitulações era celebrar os acordos, e por não se dedicarem a explicar qual era a concepção de matrimônio subjacente ao texto, recorreu-se à *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino, e às *Siete Partidas*, de Alfonso X, para referenciar a doutrina sobre a instituição matrimonial na época, muito diferente da sua equivalente contemporânea.

Tendo visto como os representantes dos Reis Católicos e do Imperador negociaram o duplo matrimônio, procede-se a analisar os dez anos em que Juana e Felipe estiveram casados. Aos objetivos declarados nas capitulações, somam-se as informações obtidas nas correspondências régias, nas crônicas, no poema e nos documentos oficiais, de forma a entender como se efetivou o matrimônio de Felipe e Juana, e como ele correspondeu – ou não – aos anseios de seus idealizadores. Não se considera que esses anseios tenham se conservado inalterados ao longo de uma década, mas, ao contrário, asseveram-se os diversos intercâmbios entre planejamento e práxis que perfizeram a experiência política matrimonial. Foi dada ênfase a quatro temas centrais para a discussão: a experiência de Juana como Arquiduquesa na Borgonha, tida pela historiografia como consequência negativa da boda para o lado espanhol; a fertilidade do casal, cumprimento do objetivo primordial da união conjugal; a importância da obediência filial e da estrutura familiar, assentada na instituição matrimonial, para a condução da política régia; enfim, o problema da ingerência do marido no governo de sua esposa, uma decorrência inesperada do matrimônio que muitas vezes embasa as críticas à sua eficácia.

Finalmente, serão exploradas as consequências do matrimônio que sobreviveram à sua dissolução sacramental, após a morte de Felipe. A viuvez perpétua de Juana e seu recolhimento contribuíram para a concentração dos domínios das famílias sob seu filho, Carlos. Para administrar tal multiplicidade de reinos, Carlos recorre às mulheres da família Habsburgo, ao mesmo tempo em que sufoca a revolta dos *Comuneros* que pretendia devolver o poder a Juana. Observa-se como os valores familiares basilares da instituição matrimonial orientam as ações de Juana confinada em Tordesilhas, priorizando a integridade da herança de seu filho. Além disso, no que concerne à realeza, será discutido o papel atribuído pela historiografia ao traumático casamento

com relação à suposta loucura de Juana, resultando no afastamento de uma rainha considerada inábil para governar, demonstrando a eficácia da instituição monárquica.

CAPÍTULO 1

Bodas de Papel: a elaboração legal do enlace

O acordo de enlace matrimonial em que se uniram Felipe e Juana em 1496 foi o produto de uma série de negociações em torno de propostas iniciadas em 1489, arquitetadas pelos esforços de numerosos embaixadores, emissários e representantes a serviço de seus soberanos. Maximiliano de Habsburgo, no trono imperial, e Fernando e Isabel de Trastâmara, na Península Ibérica, mantiveram contato constante nos anos que precederam a boda, dando poder de negociar em seu nome a seus procuradores. Desta maneira, o procurador Dom Fernando de Rojas concluiu e assinou as capitulações matrimoniais em nome da infanta Juana e do príncipe Juan com os arquiduques Felipe e Margarida, entre 1495-1496.

O esforço de ambas as partes para levar a cabo este enlace ficou parcialmente registrado nas fontes que bordaram esse acontecimento de vulto internacional. Além dos contratos matrimoniais, contamos ainda com a memória desses acontecimentos dramatizada em crônicas e poemas. Também se encontram algumas referências ao assunto na correspondência régia, onde o problema foi abordado de uma maneira mais pragmática, deixando entrever expectativas e temores que ensejaram esta política matrimonial.

Com as informações encontradas nesse conjunto de documentos, se configurou o processo que resultou nas bodas de Juana e Felipe. Para compreender a eficácia deste matrimônio, foi preciso examinar primeiramente como foi construído seu projeto modelar. Entretanto, além de identificar os meios pelos quais esta aliança se configurou, foi preciso buscar referenciais históricos que definissem o conceito de matrimônio que estava subjacente em todos os documentos. Por ser um conceito de comum compreensão a todos os envolvidos nas bodas, e por serem os documentos aqui utilizados, em sua maioria, de ordem prática, os autores dos documentos presumiam a obviedade do termo e usavam-no sem delongar-se em teorizações.

Para esclarecer o que se entendia e o que implicava o matrimônio na época, optou-se pela doutrina acerca do matrimônio presente no Tratado dos Sacramentos de Santo Tomás de Aquino⁵⁹, bem como das disposições das *Siete Partidas* sobre o mesmo

⁵⁹ TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Trad. de Alexandre Corrêa. Porto Alegre: Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. Vol. X. Daqui em diante, ST.

assunto⁶⁰. Em termos da moral cristã, o casamento na Suma Teológica de Stº Tomás de Aquino permite-nos conhecer (lógica) a importância que esse laço encerra na ordenação divina (teo) do mundo. Embora Stº Tomás tenha escrito no século XIII, sua obra teve repercussões importantes que vão além de sua época, e é ainda uma referência poderosa no século XVI⁶¹. Também as *Siete Partidas*, compiladas pelo Rei Alfonso X de Castela, mantinham seu vigor legislativo e de referência modelar da sociedade e da família. A leitura contrastada entre ambas as obras permite observar o quanto são convergentes. O propósito do matrimônio, seus impedimentos, as causas de anulação e divórcio, os conceitos de honra feminina e masculina, em geral, são muito semelhantes, explicados através da mesma razão. Nas *Partidas*, as especificidades ibéricas são perfeitamente adequadas à razão da Suma.

O matrimônio era, antes de tudo, a união de um homem com uma mulher com o intuito de gerar filhos, educá-los e criá-los. Esse é o objetivo principal, do qual decorrem vários direitos e deveres, obrigações e privilégios. O casamento foi tratado na Quarta Partida, como o coração que dá vida a todos os membros⁶². Esse era seu papel na sociedade. Afinal, é através do ato matrimonial que a vida humana se perpetuava no mundo, dignificando a instituição que deveria salvaguardar o ato contínuo da criação divina operada através dos casais.

Entendendo que o direito e as práticas não se opunham, mas eram constituintes de uma só experiência social, na qual ambas se influenciavam mutuamente, passamos à análise das capitulações matrimoniais de Felipe e Juana, de forma a compreender o que ensejava o plano traçado para a união.

1. Casamentos por procuração

No Arquivo de Simancas, guardam-se dois códices que contêm documentos relativos ao contrato dos matrimônios de Juan com Margarida e de Juana com Felipe. Um deles, mais elaborado e decorado, pode ser considerado como o contrato oficial, do

⁶⁰ ALFONSO X. **Las Siete Partidas**. Madri: Compañía General de Impresores y Libreros del Reino, 1843. Daqui em diante, LSP.

⁶¹ GROSSI, Paolo. **A Ordem Jurídica Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 94.

⁶² SOUZA, Dayane Faria de. **O Coração do Corpo: Uma análise do modelo matrimonial nas Siete Partidas, de Alfonso X (séc. XIII) (Monografia de conclusão de curso)**. Brasília: UnB, 2016. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/14350>. Acesso em: 2/3/2018; PRUDENTE, Luísa Tollendal. **Perspectivas da normatização do casamento na Castela afonsina: uma leitura das Siete Partidas (Dissertação de Mestrado)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF, 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1961.pdf>. Acesso em: 2/3/2016.

qual o outro é uma cópia⁶³. É provável que esta tenha sido feita na ocasião da celebração do acordo, já que conta com as assinaturas dos que estavam presentes na cerimônia, a saber: Felipe, sua irmã Margarida, e o procurador espanhol, Francisco de Rojas.

Não há diferenças de conteúdo entre os documentos, somente de organização e disposição do texto. O primeiro códice tem mais documentos, com maior número de fólios decorados com iluminuras. O segundo contém rasuras, correções, o texto recorre a abreviaturas, e tem menos fólios. Embora esses documentos formem um códice por tratarem de um mesmo assunto, os casamentos dos infantes, e que tenham sido da lavra do mesmo notário, não foram concebidos como instrumento único. Foi preciso registrar em quatro acordos bastante diferentes os termos e definições das duas uniões, cada um com suas particularidades. Uma análise de seu conteúdo revela que se observaram as convenções rituais de como um matrimônio deveria ser celebrado, ainda que por procuração, uma vez que os noivos se encontravam fisicamente separados por grande distância. Se no primeiro documento (esponsais⁶⁴) os protagonistas da ação são os pais, que expressam sua autorização e consentimento para aquela união, os dois últimos (palavras de presente⁶⁵) são feitos em nome de cada casal, sendo que em um o embaixador Rojas faz o papel da noiva (Juana) e, no outro, do noivo (Juan).

O contrato de palavras de presente é datado em 20 de janeiro de 1495, na cidade de Antuérpia, entre o Imperador Maximiliano e o embaixador Francisco de Rojas, em representação dos reis espanhóis. O primeiro fólio foi decorado com iluminuras coloridas, e os nomes de Maximiliano, Fernando e Isabel reluzem a tinta dourada⁶⁶. Nas iluminuras, que emolduram o fólio, três anjos sustentam dísticos com frases de cunho espiritual, já há muito conhecidas e repetidas. Em sentido horário, lê-se: “*Benedicta sit sancta trinitas atque indiuidua vnitas quia fecit nobiscum misericordiam suam*”, um louvor das criaturas à misericórdia da unidade da Santíssima Trindade; “*Non nobis domine non nobis sed nomini tuo da gloriam*”, em alusão à glória que não depende das criaturas, mas do nome de Deus. Ao redor do brasão com cinco estrelas, desfralda-se

⁶³ AGS, PTR, LEG,56, Doc.2,1 e 2,2.

⁶⁴ Esponsais, ou palavras de futuro, eram o compromisso de contrair matrimônio no futuro, comparável ao noivado. Romper este compromisso era uma ofensa grave.

⁶⁵ As palavras de presente eram a derradeira manifestação de entrega matrimonial, o ato de desposar. Segundo Graciano, o matrimônio dividia-se em duas etapas: *matrimonium initiatum*, por ocasião da troca de palavras de consentimento mútuo entre os nubentes, e o *matrimonium perfectum* ou *completum*, estabelecido através da cópula carnal. Ver: DEYERMOND, A. D.; MACPHERSON, I. R. **The Age of the Catholic Monarchs, 1474-1516**. Liverpool: Liverpool University Press, 1989, p. 79.

⁶⁶ AGS, PTR, LEG,56, DOC.2,1, fº 11r.

um versículo do início do Evangelho de S. João: “*lux in tenebris lucet et tenebrae eam non comprehenderunt*”, afirmando que embora a luz tenha brilhado nas trevas, estas não a compreenderam. Em outro dístico, à esquerda, “*Si deus nobiscum quis contra nos*”, que lembra a proteção inexpugnável que Deus dedica a suas fiéis criaturas. Finalmente, com a frase “*nimis honorati sunt amici tui deus*”⁶⁷, que exalta a honra que os amigos de Deus devem receber.

Figura 1 – Primeiro fólio das palavras de presente firmadas entre Maximiliano e o embaixador Francisco de Rojas. ⁶⁸



Há, ainda, duas curiosas linhas no final do manuscrito. Foram escritas fora do retângulo iluminado, e com uma caligrafia diferente: “*Quid molesti estis homini huic / Opus enim bonum operatus est in vobis*”. Essa é uma citação do Evangelho de Mateus⁶⁹,

⁶⁷ **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Ave-Maria, 2009, Salmo 138, 17

⁶⁸ Imagem extraída de: ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (dir.) **Felipe I El Hermoso: La belleza y la locura**. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2006, p. 63.

⁶⁹ **Bíblia Sagrada**, op. cit., Mateus 26, 10.

porém com uma mudança curiosa. No texto original, o trecho refere-se ao episódio em que uma mulher lava os pés de Jesus com perfume caro, ao que os discípulos reclamam, já que o bálsamo poderia ser vendido e o dinheiro distribuído aos pobres. Jesus, porém, os repreende: “*Quid molesti estis huic mulieri? Opus enim bonum operata est in me*”⁷⁰. Ou seja, “por que perturbam esta mulher? É uma boa ação o que ela me fez”. Em seu sentido original, o episódio ensina que nem sempre a caridade se reduz ao gasto com os pobres, mas também àquilo que glorificar a Deus. Tal asserção servia frequentemente como argumento contra os defensores da pobreza radical da Igreja. Entretanto, o mais intrigante da versão do documento é que se substituiu “*mulieri*” por “*homini*”, assim como “*me*” por “*vobis*”. Com tais mudanças, a frase do documento significaria: “Por que molesta a este homem / É uma boa ação que ele vos fez”. O sentido dessa troca não é claro.

O brasão pertence a D. Francisco de Rojas⁷¹, o que causa certa perplexidade, considerando a qualidade social superior dos demais personagens do documento. Sabemos que ele foi o responsável por organizar e promover os acordos, pelo que se supõe ter sido ele a providenciar materialmente a produção destes instrumentos. Neste processo, encontrou uma maneira de registrar visualmente sua participação como procurador dos noivos régios. Curiosamente, não pensou ser necessário colocar os brasões dos Reis Católicos ou do Imperador⁷².

O documento está escrito em latim, com uma bela e cuidada caligrafia. A primeira frase é uma invocação à Santíssima e Trindade, escrita com tinta dourada, a qual também foi usada, ao longo do documento, para ressaltar os nomes dos três reis que estabelecem o acordo: Maximiliano, Fernando e Isabel. As entidades políticas em conjunto são em mesmo número que as divinas, em nome das quais governam e à semelhança das quais coligam suas vontades em uma só. A segunda esposa de Maximiliano, Branca Maria Sforza, não é citada em nenhum momento. Na primeira vez em que são mencionados Juan, Juana, Felipe e Margarida, suas iniciais também reluzem a ouro.

⁷⁰ A mulher do vaso de alabastro é tradicionalmente associada a Maria Madalena. Este versículo, em particular, era usado como na Missa em honra dela, no dia 22 de julho. cf. <http://cantusindex.org/id/602543>. Acesso em: 3/3/2018.

⁷¹ cf. <https://www.heraldrysinstitute.com/lang/pt/cognomi/Rojas/idc/624767>. Acesso em: 20/6/2018

⁷² Além disso, sabe-se que no acervo da Fundação Casa de Alba, em Madri, existem duas outras versões das Capitulações, também uma mais decorada e uma cópia. O exemplar decorado também possui o brasão de Francisco de Rojas.

Este instrumento foi feito para celebrar a liga e confederação entre as famílias reais que se uniam por meio dos matrimônios de seus membros. Na perspectiva da sociedade corporativa, embora os nubentes fossem membros do corpo familiar encabeçado por seus pais, eles também o incorporavam como instrumentos de ligação e união com outra família, que recebe e é recebida ao mesmo tempo.

Nesse sentido, assim se justificam os objetivos da união:

Para louvor, honra e glória de Nosso Senhor Jesus Cristo, Deus Onipotente Criador e Salvador; para conservação e aumento da Religião Cristã, e pelo bem e paz de toda Cristandade; assim também, pelo bem, conservação e aumento, e para assegurar a promoção de nossos estados, reinos, casas, pátrias e domínios; o Rei dos Romanos e o Rei e a Rainha da Espanha e Sicília e nossos caríssimos filhos e sucessores, após muitas e várias consultas e tratados, tanto sobre os Matrimônios de nossos caríssimos filhos e filhas do Rei dos Romanos e do Rei e da Rainha da Espanha, quanto sobre nossa sábia liga, confederação, amizade e união.⁷³

Entre os propósitos enumerados desse matrimônio, figuram em primeiro lugar o louvor a Deus e a conservação e aumento da religião cristã. Mais do que mera fórmula, o zelo pelas coisas de Deus devia ser o fim último da política, numa simbiose inseparável entre esta e a religião. Segundo as *Siete Partidas*, o matrimônio assentava-se sobre três bases: fé, sacramento e linhagem⁷⁴. A fé, além de sua conotação espiritual, também pode ser entendida de acordo com sua raiz latina, *fides*, indicando a fidelidade conjugal que os esposos são obrigados a observar. Portanto, ao menos em termos de correção moral, o adultério era considerado pecado – ainda que fosse uma prática comum. O *status* de sacramento confere solene sacralidade à união, inquebrantável aos olhos de Deus⁷⁵. Os deveres do casal para com a linhagem seriam satisfeitos com a produção de um herdeiro legítimo, e, mais perfeitamente, com um herdeiro masculino⁷⁶.

A obrigatoriedade da comunhão de fé entre os noivos remete à fidelidade como princípio basilar do matrimônio, sinal da fidelidade entre Cristo e a Igreja, desposada

⁷³ *Ad laudem gloriam et honorem dei omnipotentis Creatoris et Saluatoris domini nostri Ihesu Christi pro conseruatione et augmento Religionis Christiane ac pro bono et pace totius Christianitatis Necnon pro bono conseruatione et augmento ac ad perpetuitatem honorum et Statuum Regnorum Domuum Patriarum ac Dominiorum nostri Romanorum Regis ac Regis et Regine Hispaniarum et Sicilie et charissimorum filiorum et successorum nostrorum Post multas et uarias consultationes et tractatus tam super Matrimoniis carissimorum filiorum et filiarum nostri Romanorum Regis ac Regis et Regine Hispaniarum quam super Intelligentiis Ligis et Confederationibus ac Amicicia [sic] et unione nostris [...].* AGS, PTR, LEG,56, DOC.2,1, fº 11v.

⁷⁴ LSP, Lei III, Título II.

⁷⁵ Por isso, a única forma legal de acabar com um casamento era através da declaração de nulidade, na qual se afirmava que aquele matrimônio, na verdade, nunca existiu. Embora os medievais conhecessem a palavra “divórcio”, ela significava a situação de separação física e de moradia de dois esposos cujo convívio se tornou insuportável para uma, ou ambas as partes. Não era permitido que se casassem de novo, enquanto ambos vivessem, pois o matrimônio ainda vigorava.

⁷⁶ É claro que as mulheres também poderiam herdar na ausência de um irmão, como foi o caso de Juana, mas o papel de cabeça da família poderia não se coadunar com o papel de esposa obediente ao marido.

por ele⁷⁷. Como membros da Igreja, os fiéis, como a palavra indica, devem-lhe fidelidade, comprometendo-se com Cristo. Assim deve ser a relação entre os noivos, e entre os reis e seus reinos. A dinâmica que explica o papel da fidelidade nas relações humanas assenta-se na própria cultura política feudal das relações de serviço e benefício. A hierarquia que se estabelece entre superiores e inferiores tem a equidade e a fidelidade como pilares da aliança. Sem a fidelidade, ou seja, a boa-fé, não haveria confiança no cumprimento do serviço, e sem a justiça não haveria benefício.

Um casamento, cujos cônjuges devessem fidelidade a dois senhores, estaria fadado a causar problemas, especialmente se estes fossem mutuamente excludentes, como Cristo e Alá. A religião dos noivos era fundamental para que o ideal de matrimônio cristão fosse alcançado, inclusive porque as diferenças afetariam negativamente a educação dos filhos e o gerenciamento da casa. A comunidade de fé, portanto, era o laço de amizade fundamental entre os principados cristãos, através do qual floresciam matrimônios para maior estreitamento de suas relações e aumento de seus membros.

Assim, a preservação da paz na cristandade é um dos motivos elencados. Ao considerar que a comunidade política dos cristãos era formada por membros superiores e inferiores, era desejável que mantivessem a concórdia e a harmonia entre si, para que o corpo pudesse alcançar o bem comum. O matrimônio figurava como importante meio para preservar a paz, e esta como um dos motivos mais nobres para contraí-lo. Com alguma frequência, porém, em prol da preservação da paz era preciso fazer a guerra, para combater o agente que a perturbou. E, na hipótese deste combate se fazer necessário, ter aliados garantidos na frente de batalha faria a diferença. Os negociadores do casamento visavam essa cumplicidade, para quando chegasse a hora de um embate contra os franceses.

No próprio documento de capitulação matrimonial se estabelece que esse enlace deveria resultar em uma união e amizade fraternal, e uma liga e confederação geral tão estreita quanto possível⁷⁸. Aqui, a alusão à guerra não é deixada apenas nas entrelinhas, mas é um pacto do qual ambos os lados precisam estar cientes. Fala-se mesmo de “*gentes in armis*”. Há, ainda, menção à intromissão conjunta das partes nas “coisas da

⁷⁷ LSP, Quarta Partida, Título IV, Lei IV.

⁷⁸ AGS, PTR, LEG, 56, DOC.2,1, fº 13r.

Itália” em prol do bem comum e da paz na cristandade, como convém a príncipes católicos⁷⁹.

Entretanto, a eficácia do matrimônio em atender a esses fins políticos externos advinha do caráter íntimo que ele ocupava no seio da família. Stº Tomás justificava a existência do matrimônio por uma necessidade oriunda da natureza das criaturas, a procriação para a perpetuação da espécie. Seu fim principal era a geração de filhos, sua criação e educação até tornarem-se homens completos. Seu fim secundário e complementar era o obséquio mútuo entre os cônjuges, que deviam permanecer unidos a fim de cumprir com o propósito primário de gerar e educar os filhos. Dispondo o Criador que as crianças humanas demorassem muito tempo para se desenvolver até a plena vida adulta, deveriam os pais viver atados um ao outro por tanto ou mais tempo. Além disso, o casamento é conveniente porque “na sociedade, algumas tarefas cabem ao homem e outras à mulher”⁸⁰, deixando claro que a razão natural do matrimônio se baseava primordialmente nos deveres de estado que contraem os nubentes para com Deus, a família, e a sociedade, e não na celebração da paixão entre eles.

Entretanto, um matrimônio contraído com outros fins, para além daqueles ordenados por Deus, não se torna inválido⁸¹. Em essência, a causa essencial do matrimônio é sempre a mesma, mas as causas acidentais podem ser tantas quantas os nubentes tenham em vista ao contraí-lo. Daí resulta que podem ser honestas ou desonestas, mas o matrimônio em si ainda será legítimo. Recairá sobre os cônjuges, a bondade ou a maldade, de acordo com o fim que atribuíram ao seu matrimônio.

Evidentemente, os fins políticos das bodas entre os Trastâmaras e os Habsburgos eram nobres e meritórios, pois acrescentariam ao bem comum de ambas as partes e lhes ajudariam a cumprir os seus deveres de liderança. Era objetivo destes matrimônios, e também obrigação, a conservação, aumento e promoção dos estados, reinos e domínios das duas famílias. Sendo este um dos princípios primordiais da política régia, torna-se, por conseguinte, uma das conseqüências que se esperava conseguir de um matrimônio como esse. Subordinava-se, numa maneira cristológica, o matrimônio ao patrimônio, de forma que aquele contribua para a manutenção deste.

Decorre desse princípio que as famílias unidas pelo matrimônio de seus filhos tinham a prerrogativa de dispor, ao menos em teoria, do patrimônio material e espiritual

⁷⁹ *Bonum publicum et pacem Christianitatis*. AGS, PTR, LEG,56, DOC.2,1, fº 13r.

⁸⁰ ST, Questão XLI, Art. I.

⁸¹ ST, Questão XLVIII, Artigo II.

da outra em casos de necessidade, como muitas vezes ocorria em tempos de guerra. Esse tipo de auxílio tornar-se-ia mais vinculante na medida em que os casais gerassem filhos, símbolo inequívoco da fusão do sangue das duas famílias. Uma vez que os filhos de Juana e Felipe seriam netos tanto dos reis da Espanha como do imperador do Sacro Império, seus laços de parentesco funcionariam como argumento em favor da manutenção da paz entre ambos os reinos.

Numa sociedade que se estruturava de forma hierárquica, em que as diferentes ordens refletem a ordem instituída na criação, o nascimento condicionava a vida e a história da pessoa. “Tal pai, tal filho”; os filhos nasciam para tomar parte da posição de seus pais na terra, fosse mandando, ou obedecendo. É também nesse sentido que o matrimônio sustentava e vivificava a sociedade, ao fornecer os contingentes necessários para suprir as funções do corpo social. A família era o repositório das conquistas e méritos de seus membros, e os filhos eram a garantia de perpetuação dessa riqueza material e espiritual no futuro.

Apesar de que a retórica das *Partidas* aponte para o caráter imutável da sociedade e de suas hierarquias, o casamento era uma das chaves que permitiam que as pessoas mudassem de posição, casando-se acima ou abaixo na escala social. O matrimônio possibilitava ainda ascensões/descensos sutis, com resultados significativos para os envolvidos. Incontáveis uniões foram estabelecidas entre noivas endinheiradas, procurando dignificar-se, e rapazes de estirpe necessitados de dinheiro. Quanto aos casamentos entre pessoas de mesmo nível, eram certamente motivados pelo apoio mútuo que as famílias envolvidas pretendiam e para manter a dignidade da estirpe no sangue.

Não se pode deixar de pensar também que a própria ideia da união carnal dos noivos que personificavam seus reinos ajuda a construir as ideias de união política em confederação e amizade entre os povos. Unir-se em matrimônio, para membros da realeza, significava unir-se social e politicamente com os membros, superiores e inferiores, das sociedades de que provinham os noivos.

Na sequência do documento, o matrimônio entre Juana e Felipe firma-se nos seguintes termos:

Finalmente estamos em acordo e concordamos fazer, com pleno, integral e verdadeiro efeito, sem que possa surgir qualquer dúvida, Matrimônio e verdadeiros esponsais por palavras de presente entre o Ilustríssimo Príncipe Felipe, Arquiduque de Áustria e Duque da Borgonha, nosso caríssimo filho do

Rei dos Romanos e a Ilustríssima Infanta Juana Infanta de Espanha, Castela, etc., filha do Rei e da Rainha da Espanha.⁸²

Segue-se a mesma fórmula para acordar o matrimônio de Juan e Margarida. Depois desse trecho, as princesas passam a ser designadas no documento com os títulos de seus maridos, dos quais participam por casamento⁸³. Essa mudança ressalta a transformação, operada pelo matrimônio, da personalidade jurídica das noivas. O compartilhamento do nome e dos títulos simbolizava o compartilhamento do próprio corpo, físico e político, unindo as duas entidades em uma. Tão profunda era a fusão que se esperava que o recém-casado desse a seus novos parentes o mesmo que era próprio do cônjuge: chamar de pai ao sogro, e de irmãos aos cunhados. Ainda que, conforme St^o Tomás, o homem e a mulher tivessem tarefas e atribuições específicas, e até opostas, elas se complementavam de forma que os membros do casal experimentassem uma paridade jurídica enquanto entidade.

Como já referido, nas capitulações matrimoniais, todas as iniciais de Felipe e Juana foram ressaltadas com tinta dourada, assim como as de Juan e Margarita. Apesar dessa distinção, trata-se de destaque inferior ao concedido aos nomes de Maximiliano, Isabel e Fernando, inteiramente escritos com tinta dourada. Embora, à primeira vista, se pudesse imaginar que o protagonismo do documento recaísse sobre os nubentes, de fato são os progenitores-monarcas que selam o acordo e decidem sobre o destino dos filhos. Portanto, o efeito visual de destaque não deixa dúvidas. Nos três documentos restantes que compõem o códice, os noivos adquirem maior protagonismo na formulação discursiva, o que se reflete no destaque da escrita de seus nomes.

A esse respeito, St^o Tomás não nega o direito dos pais de discutirem os esponsais em nome dos filhos, ou seja, as promessas de matrimônios futuros. Embora ele diga que os pais deveriam jurar em nome dos filhos sob a condição do futuro consentimento destes, em outra parte entende que a quebra de um compromisso de casamento é grave⁸⁴. O fato é que, mesmo de boa-fé, os pais acabavam por decidir sobre o matrimônio dos filhos, uma vez que era condenável romper a promessa por motivos que não fossem realmente graves. Isso significa que o princípio do consentimento e do

⁸² AGS, PTR, LEG,56, DOC.2,1, f^o 11v: *Concordati sumus finaliter et conclusimus facere cum omni uero pleno et integro effectu absque aliquo dubio quod euenire possit Matrimonium et uera Sponsalia per uerba de presenti inter Illustrissimum Principem Philipum Archiducem Austrie et Ducem Burgundie carissimum filium nostri Romanorum Regis et Illustrissimam Infantem Iohannam Infantem Hispanie Castelle etc filiam Regis et Regine Hispaniarum.*

⁸³ AGS, PTR, LEG,56, DOC.2,1, f^o 12r: *Margarethe Principisse Hispanie et Infanti Iohanne Archiducisse Austrie et Ducisse Burgundie*

⁸⁴ ST, Questão XLIII, Art. III.

livre-arbítrio, ambos defendidos por ele como condições para um matrimônio válido, podiam e deviam adequar-se à razoabilidade de um arranjo matrimonial vantajoso.

Stº Tomás defende que a idade de sete anos é apropriada para se celebrarem os esponsais. Interessa notar que tal defesa não se contrapõe a uma possível incapacidade de uma criança contrair tal compromisso, mas em oposição a argumentos favoráveis aos esponsais antes dessa idade. Por ser considerada a idade mínima da razão, ele acredita que já haveria condições de aceitar promessas para o futuro, ainda que não pudessem ser realizadas antes da puberdade. Era necessário que se estabelecesse primeiro a capacidade reprodutiva, finalidade primordial do matrimônio. De qualquer forma, ao argumentar em favor da legitimidade dos esponsais, expressa a opinião de que não é proibido aos homens fazerem promessas para serem cumpridas no futuro, desde que se explicitasse a condição “se Deus quiser”⁸⁵. Errôneo seria prometer com a certeza de viver até a data prometida.

Portanto, não era necessariamente um ato de soberba planejar o futuro, e mesmo de fazer promessas sobre ele. Soberba seria não condicionar esse plano à vontade de Deus, o que significaria colocar toda a esperança na realização de algo que está para além do poder terreno. O ato de promessa deveria ser entendido e celebrado dentro da lógica da falibilidade humana. Assim, uma convicção cautelosa seria o desejável nesse tipo de ato, demonstrando que os revezes políticos, por indesejáveis que fossem, estavam no panorama das possibilidades mesmo durante o planejamento estratégico.

Tal como na obra de Stº Tomás, também as *Siete Partidas* dispõem sobre a idade apropriada para os esponsais, sobre a forma como se dariam as palavras de presente, e sobre o consentimento necessário para a validade da união. Isso mostra a vitalidade da difusão de certos princípios entre os cristãos ocidentais sobre o matrimônio, preservados de forma que os possamos encontrar em línguas e lugares distintos. Apesar disso, as *Partidas* são mais pródigas nas referências aos motivos mundanos do casamento, como a beleza das mulheres, o dote, a união – ou desunião – entre linhagens⁸⁶. Embora casamentos por paixão ou beleza fossem compreensíveis, eram desaconselhados, por assentarem a fundação de uma família em um terreno instável, inclinado a desvanecer, diferentemente dos casais que nobremente se casavam pela paz entre as nações, como Juana e Felipe. Ainda que posteriormente beleza e

⁸⁵ ST, Questão XLIII, Art. I.

⁸⁶ LSP, Lei IV, Título II.

paixão também adquirissem um papel importante em seu matrimônio, a estabilidade da união não se submetia a esses fatores.

Ao tratar sobre o dote, os negociadores do duplo matrimônio elaboraram uma ideia pouco usual⁸⁷. Concordaram que nenhuma das partes pagaria o dote, habitualmente feito pelo pai da noiva ao futuro genro, na forma de dinheiro ou posses⁸⁸. Não obstante, também era costume que as noivas recebessem as “arras”, denominadas nas capitulações como *contradotibus* e *donationes propter nuptias*. Esse dinheiro serviria para a sustentação de suas casas e estados, e deveriam provir das rendas de boas “cidades, povoações e castelos”. Estabeleceu-se que cada uma das noivas receberia de seu sogro uma quantia anual de vinte mil escudos de ouro.

Através deste ato, reforça-se a ideia de que os sogros também são, a seu modo, pais das noivas, que as recebem em suas famílias. O valor das arras das noivas estipula a paridade dos dois enlaces, em termos de dignidade, irmanando as noivas pelo parentesco, mas, também, pela via material. Vale lembrar que as possibilidades estratégicas que essas noivas poderiam implantar em suas novas casas dependiam dos meios financeiros de que dispusessem. A igualdade das rendas significava que, ao menos em teoria, ambas teriam a mesma dignidade a sustentar e o mesmo poder de influência. Finalmente, confiar o sustento de uma filha a outrem era sinal de confiança, dada a relevância das arras para a qualidade de vida usufruída por ela após o casamento. Essa confiança também poderia se aplicar a contextos de maior abrangência.

Acorda-se que, após os esponsais celebrados em Malinas, os pais deveriam enviar suas filhas aos domínios dos futuros maridos, arcando com os custos, em curto

⁸⁷ *Item Concordauimus et conclusimus quo ad dotes que debent dari dictis Margarethe Principisse Hispanie et Infanti Iohanne Archiducisse Austrie et Ducisse Burgundie qui quelibet pars nostri Romanorum Regis ac etiam Regis et Regine Hispaniarum ac carissimorum filiorum et filiarum nostrarum prefatarum debeat quittare alteram partem pro dote sua Ita qui utraque pars nihil debeat exponere conclusimus etiam qui pro Contradotibus seu donationibus propter nuptias dicte carissime filie nostri Romanorum Regis ac Regis et Regine Hispaniarum Videlicet Margareth Principissa Hispanie et Infans Iohanna Archiducissa Austrie et Ducissa Burgundie debeant dotari et assecurari Ita et taliter qui quelibet ipsarum pro [Canmera] et sustentatione sui status habeat et habere possit et debeat omni et singulo anno quo aduixerit leuare et imbursare Viginti Milia Scuta in Auro secure et honorabiliter situata super bonis Ciuitatibus Oppidis Villis et Castris / Et qui cuilibet filie prefate postquam uenerit ad Maritum suum infra duos Menses immediate sequentes effectualiter debeant demonstrari Ciuitates Oppida Ville et Castra super quibus ad plenum poterit et debeat assecurari de eisdem Viginti Milibus Scutis in Auro omni et singulo anno quo aduixerit cum effectum et integre leuandis / Et quo ad localia et clenodia ac quo ad per [fólio 12v] mutationem status Viduitatis si contingeret Concordauimus et conclusimus qui debet in eodem casu et conditione fieri et seruari cum qualibet dictarum carissimarum filiarum nostri Romanorum Regis ac Regis et Regine Hispaniarum uti mos generalitatis Regum et Principum Christianorum est AGS, PTR, LEG,56, DOC.2,1, f°s 12r – 12v.*

⁸⁸ SÁNCHEZ COLLADA, Teresa. La dote matrimonial en el Derecho castellano de la Baja Edad Media. Los protocolos notariales del Archivo Histórico Provincial de Cuenca (1504-1507). **Espacio, tiempo y forma**. Serie III, Historia medieval, n° 29, 2016, p. 699-734

espaço de tempo⁸⁹. Margarida deveria ser enviada no prazo de um mês após seus esponsais, ao passo que Juana teria um prazo de dois meses para chegar a Flandres, Zelândia ou Brabante. Decerto que o prazo maior de Juana se justificava pelo tempo que levaria para a notícia chegar na Espanha. Apesar disso, somente em agosto de 1496 Juana zarparou ao encontro do marido, chegando apenas em outubro. Margarida embarcou para a Espanha na mesma frota que levou Juana para Flandres.

Ao fim do trato, ambos, Maximiliano e Francisco de Rojas, este em nome dos Reis Católicos e de seus filhos, juram, com as próprias mãos sobre a Cruz de Jesus Cristo e sobre os Quatro Evangelhos, cumprir o acordado⁹⁰. A sacralidade do juramento, porém, deve ser entendida com reservas. Embora palavras de presente e esponsais fizessem parte essencial da ritualística matrimonial, e sua formulação sempre estipular que ninguém poderia atentar contra o estabelecido, isso não bastava para assegurar que ambas as partes cumpririam o acordo. Na realidade, mesmo após a chegada de Juana a Flandres, havia cortesãos que tentavam dissuadir Felipe de casar-se com ela. Até a consumação do casamento, a incerteza era grande⁹¹, tornando esses acordos, promessas e capitulações como instrumentos de potencial coerção entre as partes.

O primeiro documento é um acordo entre as cabeças políticas do Sacro Império e dos reinos espanhóis. Os tópicos registrados no texto dizem respeito à liga e confederação, à guerra, à herança, ao casamento dos príncipes, aos dotes. Já no segundo documento do códice, Felipe e Margarida emergem como protagonistas, por se tratar de cláusulas que tangem especificamente a seu casamento⁹². Ao longo do texto, é claro que os reis ainda têm uma preponderância que supera a dos nubentes, mesmo visualmente, destacando seus nomes com negrito. Entretanto, esse documento diz respeito

⁸⁹ *nos Maximilianvs Romanorum Rex uolumus et debemus mittere in Hispaniam expensis nostris dictam carissimam filiam nostram Margaretham Principissam Hispanie infra Mensis spatium immediate sequentis prefatum diem Sponsaliorum contractorum per uerba de presenti in Mechlinia Et e conuerso Concordauimus et conclusimus qui Ferdinandvs et Elizabeth Rex et Regina Hispaniarum prefati uolunt et debent mittere in Flandriam Seelandiam uel Brabantiam expensis suis predictam carissimam filiam suam Infantem Iohannam Archiducissam Austrie et Ducissam Burgundie infra Spatium duorum Mensium immediate sequentium presatum diem Sponsaliorum contractorum per uerba de presenti in Mechlinia.* AGS, PTR, LEG,56, DOC.2,1, fº 12v.

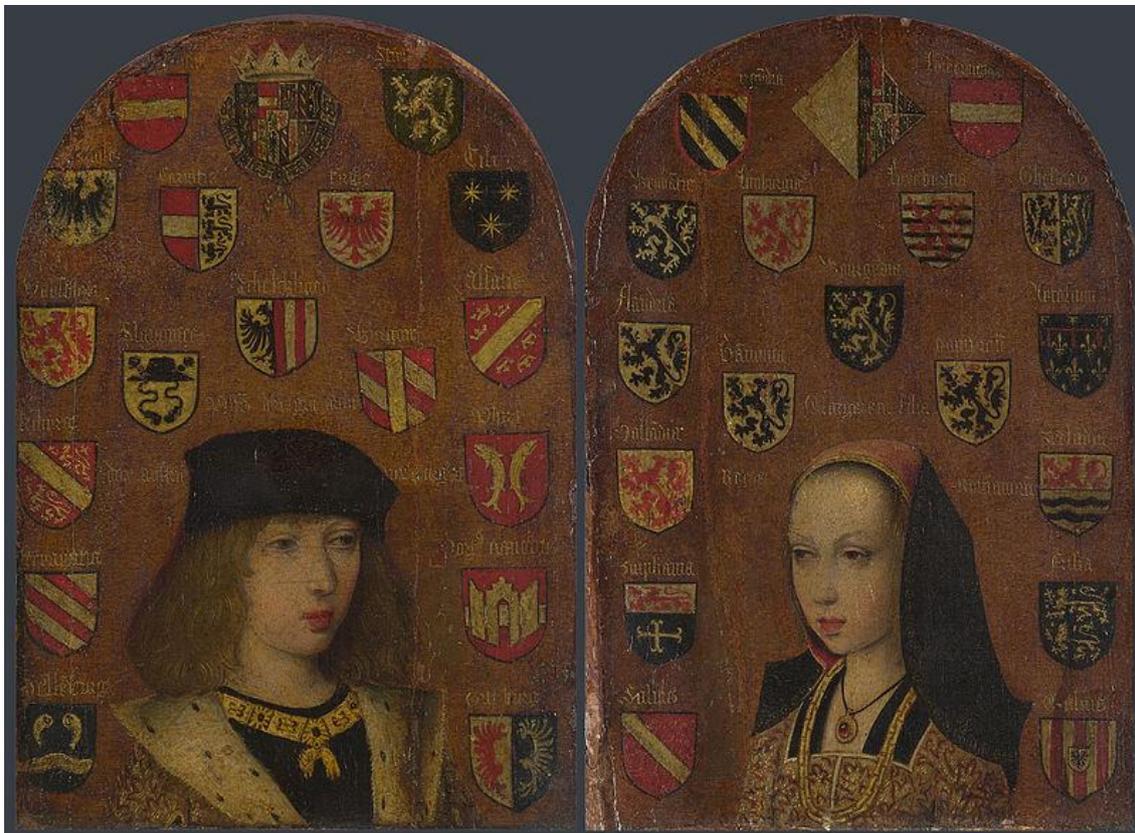
⁹⁰ AGS, PTR, LEG,56, DOC.2,1, fº 14r.

⁹¹ Mesmo depois da consumação e da geração de filhos, havia possibilidade de repúdio e separação. Entretanto, é seguro dizer que a instabilidade era muito maior antes do ato de união conjugal acontecer. As implicações processuais de uma decisão de separação eram muito mais demoradas e prejudiciais do que a quebra de um acordo de casamento como este analisado aqui. Vale lembrar que estes também poderiam causar ofensa à parte rejeitada, como quando o Delfim anulou sua promessa de casamento com Margarida em favor de Ana da Bretanha.

⁹² AGS, PTR, LEG, 56, DOC.2,1, fº 15v – 19r

especificamente às palavras de presente que os nubentes contraem entre si e à promessa de honrá-las.

Figura 2 - Felipe o Belo e Margarida da Áustria, atribuídos a Pieter van Coninxloo



Óleo sobre madeira, c. 1493-5, 22.6 cm x 15.5 cm cada, National Gallery, Londres. Disponível em: <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/probably-by-pieter-van-coninxloo-diptych-philip-the-handsome-and-margaret-of-austria>. Acesso em: 09 mar 2018.

Felipe e Margarida, embora irmãos, não cresceram juntos. Margarida foi muito jovem para a corte francesa, como noiva do delfim e futura Rainha da França. Ao ter seu noivado rompido, retornou à sua casa. Data dessa época de incerteza e de negociações matrimoniais o díptico, atribuído a Pieter van Coninxloo, em que figuram os irmãos Felipe e Margarida jovens e à procura de um enlace. Suas efígies, meio de divulgar sua aparência para possíveis pretendentes, são complementadas pelos escudos com suas posses familiares, de forma a ostentar a riqueza que os acompanhava e que os encarecia enquanto jovens casadouros. A riqueza e o poder representados no arminho, no colar da Ordem do Tosão de Ouro e no brasão completo de Felipe contrastam com o brasão de Margarida incompleto – a ser completado pelas armas do futuro marido – e com suas joias, símbolos da riqueza que ela aportaria, mas desprovidos de conotação cavaleiresca, como o colar que porta seu irmão. Muitos anos depois, seria encomendado um tríptico semelhante dos três primeiros filhos de Felipe.

Figura 3 - Assinaturas dos irmãos Felipe e Margarida nas capitulações, respectivamente⁹³

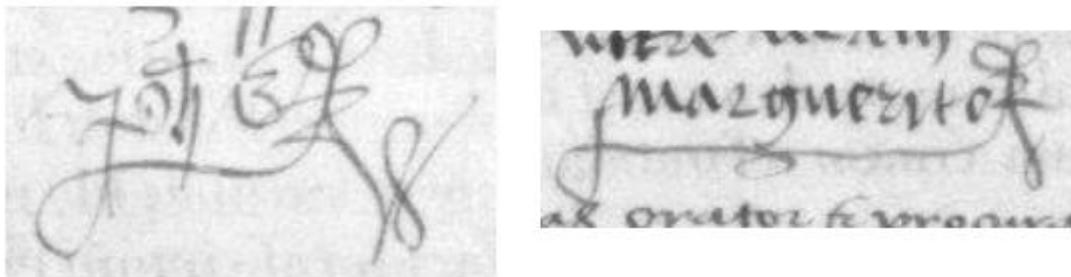


Figura 4 – Assinatura de Maximiliano nas capitulações.⁹⁴



É curioso notar que Felipe e Margarida compartilham um floreio particular em sua assinatura. Sublinham o nome – abreviado, no caso de Felipe – e terminam de maneira quase idêntica. Embora seja difícil precisar o significado desta forma, é seguro dizer que é um sinal distintivo de irmandade entre eles, distinguindo-os dos demais e exibindo a marca particular dos irmãos Habsburgo. Percebe-se que não era uma marca comum aos membros da família, já que Maximiliano tracejava seu floreio de uma maneira diferente; entretanto, também não é plausível que ambos o tenham aprendido com o mesmo tutor, já que passaram a infância em países diferentes. Pode ser que a letra final, semelhante a um “A”, seja a abreviação de “arquiduque/arquiduquesa”, já que esse é o título usado pelos irmãos nas capitulações. Também é possível que represente um laço, simbolizando o enlace matrimonial.

Igualmente curioso é o fato de que, assim como o texto do contrato, as assinaturas e ratificações ao fim dele estão em latim, exceto a de Margarida, escrita em francês⁹⁵. Isso repete-se na cópia do contrato, na qual ela assina apenas seu nome numa fórmula de ratificação que já fora escrita pelo notário. Também neste caso, a fórmula foi

⁹³ AGS, PTR, LEG, 56, DOC.2,1, fº 19r.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Et nous marguerite princesse desxpangne archiducesse dautriche et conjantous prometous et fesous le mariage dentre mon dit sieu et jam prince despangne et nous ensamble tous les ponts et articles de sudis se loules for (?) et tesmoni de ce nous a vous ces presaues signes de notre mani / Marguerite.* AGS, PTR, LEG, 56, DOC.2,1, fº 19r.

redigida especialmente para ela em francês, idioma no qual estaria bem treinada depois de viver tantos anos na corte francesa. Poderíamos supor que ela era fluente em francês, mas não em latim, e que por se tratar de um contrato matrimonial era necessário que ela entendesse os termos do documento, condição legal impreterível para a validade da união?

De qualquer forma, as assinaturas são essenciais nesses documentos, pois manifestam a consensualidade das partes que assinam. O casamento sacramentado sob coação não tinha validade. A vontade de unir os corpos em matrimônio precisava ser livremente manifestada pelos noivos. Portanto, eram estes os verdadeiros ministros do sacramento, e não o sacerdote. A “servidão perpétua” que pressupunha o matrimônio é o principal argumento que sustentava a proibição de que os pais coagissem os filhos a contraí-lo. Eles podiam induzi-los pela razão, e sendo por necessidade ou por honestidade, os filhos estariam obrigados a acatar o desejo paterno. Por honestidade, podemos entender a satisfação da honra manchada. Por necessidade, qualquer situação que promova uma aliança demasiado vantajosa para os nubentes e/ou suas famílias. Negar-se a cumprir tal desejo honesto e necessário seria quase um pecado. E, nessa perspectiva, justificam-se as uniões dinásticas.

Os infantes deveriam estar preparados para servir ao reino com sua vida, e sabiam que não poderiam casar-se a bel-prazer. Se é verdade que Isabel, a Católica, não aceitou que outros lhe impusessem um marido, quando finalmente se casou, justificou sua preferência pelo proveito que traria à Coroa⁹⁶. Ao rejeitar a proposição que seu irmão, o Rei Henrique, lhe fazia de casar-se com Afonso V de Portugal e alguns outros pretendentes, Isabel optou por um casamento dinástico com Fernando. Ciente de que seu futuro filho herdaria tanto Castela quanto o reino do pai, privilegiou uma união castelhana-aragonesa ao invés de castelhana-portuguesa. As crônicas, ao narrar sua autonomia e poder de decisão sobre seu casamento, contextualizam-no e justificam-no com a mesma razoabilidade política segundo a qual operava seu irmão, assim como ressaltam o papel influente dos seus conselheiros.

Todo esse arazoado político foi possível porque Isabel era ciente da necessidade de consenso para casar-se validamente⁹⁷. Como já referido, Stº Tomás de Aquino defendia que a consensualidade era condição indispensável para a validade de um

⁹⁶ JAPIASSU, Yohanna. **A Princesa de muitos noivos**: os acordos matrimoniais de Isabel, a Católica (Monografia de conclusão de curso). Brasília: UnB, 2017.

⁹⁷ JAPIASSU, op. cit., p. 34

matrimônio. Porém, é preciso entender o que era – e o que não era – o consentimento requerido.

Não se tratava de um sentimento efêmero de atração ou de inclinação com relação a outra pessoa. Embora o afeto fosse desejado, o consentimento baseava-se em algo muito mais palpável e sólido. Tinha a ver com o assentimento da vontade, não um sentimento, mas uma decisão. Nas palavras de presente, pelas quais Felipe manifesta a vontade de receber Juana por sua legítima esposa, ele usa os termos “louvamos, aprovamos, ratificamos e por mão própria reconhecemos”⁹⁸, a mesma fórmula usada por Margarida. As implicações das palavras ditas ou escritas, numa cultura de forte caráter oral, têm grande impacto na criação da realidade. Em se tratando de uma pessoa com plenas faculdades mentais, a recitação de fórmulas, apesar destas não serem de sua autoria, era entendida como manifestação pública de aderência aos valores coletivos e, quando acompanhada de juramento, transformava-se em vínculo de grande eficácia.

A seguir, nos dois últimos documentos, são efetivamente os contraentes do matrimônio que protagonizam o texto. São dois contratos diferentes, um para unir Felipe e Juana, e outro para unir Juan e Margarida. As assinaturas de Juana e Juan são substituídas, com pleno efeito representativo, pela de seu procurador, Francisco de Rojas. Diferentemente dos documentos anteriores, aqui apenas os nomes dos noivos foram ressaltados. É importante notar que, em termos do discurso, tanto Felipe desposa Juana, como Juana desposa Felipe, demonstrando a importância do seu consentimento expresso de forma inequívoca⁹⁹.

Também é nesse documento que se citam os cânones, solenidades e prescrições da Igreja, observados fielmente na execução desse matrimônio¹⁰⁰. Embora já se houvesse feito referência ao casamento como louvor a Deus, essa é a primeira vez que se mencionam as cerimônias e solenidades. Isso mostra que a sacralização do matrimônio se estendeu inclusive às palavras de presente e aos esponsais, e não somente

⁹⁸ *Et noz philippus Archidux Austrie dux bourgundie prefatus matrimonium supra d persona nostra et excellentissima domina Joanna Infante hispanie Archiduxissa austrie duxissa bourgundie vera et legitima sponsa et coniuge nostra carissima realiter per uerba de presenti contractum, necnon Laudamus aprobamus ratificamus et per manum propriam recognossimus.* AGS, PTR, LEG, 56, DOC.2,1, 19r.

⁹⁹ *Videlicet ad contrahendum faciendumque et firmandum pro nobis et nomine nostro matrimonium per uerba de presenti apta et sufficientia ad matrimonium contrahendum cum Illustrissimo principe philipo Archiduce Austrie duce Burgundie et accipiendum eundem pro uiro nostro legitimo et promittendum et dandum.* AGS, PTR, LEG, 56, DOC.2,1, fº 24r.

¹⁰⁰ *per uerba de presenti matrimonium fatientia secundum ordinem Romane Ecclesie Cum omnibus solemnitatibus et ceremoniis ab ipsa romana Ecclesia canonice statutis et ad id necessariis.* AGS, PTR, LEG, 56, DOC.2,1, fº 25r.

ao rito da benção matrimonial, que seria executado quando ambos se encontrassem pessoalmente.

Cumpridas todas as formalidades, estava contraído um “bom, verdadeiro e perfeito matrimônio por todos os dias de nossas vidas”¹⁰¹. Só restava, então, dar-lhe efeito.

2. Dar efeito aos matrimônios: as bodas flamencas

Os movimentos e acontecimentos que levaram às bodas foram registradas em diversos tipos documentais. As crônicas relatam-nas como parte importante da vida dos Reis Católicos e de seus sucessores, estabelecendo a continuidade legítima. A crônica escrita por Lorenzo de Padilla, ao dar sequência à história contada por Hernando del Pulgar, em sua Crônica dos Reis Católicos, informa que, terminada a conquista de Granada pelos cristãos, Fernando e Isabel trataram de casar seus filhos, Juan e Juana:

*el Rey se volvió para Barcelona, y de allí se partió el Rey y la Reina para Valladolid adonde entendieron en la gobernación de sus reinos, y Baldovinos bastardo de Borgoña, hermano del Duque, con los embajadores del Emperador Maximiliano, trató en que hobiese efecto el casamiento de la Infanta Doña Joana con D. Felipe Archiduque de Austria, primogénito del Emperador, y de Madama Margarita su hermana con el Príncipe D. Joan.*¹⁰²

Embora a união entre espanhóis e germânicos sabidamente representara uma aliança contra a França, não é assim que o cronista a apresenta. Padilla escreveu sua crônica depois de 1538, quando foi escolhido como cronista do Imperador Carlos V, filho de Felipe e Juana. No capítulo seguinte, Padilla descreve a situação anterior à disputa de Nápoles¹⁰³ como pacífica: “*El Rey Carlos de Francia teniendo paz con los Reyes de España é Inglaterra [...]*”. Por mais que o principal motivo do casamento fosse formar uma liga política contra os franceses, esse aspecto foi omitido quando apresentou a história em retrospectiva. Não era mais conveniente lembrar que, afinal, Carlos V era fruto daquela união alicerçada no combate ao inimigo em comum francês. Um matrimônio podia ser contraído tendo em vista muitos objetivos, cujo

¹⁰¹ *pro bono uero et perfecto matrimonio tenemus et tenebimus omnibus diebus uite nostre*. AGS, PTR, LEG, 56, DOC.2,1, fº 25r.

¹⁰² SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.). **Coleccion de documentos inéditos para la Historia de España**. Tomo VIII. Madri: Viuda de Calero, 1846, p. 21.

¹⁰³ Fernando de Aragão entraria em guerra com o Rei da França quando este reivindicasse e tentasse ocupar militarmente o Reino de Nápoles, ao qual ele também tinha pretensões. Padilla, porém, omite os atritos que já existiam entre os dois reis antes disso, como na disputa das terras de Navarra.

descumprimento parcial não comprometia sua eficácia. A oposição à França nunca fora seu único alicerce.

A tática do cronista para descrever a relação entre os reis de França e de Nápoles é útil para compreender a importância da amizade nas relações entre famílias régias:

*El Rey Carlos de Francia teniendo paz con los Reyes de España é Ingalaterra, después que se hobo visto con el Emperador Maximiliano acordó de pasar en Italia con dos mili lanzas gruesas y veinte y cinco mili peones, y entre ellos dos mili arcabuceros. Avisados de su venida el Papa y Rey Fernando de Ñapóles, y venecianos, y otras Señorías de Italia, hicieron entre sí liga contra él y enviaron embajadores á los Reyes de España para que entrasen en ella. Y halláronlos en Tordesillas, y acordaron describir al Rey de Francia haciéndole saber como el de Ñapóles era **su amigo, y confederado y pariente**: que guardase los capítulos que con ellos tenia jurados.¹⁰⁴ [grifo meu]*

De acordo com o cronista, os reis da Espanha tentaram convencer o da França a não atacar Nápoles, com base nos laços que os ligavam como amigos e parentes, e não apenas com base nos acordos de paz. Apela-se para certas obrigações entre membros de uma mesma família, entre elas a manutenção da paz e da concórdia, mesmo que isso representasse prejuízos individuais. Tanto o Rei da França, cuja avó paterna era Maria de Anjou, filha do Rei Luís II de Nápoles, como o Rei de Aragão recorriam à sua familiaridade com os reis de Nápoles para tentarem tomar-lhe o trono.

As vicissitudes da circunstância permitiam que a instituição familiar fosse brandida por ambos os lados numa disputa, até em sentidos opostos. Porém, o cronista revela o papel dos casamentos dos infantes com outras casas reais nessa questão: que, como amigos, confederados e parentes, encontrassem na conciliação de interesses uma solução mais desejável do que a guerra, conciliação que passava a ser um dever dentro da família.

Pelas circunstâncias belicosas em que os primos se encontravam, Fernando não se fiava somente nos laços familiares como garantia de relações amigáveis. Porém, mesmo ciente da situação, ele recorre aos vínculos do parentesco como argumento em favor do cessar-fogo. Então, a eficácia do matrimônio em termos políticos não decorria automaticamente da afinidade de sangue, mas da força moral dos laços de parentesco como instrumento para coagir aliados – ou inimigos –, quando parentes, para refrear atitudes, suspendê-las ou mesmo mudá-las.

O que se entendia por modelo ideal de família, matrimônio e parentesco não eram a realidade de todas as famílias e matrimônios. Entretanto, não se pode desprezar a

¹⁰⁴ SALVA; BARANDA, *op. cit.*, p. 22.

força que o imaginário a respeito desses conceitos alcançava quando trazido à tona numa discussão, para argumentar em favor ou contra os fatos. O contraste entre modelo e realidade não desacreditava o modelo, mas, antes, tornava-o importante fonte da qual se poderiam pinçar elementos que, considerados superiores - porque perfeitos -, tinham uma força argumentativa que poderia impactar decisivamente na realidade.

A estratégia adotada pelos Reis Católicos de casar seus filhos com Felipe e Margarida de Habsburgo só pode ser entendida se contextualizada, também, nas disputas territoriais ao Norte e Leste da França. Após a morte do Duque da Borgonha, Carlos, o Temerário, sua filha, Maria, intitulou-se sua sucessora, juntamente com o marido, o imperador Maximiliano, uma vez que não havia herdeiros diretos masculinos. Da mesma forma, seus filhos, Felipe e Margarida, reivindicavam o título. Mas, eles não eram os únicos.

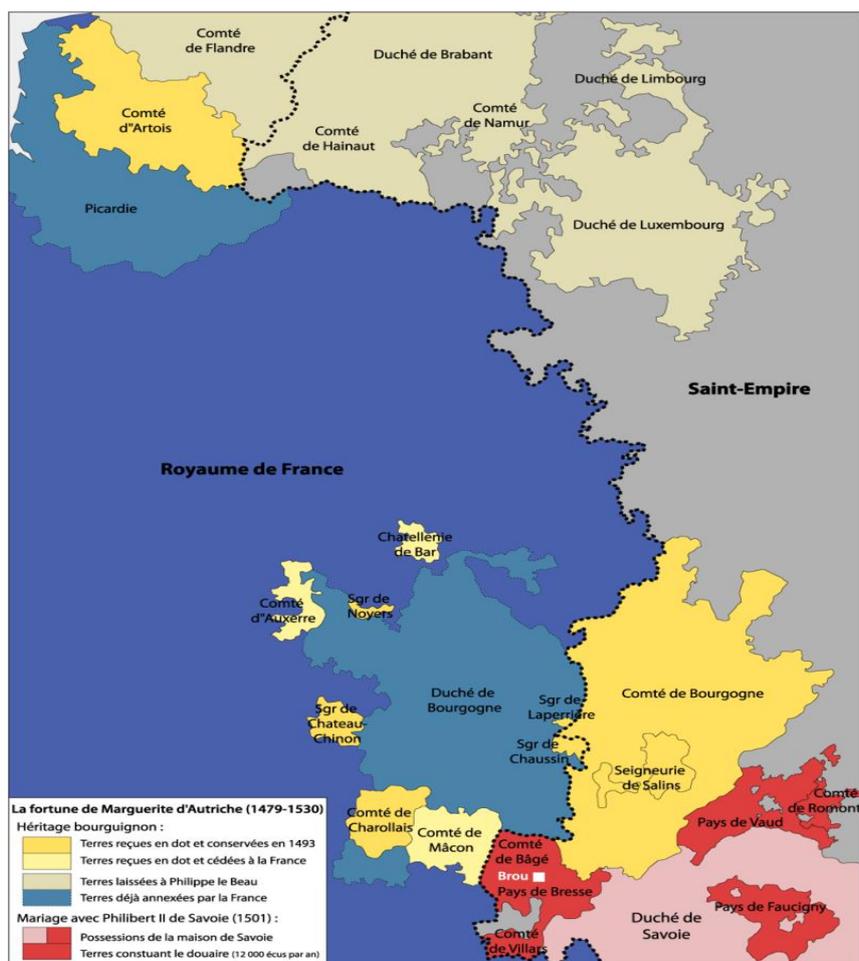
O rei Luís XI da França também almejava o ducado, por ser parente distante e homem. Após a morte de Maria da Borgonha, Luís XI começou a anexar alguns de seus territórios, o que desencadeou conflitos com o viúvo Maximiliano. Em 1482, estabeleceram no Tratado de Arras que o Delfim Carlos se casaria com a pequena Margarida, então com dois anos, e convenientemente seu dote seriam várias terras que interessavam ao rei francês¹⁰⁵: os condados de Artois, Auxerre, Bourgogne, Charolais, Mâcon, a castelania de Bar-sur-Seine, e os senhorios de Château-Chinon, Chaussin, Laperrière, Noyers e Salins. O resto das terras flamencas, luxemburguesas e holandesas pertenceriam a Felipe, desde que ele prestasse vassalagem ao Rei da França, devido a seus direitos relativos ao Condado de Flandres enquanto *fief mouvant*¹⁰⁶ da Coroa Francesa.

Ao descobrir os planos de Maximiliano de casar-se com Ana, duquesa titular e herdeira da Bretanha para prejudicá-lo, Carlos VIII rejeita Margarida e consegue casar com a mesma Ana. Margarida é devolvida em 1493 com seu dote incompleto, já que com a conclusão do Tratado de Senlis, que substituiu e anulou o de Arras, o Rei da França não aceitou devolver alguns territórios. A posição de desvantagem e perda à qual a França o submeteu contribuiu para Maximiliano aliar-se a outros com o mesmo ressentimento. Abaixo, uma imagem que representa as trocas e perdas dos Habsburgos em suas tentativas fracassadas de pactuar com a França:

¹⁰⁵ FAVIER, Jean. **Louis XI**. Paris: Fayard, 2001, p. 771.

¹⁰⁶ Era uma estratégia discursiva feudal com o objetivo de fazer retornar à administração indireta da Coroa certas terras que lhe teriam pertencido diretamente no passado.

Figura 5 – A fortuna de Margarida de Áustria (1479-1530).



Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Biens_Marguerite_Autriche.png.
Acesso em: 8 mar 2018.

Portanto, se Felipe viria a se tornar aliado dos franceses em alguns momentos, é importante lembrar que sua reivindicação sobre do Ducado da Borgonha contrariaria os interesses franceses na região,¹⁰⁷ o que não lhe impediu, posteriormente, de prestar homenagem ao rei da França. O que pareceria um ato de submissão – e, de fato, o era – não deve ser visto, necessariamente, como o reconhecimento de uma derrota. A verdade é que Felipe parece ter governado de forma bastante autônoma seu ducado, constituindo sua própria rede de fidelidades e convocando guerras internas contra vassallos insubordinados. É preciso enxergar, na aliança de Felipe com o rei da França, uma estratégia política semelhante àquelas que Fernando diversas vezes tentou celebrar com o mesmo rei, seguidas por rupturas e guerras entre os dois reinos.

¹⁰⁷ Em 1525, o rei François I da França acordaria, no Tratado de Madri, em ceder o título de Duque da Borgonha a Carlos V. Apesar de, posteriormente, a França ter voltado atrás nessa decisão, o atual rei da Espanha, Felipe VI, ainda se intitula Duque da Borgonha.

Os costumes matrimoniais medievais e modernos não contemplavam práticas que na contemporaneidade se consideram essenciais para o sucesso da vida conjugal, como o namoro e o noivado. Muitas vezes tem-se a impressão de que as infantas e princesas europeias passavam por uma experiência traumática ao serem enviadas para casar com homens dos quais pouco ou nada conheciam. Disso decorre a impressão de que os matrimônios se realizavam de forma apressada.

A ideia de que essas uniões contavam com pouca aderência da parte dos cônjuges, em virtude da rapidez com que a cerimônia de casamento se realizava - quase sempre logo após a chegada da noiva aos domínios territoriais do marido - nem sempre encontra apoio na documentação. Se houve casos de casamentos celebrados de maneira apressada, esse não foi o caso de Juana e Felipe. Fernando del Pulgar conta que, durante uma estada da família real em Valladolid, em 1489,

supieron como venían a ellos enbaxadores del rey de los romanos, fijo del emperador de Alemania: el bastardo de Borgoña, fijo del duque Charles, e otro capitán que se llamaua Juan de Salazar. [...] [E dixeron de su parte, que porque el amor grande que avía] a sus personas reales se consolidase con mayor deudo de afinidad e consanguinidad, avía acordado de enbiar ante su real magestad, a les rogar que les pluguiese otorgar a la infanta doña Isabel, su fija, en matrimonio, para él. Otrosí, que les pluguiese prometer en matrimonio a la infanta doña Juana, quando fuese de edad, para Felipe, duque de Borgoña, conde de Flandes, fijo; [...] E acabada de proponer la materia destes dos casamientos de las ynfantas que pidieron, fizieron saber al Rey e a la Reyna los agrauos e injurias que el rey de Françia avía fecho a su fijo el duque de Borgoña, en le tener ocupado por fuerça su ducado que le pertenesçia [...] Otrosí, recontaron la injusticia que al Rey e a la Reyna facía en les tener por fuerça los condados de Rosellón e Çerdania. [...] E sobresta materia dixeron otras razones, para indignar al Rey e a la Reyna contra el rey de Francia. E en conclusión, ofrecieron el amistad e confederación del rey su señor, para ayudar al Rey e a la Reyna para recobrar a Rosellón, faciendo guerra al rey de Françia.¹⁰⁸

No trecho anterior, percebe-se que a proposta original de Maximiliano era casar-se com a infanta Isabel, e casar seu filho, Felipe, com Juana. Na época, Margarida estava prometida ao delfim francês. É claro que a primeira razão alegada é o desejo de consolidar as relações de afinidade e consanguinidade. Porém, os embaixadores logo apresentam o plano de Maximiliano de unir espanhóis, germânicos, ingleses e flamencos contra a França. O cronista sublinha que os embaixadores pretendiam indispor os Reis Católicos com a França, de forma a que eles assumissem o protagonismo dos embates.

Fica claro que os embaixadores trataram com os Reis Católicos de matrimônio e guerra como se ambos os aspectos fizessem parte de uma mesma política. Porém, por

¹⁰⁸ PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Reyes Católicos*. Vol. 2. Granada: Marcial Pons, 2008, p. 357-358.

mais que os fins políticos do matrimônio sejam óbvios, não se limitam à guerra contra a França. O laço de parentesco tem um valor em si mesmo, e não é desprezível. A guerra contra a França poderia acontecer sem as referidas uniões matrimoniais, e estas também teriam seus próprios efeitos e vantagens independentemente da guerra.

Depois de quarenta dias de estada dos embaixadores em Valladolid, os reis responderam que

ellos eran alegres en saber la buena voluntad e amor que el rey de romanos su primo mostrava a sus cosas, e el deseo que tenía de lo reafirmar con mayor devdo de sanguinidad. E que cerca del matrimonio que demandava de la infanta doña Isabel su fija, les pluguiera mucho de lo otorgar luego, saluo por la pendencia que tenía de su matrimonio con otro príncipe, por quien primero les fue demandada; et que fasta ver el fin de aquella pendencia, no sería onesto platicar cerca de su matrimonio con otro príncipe. E cerca de lo que tocava a la infanta doña Juana, que pedía para el duque Felipe su fijo, les fue respondido que su hedat no era avn perfecta para celebrar aquel acto de matrimonio; pero que el deseo que tenían de reafirmar por nuevo devdo el amor que con él tenían, les plazía prometer que ternían manera con la infanta su fija, quando fuese de hedat.¹⁰⁹

Os reis acrescentaram ainda que, por mais que lhes interessasse o plano de guerra contra a França, estavam muito ocupados com a conquista de Granada naquele momento, de forma que não seria sábio entrar em outro conflito¹¹⁰. Maximiliano pediu a mão de Isabel, que já tinha avançadas negociações de casamento com o recém-aclamado D. Manuel, Rei de Portugal. Não obstante, os Reis Católicos estavam interessados em levar em frente essa aliança com o Imperador. Afinal, assim como os Habsburgos resistiam às investidas territoriais francesas em Flandres e na Borgonha, ofereciam uma valiosa ajuda a Fernando na disputa para recobrar Sardenha e Rossilhão¹¹¹.

Eles já tinham antepassados em comum, a ponto de se chamarem de primos¹¹². O desejo de reafirmar laços de consanguinidade existia independentemente de haver vínculos anteriores, o que evidencia a necessidade de renová-los e reafirmá-los com atos no presente. Embora o cronista diga que os Reis Católicos negaram o pedido de

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 359.

¹¹⁰ Tanto Felipe quanto Juana passaram por situações em suas infâncias que lhes serviriam de referência futura em termos de governo e de guerra. Juana passou boa parte da infância viajando com a corte nas lides da reconquista do Sul da Península. Mesmo como observadora distante, ela esteve bastante tempo nos arredores de campos de batalha. Já Felipe, após a morte de sua mãe, Maria, chegou a ser sequestrado em Bruges por flamencos que reivindicavam maior autonomia.

¹¹¹ ARAM, Bethany. **Juana the Mad: Sovereignty & Dynasty in Renaissance Europe**. Baltimore: John Hopkins University, 2005, p. 185, nota 98.

¹¹² Fernando e Isabel eram bisnetos do Rei Juan I de Castela (1358-1390), enquanto Maximiliano é seu trineto. Fernando e Maximiliano tinham uma conexão mais recente, respectivamente neto e bisneto do Rei Fernando I de Aragão (1380-1416).

Maximiliano, em virtude do compromisso que haviam firmado anteriormente com o rei de Portugal, não o fizeram imediatamente, mas apenas quarenta dias depois. O assunto foi discutido durante mais de um mês, o que denota o cuidado que se dedicava a estudar as consequências, antes de se proclamar os desponsórios reais.

A primeira referência a uma possível união entre Felipe e Juana data de 1489.¹¹³ A noiva teria então dez anos, portanto, impedida de contrair matrimônio. Na Crônica de Felipe I, como já referido¹¹⁴, Maximiliano enviou novamente embaixadores para viabilizar o casamento de seu filho mais velho, em 1494, quando Juana contava quinze anos e estava apta para casar.

Na época da primeira visita, Margarida vivia na corte francesa, esperando a idade para casar-se com Carlos VIII. Em 1493, após ter seu compromisso rompido, Margarida fica novamente disponível.¹¹⁵ Uma quebra de promessa era considerada ofensiva, pois significava que a rejeitada não era um partido tão bom quanto aquela por quem seria trocada. Assim, na segunda visita, os Reis Católicos acertaram com Maximiliano uma troca de noivas; Juana por Margarida. Com isso, ficava resolvido o problema de casar os herdeiros dos reinos dignamente, para assegurar a linha de sucessão.

Também Isabel, quando criança, havia sido parte de uma negociação de casamento duplo, que não chegou a se concretizar, já que seu irmão morreu cedo¹¹⁶. Muitos anos depois, agora na posição de quem negociava o casamento em nome de outro casal de jovens, ela achou vantajoso usar da mesma estratégia de aliança dupla, o que demonstra a continuidade do uso do casamento duplo como estratégia de aliança.

Foi somente em 1496 que Juana embarcou para Flandres para que seu casamento “tivesse efeito”¹¹⁷. Portanto, pelo menos sete anos se passaram desde a primeira proposta de casamento até a sua consumação. Não resta dúvida de que, por terem aceitado um casamento que fazia sentido para solucionar problemas daquele momento, não o fizessem sem antes considerar e discutir o assunto com conselheiros e dentro da própria família. Também não significa que, por contribuir na solução de problemas específicos, a eficácia do matrimônio dependesse apenas disso. Sua eficácia estava, antes, satisfeita pela construção de laços de afinidade e parentesco, que ensejavam

¹¹³ ARAM, *op. cit.*, p. 357.

¹¹⁴ SALVA; BARANDA, *op. cit.*, p. 21.

¹¹⁵ IONGH, Jane de. **Margaret of Austria**: Regent of the Netherlands. New York: Norton, 1953, p. 53-77.

¹¹⁶ JAPIASSU, *op. cit.*, p. 39.

¹¹⁷ SALVÁ; BARANDA, *op. cit.*, p. 35.

oportunidades de recorrer à mesma aliança no futuro, mesmo em situações ainda imprevisíveis.

Para dar efeito aos matrimônios de seus infantes, os Reis Católicos não pouparam esforços para garantir que, no que fosse possível, nada interrompesse o processo. Esse é o tom observado em uma carta de instrução enviada ao embaixador Gutierre Gómez de Fuensalida, entre o final de 1495 e o início de 1496:

cuando llegaredes a la corte del Rey de Romanos fuere ido Rojas (Francisco de Rojas, o procurador das capitulações) a Flandes a fazer los casamientos por palabras de presente [...] lo que ellos y vos abeis de hacer es trabajar de conseruar al Rey de Romanos en su buena voluntad de hacer luego los casamientos [...] y junto con esto procurar que socorra y ayude a lo de Milan, segun la necesidad que aquello tuuiere, y que rompa con el Rey de Francia, pues nosotros habemos rompido por su respecto y por el abernoslo escrito, el cual rompimiento procurareis segund y como supierdes que estuvieren las cosas de aca con Francia¹¹⁸

A carta na qual os reis pressionam seus embaixadores para acelerarem a firma dos acordos de palavras de presente e os sponsais é o mesmo em que se pede ajuda ao Duque de Milão e que rompam definitivamente a amizade com a França. Nos parágrafos seguintes, os reis detalham como deviam preparar as viagens das princesas, assim como quem devia acompanhá-las. Da mesma maneira, se o Rei da França enviasse alguma embaixada para atrapalhar os casamentos com contrapropostas, que somente lembrassem ao Rei dos Romanos que “*ya sabe de que manera guarda el Rey de francia lo que promete, y puede conocer que si algo le promete no es para complirlo*”. Possivelmente, essa é uma referência implícita à ofensiva rejeição de Margarida.

Nessa fase de preparação para as viagens das princesas, era incerto o meio pelo qual chegariam ao destino bem como o tempo necessário. Aventava-se a hipótese de que zarpassem na primavera de 1496, quando o clima seria mais propício¹¹⁹. Arriscando que elas desembarcassem em tempo quaresmal, Fernando e Isabel precaveram-se requisitando uma permissão papal que suspendesse os impedimentos que as leis canônicas estabeleciam em termos do calendário litúrgico para a celebração de enlaces solenes.

¹¹⁸ DUQUE DE BERWICK Y ALBA. *Correspondencia de Gutierre Gomes de Fuensalida*. Madri: 1907, p. 1.

¹¹⁹ BERWICK Y ALBA, *op. cit.*, p. 2.

A corte papal de Alexandre VI emitiu uma bula, datada de 21 de abril de 1496, relativamente a esses casamentos¹²⁰. Já haviam começado, portanto, as tramitações legais em Flandres. Assim lhes favoreceu o Papa:

Alexandre Bispo Servo dos Servos de Deus. Caríssimo Filho em Cristo Rei Fernando e Caríssima Filha em Cristo Isabel Rainha da Espanha, saudações católicas e bênção apostólica. A sincera devoção e íntegra fé que tendes a nós e à reverendíssima Igreja romana merecem que sejamos amavelmente favoráveis às vossas petições, quanto permita Deus [...] Assim, como nos foi pedido de vossa parte [...] de que vossos filhos de ambos os sexos, se necessário for, contraiam e solenizem matrimônio no tempo proibido pela Igreja. [...] Favoravelmente consentimos [...] não apenas que vossos sobreditos filhos legal e livremente possam contrair matrimônio no dito tempo proibido, como também contrair e solenizar em face da Igreja, e que consumem a cópula carnal. Que os éditos gerais dos concílios provinciais e sinodais, assim como as outras constituições e ordenações especiais, de maneira nenhuma obstem ou contrariem o presente custódio da autoridade apostólica. Com especial dom indulgenciamos esta graça. Portanto, não há ninguém entre os homens para infringir ou temerariamente contrariar esta vossa página de concessão. Se, porém, contra isso atentarem, incorram na indignação do Deus Onipotente e dos seus bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo. Dada em Roma sob São Pedro. Ano da Encarnação do Senhor de 1496, 2(?) Abril, quinto ano de nosso pontificado¹²¹.

A bula, além do seu objetivo principal, de permitir a conjunção matrimonial dos filhos dos Reis Católicos, independentemente do tempo em que se celebrasse, tem ainda outros significados. A seu modo, o Papa abençoa essa união com tudo o que ela representa: a união de espanhóis e germânicos em prol de “intrrometerem-se” nas coisas da Itália, em represália às ações francesas. O Papa manifesta, dessa maneira, sua aprovação da política régia e une-se a seus objetivos, constituindo uma Liga em união com o Rei dos Romanos, o Rei da Inglaterra, e os Reis da Espanha.

Não era a primeira vez que o preâmbulo de uma bula da cúria de Alexandre VI louvava a “*eximiae devotionis*” dos Reis Católicos. Tal referência repetira-se, por exemplo, na famosa bula *Inter Coetera*, de 1493, na qual outorgava a Leão e Castela o

¹²⁰ AGS, PTR, LEG, 27, DOC. 40, fº 1.

¹²¹ *Alexander Episcopus Servus Servorum Dei Carissimo in Christo Filio / Ferdinando Regi et Carissime in Christo Filie Helizabeth Regine Hispaniarum Catholicis Salut et apostolicam benedictionem / Eximie Devotionis sinceritas et integra fides quibus nos et Romani reverendissimi ecclesiam promeretur ut petitionibus vestris(?) quantum / cum Deo possumus favorabiliter amamus(?). [...] vestra(?) petitio continebat viterdum contingere / posset [qd] filii vestris(?) utriusque sexus necesse foret matrimonium tempore ab ecclesia prohibito contrahere et solemnizare. [...] favorabiliter anuentes vobis ut fiat [vri] predicta cum expedierit matrimonium etiam Dicto tempore prohibito alias / tamen rite(?) contraheve et in facie ecclesie solemnizare ac illud carnali copula consumare libere ac licite possiut apostolicis ac in Provincialibus / et Sinodalibus Conciliis editus generalibus vel spetialibus Constitutionibus et ordinationibus ceterisque contrariis nequaquam? obstantibus / auctoritate apostolica tenore presentium De spetialis Dono gratie indulgemus. Nulla ergo omnino hominum liceat hanc paginam [vre] / concessionis infringere vel ei ausu temerário contravere(?). Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatos / Petri et Pauli Apostolos eius se non erit incursum(?). Dat Rome apud Sanctum petrum. Anno Incarnationis Domini ce / Millesimoquadringsimononagesimosexto. Quodeamo 2(?) Aprilis Pontificatus nostri Anno Quinto. AGS, PTR, LEG, 27, DOC. 40, fº 1.*

domínio de todas as terras descobertas a Ocidente, tal como os portugueses exerciam na África¹²². Natural de Valencia e estreitamente aliado aos Reis Católicos, aos quais atribuiu esse título, Alexandre beneficiou a si e a seus antigos soberanos espanhóis. Sua eleição como Papa coincide com o ano da conquista de Granada, inaugurando uma fase de política convergente das coroas castelhana, aragonesa e papal.

É importante notar o alcance da voz papal, estendendo-se desde o direito de celebrar as solenidades matrimoniais até a cópula carnal, em clara demonstração do exercício da jurisdição eclesiástica sobre o matrimônio, em todos os seus aspectos¹²³. O ato de dispensar os nubentes do calendário litúrgico evidencia a autoridade do legislador que pode, a qualquer momento, e de acordo com sua capacidade de intérprete, suspender a norma e criar a exceção¹²⁴.

Vale lembrar o que diz Stº Tomás a respeito da realidade carnal inerente ao matrimônio. O estado matrimonial, por mais honesto que fosse, estava abaixo do estado dos religiosos que consagravam sua castidade a Deus. Esses tinham a atribuição de orientar o rebanho cristão, inclusive no que concernia ao matrimônio.

Segundo o conselho de S. Paulo, “aos solteiros e às viúvas, digo que é bom se permanecerem assim, como eu. Mas, se não podem guardar a continência, casem-se. É melhor casar do que abrasar-se”¹²⁵. Os versículos poderiam sugerir a possibilidade de que o matrimônio tivesse algo de pecaminoso. Stº Tomás rejeita essa proposição, mas o faz com certas reservas, devido à necessidade da união conjugal e do prazer que dela deriva.

Nós nos unimos com Deus pelo hábito da graça e pelo ato da contemplação e do amor. Por onde, tudo o que impede a primeira união é sempre pecado. Mas nem sempre o é o que impede a segunda; pois, qualquer ocupação lícita com as coisas inferiores dissipa a alma e a torna incapaz de se unir atualmente com Deus. O que sobretudo se dá com a conjunção canal, que trava a mente por causa da intensidade do prazer. Por isso, os que se deram à contemplação das coisas divinas ou ao trato dos sacramentos se lhes impõe que, quando a isso se entregarem, se abstenham das suas mulheres.¹²⁶

Perder o estado de graça destina a alma ao inferno, até os pecados serem redimidos pelo sacramento da penitência. Entretanto, o ato de contemplação e oração

¹²² GARCÍA-GALLO Y DE DIEGO, Alfonso: "Las bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en África e Indias". In: **Anuario de Historia del Derecho español**, 1958, pp.808-810.

¹²³ DUBY, Georges. **El caballero, la mujer y el cura: el matrimonio en la Francia feudal**. Tradução de Mauro Armínio. Madri: Taurus, 1988, p. 17.

¹²⁴ GROSSI, *op. cit.*, p. 62-63.

¹²⁵ BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, 1 Coríntios 7, 8-9.

¹²⁶ ST, Questão XLI, Art. III.

contínua não é obrigatório a todos os homens, embora seja o meio que eleva os consagrados e os torna mais perfeitos e mais próximos de Deus. Embora a natureza corpórea dos homens seja boa, haveria uma perturbação do reto uso da razão humana quando alguém se entrega aos prazeres que agradam aos sentidos corporais, principalmente de ordem sexual. Isso necessariamente impediria a adoração a Deus, ou seja, ao menos nesses momentos seria interrompida até a oração da alma mais piedosa.

Certo de que a maioria das almas pecaria pela tendência oposta à da extrema piedade, Stº Tomás entende que o matrimônio serve também para satisfazer a concupiscência – atração dos homens pelos prazeres terrenos, sequela do pecado original – de forma legítima, para que ela não incitasse más ações¹²⁷. Embora o matrimônio e o adultério pertencessem à mesma espécie natural, diferiam como espécies morais, tais como o homicídio e a execução. O matrimônio era a circunscrição na qual se tornava legítimo dar vazão aos instintos carnis. A relação conjugal, quando motivada apenas pela busca do prazer, seria pecado venial¹²⁸ – isto é, que não fere gravemente a Lei de Deus e não condena ao inferno, posto que torne a alma menos perfeita. Apesar de ser um ato orientado pela concupiscência, esta é reprimida dentro do matrimônio, pois subordina o desejo à razão¹²⁹.

Desta forma, embora a cópula carnal fosse proibida em certos dias penitenciais para mortificar a carne, não era problemático abrir uma exceção para os futuros casais régios, já que a consumação de seus casamentos era urgente por motivos razoáveis e políticos, e não apenas por mera concupiscência. É preciso lembrar que era natural da realeza usufruir de privilégios em decorrência de sua posição capital na sociedade.

Em termos de divulgação e registro histórico, já vimos como as crônicas abordaram as negociações matrimoniais como assunto de governo. Esse tipo de evento também mobilizava o imaginário popular, chegando mesmo a ocasionar a produção de obras laudatórias que não eram encomendadas pela família real, colaborando para sua eficácia. A disseminação da notícia e dos acontecimentos relacionados a estas uniões mobilizavam e atraíam pessoas das mais variadas ordens, possivelmente conquistando boa reputação para a aliança política efetivada pela boda. Um exemplo é o poema

¹²⁷ ST, Questão XLII, Art. III.

¹²⁸ ST, Questão XLI, Art. IV.

¹²⁹ ST, Questão XLII, Art. III.

publicado por Fadrique da Basileia¹³⁰: “*Coplas fechas sobre el casamento dela hija del Rey despaña conel hijo del emperador duque de bergoña conde de Flandes archiduque de autarixa*”.

É um poema heptassílabo, com dez versos rimados em cada estrofe. Foi impresso em oito fólhos, em caracteres góticos. Muitos eventos narrados no poema parecem fictícios – especialmente quando se refere a uma batalha marítima entre franceses e espanhóis. No entanto, ele fornece uma visão interessante de alguém que provavelmente estava longe de todos esses acontecimentos, mas que produziu e disseminou uma história sobre eles.

Assim, ele narra a chegada de embaixadores do Império à corte de Castela para propor casamento:

[...] *cavalleros muy luzidos / del imperio son salidos / por casar la archiduquesa / El muy alto emperador / sobre reyes mas subido / embio por embaxador / de su tierra vn gran señor*¹³¹

Bethany Aram aponta que o poeta se equivocou ao atribuir o título de Rei dos Romanos a Felipe¹³², uma vez que esse título era atribuído ao candidato presuntivo a Imperador antes que ele fosse coroado pelo Papa. Se Maximiliano nunca foi coroado, portanto, nunca teria se tornado efetivamente Imperador. Porém, ele reinou como Imperador e assim era considerado na época, inclusive por Fadrique. A tecnicidade da falta de coroação não impediu que um súdito de Castela considerasse Maximiliano imperador e, portanto, a Felipe como Rei de Romanos. Se essa era a fama de Maximiliano onde habitava Fadrique, ele não se equivoca.

Ainda segundo a autora, o poeta deliberadamente inverteu os termos para compensar a falta de títulos de Felipe, já que Juana seria a única da família a se casar com alguém abaixo da dignidade régia. Mais do que uma tentativa de compensar a inferioridade de Felipe, o poema parece confirmar que consideravam a aliança matrimonial entre a infanta Juana e o arquiduque Felipe digna para ambas as partes, uma vez que o noivo estava destinado a suceder a seu pai no Império. Assim, a boda de Juana não destoou da de suas irmãs; ela não se casou com um mero duque, mas com um

¹³⁰ Fadrique foi um importante impressor em Burgos no século XV. Hoje em dia, a cidade possui um museu temático de livros, que homenageia Fadrique. Sítio do museu: <http://www.museofadriquebasilea.com/> Acesso em: 6/2/2018.

¹³¹ **Coplas hechas sobre el casamiento de la hija del Rey de España con el hijo del Emperador.** Burgos: Fadrique Biel, 1496, fº 1. Daqui em diante, COPLAS. Disponível em: http://www.europeana.eu/portal/record/92004/BibliographicResource_2000059199376.html/ Acesso em: 6 de agosto de 2015.

¹³² ARAM, *op. cit.*, p. 31.

futuro Imperador. Certamente, Juana teve outros pretendentes de estirpe, como o rei da Escócia e o próprio delfim da França¹³³. Ademais, na política matrimonial dos Reis Católicos é clara a intenção de casar os filhos apenas com membros de outras casas reais, assegurando que todos os seus descendentes pertencessem a linhagens equivalentes e que estivessem diretamente associadas ao exercício do poder régio.

Sobre a resposta do Rei Fernando¹³⁴:

Respondiole su grandeza / con palabra muy humana / que mirasse la lindeza / que tenia y gentileza / la su hiiia dona juana / otro dia en la mañana / la muy alta poderosa / se mostro ala ventana / do esta gente cortesana / salegro por ser hermosa / La su vista animosa / tiene tanta claridad / como piedra virtuosa / quera clara relumbra / resplandece su beldad / la su grand abelidad / era bien merecedora / de tener altividad / su alteza realidad / de ser mas quenperadora¹³⁵

A beleza da noiva, muito louvada no poema, seria de grande utilidade matrimonial. Esperava-se que o futuro marido não tivesse dificuldade em encantar-se por ela e produzir belos filhos, sem demora. Além disso, todos os seus atributos seriam adequados para cativar as boas graças do marido e de sua corte, ajudando-a a desempenhar o seu papel. O poema dá a entender que a própria beleza de Juana ajudou a conseguir o enlace, e comenta mesmo como os germânicos ficaram apaixonados pelas belas moças espanholas¹³⁶. Os louvores à beleza de Juana prosseguem:

Su alteza ataviada / vos dire como la vi / con vna ropa colorada / descarlata muy preciada / aforrada en carmesí / ella trae vn gran robi / y otras piedras relumbrosas / quel claror que dan de si / alumbrassen por aquí / alas noches tenebrosas / Quando ven su fermosura / tener tales resplandores / vn maestro de pintura / el oebuxa su figura / en que muestra sus colores / porque sepan los señores / del imperio do salían / como son merecedores / de ser ellos sabidores / de leuar lo que traían¹³⁷

¹³³ ARAM, *op. cit.*, p. 185, nota 97.

¹³⁴ Apenas Fernando é mencionado neste momento de negociação do casamento da filha. Seria um sinal de que o poeta considerava o pai como tendo a palavra final no assunto? Isabel aparecerá depois, levando a filha ao barco e despedindo-se dela. No fôlio 3, fala-se do “rey leon”, provavelmente Fernando como Rei de Leão por casamento.

¹³⁵ COPLAS, fº 1.

¹³⁶ COPLAS, fº 4.

¹³⁷ COPLAS, fº 2.

Figura 6 - Doña Juana I de Castilla, Mestre de Affligem



c. 1500, Museo Nacional de San Gregorio, Valladolid. Disponível em:
https://es.wikipedia.org/wiki/Juana_I_de_Castilla#/media/File:Johanna_I_van_Castili%C3%AB.JPG
Acesso em: 20 abr 2018.

Figura 7 - Margarida de Áustria, anônimo flamenco



c. 1495, coleção particular. Disponível em:
https://www.findagrave.com/memorial/44732477/margaret_of_austria Acesso em: 20 abr 2018.

Essa descrição de Juana lembra um retrato realizado numa época não muito posterior, pelo Mestre de Affligem¹³⁸. Nele, Juana, ainda bastante jovial e bela, traça um vestido escarlate, próprio da realeza. Também está adornada com pedras preciosas, símbolos de riqueza e esplendor, simbolizando que os homens do Império teriam sorte em receber tão grande mulher por senhora. De fato, o poeta diz que ela era merecedora de ser mais que Imperatriz. Chama a atenção a semelhança do retrato de Juana com o de sua cunhada, atribuído ao mesmo autor do díptico com os irmãos Habsburgo. A cor e a forma do vestido, o estilo do toucado, e mesmo a posição das mãos; todos esses elementos apontam para uma maneira típica de apresentar-se como senhora nos Países Baixos.

Miguel Zalama explica que aqueles retratos cumpriam uma função muito diferente dos atuais. Sua função não era mostrar os traços do retratado, mas representar a sua dignidade, “sacrificando o realismo até onde fosse necessário”¹³⁹. Segundo ele, a semelhança entre Juana e Margarida não é acidental, pois se encaixam no modelo de representação que orientou estas e outras imagens produzidas das duas na mesma época.

Depois de concluídos e celebrados os acordos, ocorrem muitas justas, celebrações e há mesmo a referência discreta aos romances que nessa época surgiram entre os germânicos e as espanholas, que pressagiavam a felicidade da união de Juana e Felipe. O próprio Fadrique, que nasceu na Basileia, cidade de cultura germânica, mas vivia em Burgos, cidade castelhana, tinha motivos para estar satisfeito com a aliança.

Juana parte para o porto de Laredo, acompanhada de sua mãe, que se despede dela com grande tristeza e pesar¹⁴⁰. O sacrifício da separação demonstra a resolução firme da rainha em deixar partir a filha “que mais que a si queria”, em favor do bem comum. A partida de Laredo é atestada por diversos documentos.

Entretanto, o poeta insere um acontecimento durante a viagem marítima, que provavelmente é fictício, já que não se encontra em nenhuma outra fonte. Até aquele momento, ainda não se fizera menção aos inimigos principais dos castelhanos, os franceses. Eles surgem durante a viagem, e podem ser associados à conotação negativa do mar, como um espaço de perigos desconhecidos e incontroláveis. Mas os espanhóis, como heróis, conseguem vencê-los:

¹³⁸ É o mesmo autor do tríptico de Felipe e Juana, em Zierikzee.

¹³⁹ ZALAMA, Miguel. “Juana I en las imágenes, las imágenes de la reina” In: ZALAMA, Miguel (dir.) **Juana I en Tordesillas**: su mundo, su entorno. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2010, p. 17.

¹⁴⁰ COPLAS, fº 5.

El magnifico almirante / con armada mucho gruessa / que tenia bien constante / de castilla muy pujante / el partio conla duquesa / el leuaua por empresa / con sus grandes poderios / si topasse la francesa / porques gente muy reuesa / pelear con sus nauios / Ya despues que hixo vela / enla mar con sus varones / van salir dela rochela / mucha nao y carauella / con grand flota de bretones / mas sus fallas opiniones / por mal cabo los echaron / pues en fin de conclusiones / el armada despañones / la su flota les tomaron / Ya despues que los vencieron / vsen vsen crueldad / que esto bien lo merecieron / por lo que acometieron / con su mala propiedad / mas su alteza y realidad / hizo conlos caualleros / que vsassen de bondad / pues a su grande majestad / se le dan por prisioneros¹⁴¹

Os franceses saem de La Rochelle, em muitas naus e caravelas repletas de bretões. Depois de vencidos pelos homens do magnífico almirante, perdem suas frotas e são ameaçados com punições cruéis. Apesar de merecerem, a duquesa Juana manifesta sua graça, mandando que fossem apenas aprisionados. A beleza de Juana, exaltada no início do capítulo, soma-se à sua virtude, sabedoria, prudência e misericórdia ao não agir de forma vingativa, mas da maneira que seria mais proveitosa ao bem comum, graças à forma majestosa como agiu.

O acontecimento também serve para lembrar o tipo de cenário no qual Juana seria introduzida: a corte borguinhã, onde se esperava que ela sobressaísse com a mesma magnanimidade. Chegada a Flandres, Juana é recebida com muitas celebrações e homenagens pelos novos súditos. A trajetória épica e heroica que conclui a viagem é apenas o prelúdio da outra trajetória, muito mais sinuosa: a de seu matrimônio.

¹⁴¹ COPLAS, fº 5.

CAPÍTULO 2

Os efeitos e a eficácia do casamento

1. A duquesa sem corte

A chegada de Juana em Flandres foi cumulada de bons presságios, contrastantes com os acontecimentos posteriores. O poema de Fadrique da Basileia já cantava a magnífica recepção dos flamencos à sua nova senhora:

*Con trompetas y clarones / han llegado do querian / con solemnes
processiones / alemanes bergoñones / a su alteza recibian / las musicas que tañian / son
de tales perficiones / que todos quantos las oyan / conel gozo que sentian / alegre sus
coraçones*¹⁴²

A despeito da veracidade questionável do testemunho, o poema apresenta uma imagem do que se consideraria como uma recepção desejável à jovem noiva que chegava para desposar o soberano da Borgonha. O momento das bodas é uma ocasião de alegria, onde se celebrava a união entre espanhóis, alemães e borguinhões. Talvez de forma coincidente, o poeta faz referência a um dos maiores prazeres de Juana: a música. O esforço e o esmero da recepção são retratados como decorrências espontâneas daquele gozo que enchia os corações de todos, surpreendendo a recém-chegada e engendrando a imagem de súditos diligentes no serviço a seus senhores. Os versos continuam:

*Salen luego cien donzellas / a su alteza recibir / las sus caras son tan bellas /
como el sol y las estrellas / quando quieren reluzir / si bastasse mi escreuir / porque
enesto bien se lea / segund fue mi presumir / escomiençan de dezir / magnifica anima
mea*¹⁴³

Assim como Felipe era o primeiro entre os nobres da Borgonha, Juana seria a primeira entre as damas. A recepção presidida por uma comitiva de mulheres locais assinala um aspecto do papel de duquesa, que une Juana mais estreitamente às súditas. O último verso faz referência ao *Magnificat*, canto proclamado pela Virgem Maria quando do encontro com sua prima, St^a Isabel, narrado no Evangelho de S. Lucas, e que será usado para ornamentar o encontro de Juana com suas donzelas.

A recepção é conduzida de maneira ordenada. O verso cita primeiro “alemanos bergoñones” indistintos, seguidos das donzelas, e, por fim, pelos homens e clérigos da

¹⁴² COPLAS, f^o 6, primeira coluna.

¹⁴³ *Idem*.

aristocracia. As estrofes refletem a hierarquia modelar da sociedade, dos menores aos maiores:

Los nobles comunales / quando ellos lo supieron / arçobispos cardenales / caulleros principales / a su alteza rescibieron / grandes salas les hizieron / a su alteza y señoria / por las calles do vinieron / con proçeçiones salieron / la solemne clerezia.¹⁴⁴

A boa recepção seria de grande valor para a recém-chegada. Distante de casa e desambientada, num país estranho, a formação de redes de amizade e lealdade com os nobres locais seria fundamental para exercerem seu papel político em conjunto, bem como para garantir a fidelidade ao futuro herdeiro. As “grandes salas” que lhe fizeram também seriam sinal de concórdia com aqueles que a enviaram, isto é, os espanhóis.

Alli vi las dos naçiones / conla su comunidad / alemanes españoles / con solemnes processiones / reçeibir su potestad / porque hablando la verdad / nunca vieron los humanos / tan rica sollemnidad / enla grande cristiandad / no se acuerdan los romanos / Alegren se las españas / los que enellas moraran / pues las altas alemañas / con aquestas sus hazañas / muy alegres quedaran / avn os digo que diran / o gracioso gran misterio / todos quantos lo oyran / en sus tierras gozaran / ende mas enel imperio¹⁴⁵

O casamento de Juana é a consolidação da comunidade entre alemães e espanhóis, na qual a potestade é encarnada pelas realezas de ambos os povos e efetiva a união entre eles através do laço corporal por excelência, o conjugal. As festividades típicas das bodas adquirem dimensões que transcendem o âmbito pessoal ou familiar, representando o conjunto das nações. O poeta termina fazendo referência ao próprio Império, e, portanto, ao Imperador Maximiliano, que se alegraria ao saber da notícia da chegada e recepção a Juana. Embora distinga o Imperador germânico do conjunto dos borguinhões, não hesita em anunciar a alegria que ele sentiria pelo sucesso dos negócios nos estados de seu filho, já que seu envolvimento através da autoridade paternal não era considerado uma intromissão ilegítima, mas antes um dever enquanto pai.

A chegada de Juana foi memorável o bastante para que Maximiliano a mencionasse em sua novela autobiográfica, *Der Weiß Kunig*. Sob o codinome de “Rei Branco”, o imperador escreveu, juntamente com seu secretário Marx Treitzsauerwein, uma obra em prosa que narra os anos de governo de seu pai, Frederico, e os seus até 1513¹⁴⁶. Outros reis da época são mencionados sob codinomes, como o da França, chamado de Rei Azul, o inglês como o Rei Vermelho, e o consogro, Fernando, como o Rei Negro. Na imagem a seguir, a infanta Juana deixa uma embarcação ocupada

¹⁴⁴ COPLAS, fº 6.

¹⁴⁵ COPLAS, fº 7.

¹⁴⁶ MAXIMILIANO I; TREITZSAURWIEN, Marx. **Der Weiß Kunig**. Viena: Joseph Kurzbösch, 1775.

somente por mulheres, embora a frota contasse com outras embarcações, demonstrando a riqueza e o poder espanhol. Felipe aparece para receber a noiva recém-chegada, provavelmente uma tentativa de compensar sua ausência no verdadeiro desembarque.

Figura 8 – Chegada de Juana de Castela em Flandres no romance *Der Weißkunig* (O Rei Branco)



c. 1514-6, xilogravura, Biblioteca Estadual da Baviera, Munique. Disponível em: http://www.nationalgeographic.com.es/historia/grandes-reportajes/juana-la-loca_9525 Acesso em: 05 abr 2018.

Antes de estabelecer-se na corte borgonhesa, Juana passou por uma fase itinerante, com entradas solenes em cidades e recepções. Ela parece ter cumprido bem essa etapa.

O encontro de Juana e Felipe, muito dramatizado na arte como um amor à primeira vista, ocorreu em Lier. Juana estava hospedada na casa de um abade, talvez para respeitar seu status de donzela antes da consumação do matrimônio. A crônica de Felipe conta que, no dia em que se encontraram, receberam a benção nupcial e consumaram o matrimônio¹⁴⁷. A cerimônia oficial do casamento aconteceu dois dias depois, como estava previsto.

¹⁴⁷ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, pp. 40-41.

A menção à pressa para a consumação do casamento na crônica de Felipe é muito sugestiva. Dado que o enlace oficial estava marcado para alguns dias depois do encontro, a incapacidade de guardarem continência até o dia previsto teria obrigado a uma cerimônia rápida para que o jovem casal não cometesse pecado de fornicação. Embora o autor da crônica não dê muito detalhes do acontecimento, poderia facilmente tê-lo omitido sem prejuízo para a narrativa. Neste contexto, a sugestão do desejo irrefreável dos nubentes, por discreta que seja, é um sinal do sucesso da união matrimonial.

O adiantamento da união a pedido dos noivos – mais provavelmente, do noivo – complementa o planejamento legal dos embaixadores com aquele assentimento imprevisível, mas desejável, derivado dos afetos amorosos, que corrobora e potencializa as negociações políticas que a propiciaram. A mensagem transmitida é que política e prazer se misturam, podendo render bons frutos para os envolvidos. Ao encantar Felipe desta maneira inesperada, Juana consegue uma vitória moral sobre os franceses que tentavam atrapalhar o seu casamento¹⁴⁸.

A esse respeito, Calderón Ortega atribui a demora de Felipe em conhecer a noiva às maquinações de cortesãos francófilos que tentaram, sem sucesso, desencorajar a aliança com a Espanha¹⁴⁹. Uma vez que as bodas haviam sido encabeçadas por seu pai, à revelia de seus cortesãos e especialmente de seu conselheiro mais próximo, o Arcebispo de Besançon, Francisco de Busleyden, Felipe teria atrasado em demasia seu encontro com Juana, manifestando seu desgosto com o enlace forçado. Esta seria uma das poucas vezes em que seu pai teria conseguido vencer sobre os flamencos, no que concernia à política borgonhesa. A crônica omite estes detalhes desagradáveis, e os substitui com o pedido de adiantamento da união por parte do noivo, numa clara tentativa de desmentir rumores a respeito das más relações entre o casal.

Seguiu-se ao encontro uma série de celebrações e festejos comemorando a aliança entre Habsburgos e Trastâmaras, transformando o espaço urbano em palco político, no qual os habitantes confirmavam sua obediência aos senhores, os quais asseguravam-lhes seus privilégios e direitos locais. A recepção a Juana como Duquesa da Borgonha, iniciada com seu desembarque prosseguiu ainda depois do casamento.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 39.

¹⁴⁹ CALDERÓN ORTEGA, *op. cit.*, *loc. cit.*

Embora o cronista Padilla diga que Felipe e Juana fizeram a entrada solene juntos em Bruxelas¹⁵⁰, essa informação está em desacordo com os documentos estudados por Paul Vandebroek¹⁵¹, que relatam que a Duquesa fez sua entrada solene sozinha – o que não foi motivo de menor fausto na ocasião. O caráter itinerante da corte borgonhesa propiciava com frequência esse tipo de evento, no qual o pacto de vassalagem entre os duques e seus súditos mostrava seu vigor. As visitas do soberano, embora tivessem um custo significativo em alimentação, hospedagem e entretenimento, propiciavam em troca o acesso direto à corte, ambiente privilegiado para conseguir mercês e benefícios¹⁵².

Tendo em vista que a generosidade do soberano era incerta, seria preciso que os cidadãos recorressem a todos os meios disponíveis para cair nas suas boas graças. Em 1496, a decoração das cidades para essas festividades já era um costume secular¹⁵³, e não pouparam esforços para impressionar Juana. Os *tableaux vivants* organizados para o dia foram os primeiros a serem integralmente documentados em imagem, a nível europeu¹⁵⁴. Consistiam em palcos onde pessoas encenavam alguma cena famosa. Se se deram ao trabalho de impressionar Juana, desacompanhada do marido, é razoável pensar que a cidade a considerava digna e capaz de mediar os benefícios e as graças da relação entre súditos e soberano.

As personagens e temas escolhidos para o momento eram ostensivamente femininos. Para impressionar e agradar à esposa do soberano, representaram mulheres fortes, virtuosas e famosas, tanto pagãs como cristãs. Do Antigo Testamento, surgem as figuras de Judite, Ester, Tecuítas e Jael. Como se não bastasse a sutil associação da visitante com essas mulheres, os *tableaux* vinham acompanhados de uma legenda que associava as duas personagens: “Como Judite reduziu Holofernes a nada, matando-o com a espada, salvando, assim, seu povo. Desta maneira, nossa rainha Juana libertará a seu povo, destruindo tudo que lhe seja desfavorável”¹⁵⁵. Cada um desses *tableaux* propunha um perfil heroico para Juana, espelhando-se em mulheres bíblicas. Assim, diz-se que ela atravessaria a cabeça dos inimigos como Jael, esmagaria vitoriosamente

¹⁵⁰ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, p. 42.

¹⁵¹ VANDENBROECK, Paul. “Una novia entre heroínas, bufones y salvajes: La Solemne Entrada de Juana de Castilla en Bruselas, 1946” In: DE JONGE, Krista; GARCÍA GARCÍA, Bernardo; ESTEBAN ESTRÍNGANA, Alicia. **El Legado de Borgoña: Fiesta y Ceremonia Cortesana en la Europa de los Austrias (1454-1648)**. Madri: Marcial Pons, 2010, p. 145.

¹⁵² *Ibidem*, p. 145.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 146.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 148.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 153.

os seus inimigos mortais, e, como Asuero alçou Ester, assim Felipe abraçou carinhosamente a Juana de Espanha¹⁵⁶.

Os responsáveis pela recepção de Juana não apenas propuseram modelos exemplares de mulheres fortes, mas de mulheres cuja virtude estava estreitamente associada ao combate e ao poder em nome da Justiça e do povo. Ao fazê-lo e dizê-lo, mostravam o que era aguardado de seu desempenho junto ao soberano, mas também a reconheciam poderosa – pré-requisito para, depois, pedir-lhe graças e mercês.

Além das quatro mulheres bíblicas, também foram feitos *tableaux* sobre as Nove Heroínas da Fama: Deifila, Sinope, Hipólita, Menalipa, Semíramis, Lampeto, Tomiris, Theucas e Pentesilea. Essas figuras míticas, surgidas na Baixa Idade Média como contraposição feminina aos Nove Heróis da Fama, têm como lastro da sua notoriedade histórias de conquistas e sucessos militares¹⁵⁷. Para coroar o projeto de inspiração de valentia direcionado a Juana, um *tableau* mostrava sua própria mãe, Isabel, conquistando Granada. Estava claro que os seus novos súditos esperavam nada menos do que a filha de uma guerreira bem-sucedida para governá-los e dar à luz a um herdeiro digno dos feitos de seus avós.

Paralelamente às referências heroicas femininas, encenaram-se exemplos matrimoniais que inspirassem e lisonjeassem os recém-casados Felipe e Juana. Extraídos da Bíblia, os exemplos de Sara e Abraão, Michal e Davi, Rebeca e Isaac, Ester e Assuero, e da filha do faraó com Salomão foram comparados aos acontecimentos que levaram ao enlace, desde a escolha de Juana por Maximiliano, passando pela viagem marítima perigosa empreendida até Brabante, até que finalmente o “muito inteligente Felipe recebeu e apreciou a Juana com uma imensa alegria e com os braços abertos”¹⁵⁸. Vinculando o passado ao presente, a história dos cristãos era entendida como parte da história da Salvação, capitaneada pelas cabeças coroadas da Cristandade. O ato das bodas era, por sua vez, parte constitutiva dessa epopeia na qual o Bem, a Verdade e a Justiça triunfavam sobre o Mal, os erros e os pecados (transgressões). Para que fossem alçados à mesma grandeza que os personagens das Escrituras, deveriam imitá-los como exemplos de eficácia matrimonial, já que Deus havia recompensado o povo judeu pela fidelidade de seus líderes.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 153.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 154.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 159.

Os *tableaux* restantes abordaram alguns temas de relevância para o matrimônio e para o Império. Um deles representa como Mariana, infanta de Castela, e Florêncio, Duque de Milão, apaixonaram-se um pelo outro ao verem seus retratos¹⁵⁹; a analogia explícita é que Felipe e Juana tiveram a mesma experiência, situação já narrada pelo poeta anteriormente mencionado¹⁶⁰. São dois casos dificilmente correlatos, mas que ilustram que a expectativa externa para com um matrimônio dinástico implicava a paixão entre esses noivos, de forma que ela ajudasse a afiançar os efeitos que se esperavam da união.

Entretanto, não levou muito tempo para que Juana começasse a enfrentar dificuldades. Um dos principais motivos para o seu isolamento na corte da Borgonha pode ser remontado ao acordo matrimonial analisado previamente. Fora acordado que Juana receberia arras, auferidas das rendas de determinados territórios da família de seu marido, até perfazer a quantia de vinte mil escudos anuais. Esse dinheiro seria usado por ela para pagar as despesas de sua casa e sustentar a sua dignidade, o que significava que seria investido em montar uma rede de alianças que lhe ajudaria a conseguir poder na corte borgonhesa.

O problema é que Juana não recebeu o dinheiro que seu marido lhe devia. Dependente por inteiro da complacência de Felipe, Juana não teve meios substanciais para ordenar sua casa de forma a estabelecer uma base de apoio na corte borgonhesa. Embora certamente tenha sido um ponto negativo na vida de Juana como duquesa, é importante descartar a atribuição da culpa aos pais de Juana, por pretensamente terem se recusado a assumir responsabilidade financeira pela sua pessoa¹⁶¹. Confunde-se dote, que era pago pelo sogro ao genro, com arras, dinheiro dado pela família do marido à noiva. O pagamento das arras às noivas não era uma substituição do dote, mas uma instituição independente deste¹⁶².

O relato do embaixador aos pais de Juana pretendia alarmá-los sobre a situação indigna da casa de sua filha¹⁶³. Apesar de observarem uma disciplina admirável,

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 162.

¹⁶⁰ COPLAS, Fólho 1-2.

¹⁶¹ "According to the terms of the ensuing treatises, the two brides would forgo the usual dowries from their parents. Instead, Juana and Marguerite were each to receive an annual income of 20 000 escudos, to be paid out of revenues collected in their husbands' respective territories. Bowing to the wishes of her parents' realms, Juana could only accept their refusal to assume financial responsibility for her person." ARAM, *op. cit.*, p. 31.

¹⁶² SÁNCHEZ COLLADA, *op. cit.*

¹⁶³ RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. **Bosquejo biográfico de la Reina Doña Juana**. Madri: Aribau, 1874, p. 38-39.

estavam abaixo dos padrões esperados para a corte de uma infanta e arquiduquesa. Era evidente que Felipe não estava cumprindo aquilo que havia sido acordado na capitulação matrimonial, e a pobreza da casa de Juana tinha implicações sérias para os interesses espanhóis.

Casada com Felipe, entre outros motivos, para representar os interesses de seus pais na aliança entre seus reinos, Juana careceria de meios para desempenhar essa função se não obtivesse as riquezas necessárias para conquistar espaço e aliados na corte do marido. Por mais que executasse bem seus outros papéis, seria uma grande desvantagem para seus pais. Tendo perdido a maior parte da comitiva que a acompanhou na viagem, seja por mortes em massa durante o inverno, ou por terem retornado à Espanha, os nobres borguinhões trabalharam para aculturar Juana e seus serviços, de modo que pudessem isolá-la e governá-la¹⁶⁴. Em alguns meses, os membros da casa da Arquiduquesa passaram de uma maioria de espanhóis, selecionados por sua mãe, para uma maioria de borguinhões¹⁶⁵.

Cabe perguntar: e quanto ao marido? Teria sido benéfico para Felipe este alheamento e dependência de sua esposa, já que ele parece ter sido o responsável por ela? De que forma isso foi vantajoso para ele?

Os anos que Juana passou como Arquiduquesa não parecem ter lhe dado experiência prática de governo. Cabe-nos perguntar se, em algum momento, ela alimentou tal expectativa. Mesmo a correspondência diplomática espanhola parece insatisfeita sobretudo com o padrão inferior de sua casa e com o comportamento escorregadio de Felipe. Em nenhum momento, pretendia-se que ela se evadisse da autoridade do marido.

Se é verdade que Juana não adquiriu experiência de governo na Borgonha, também parece ser verdade que em nenhum momento se tratou disso como um problema. Aquilo que se desviou do comportamento esperado foi devidamente notado e criticado. Muito se falará posteriormente sobre a falta de preparo de Juana para ser rainha de Castela, mas se esquece que ela fora preparada para ser consorte.

À falta de recursos, soma-se a incompatibilidade de culturas. “A atmosfera ostentadora, em busca de prazeres, que rodeava o jovem Felipe era radicalmente

¹⁶⁴ ARAM, *op. cit.*, p. 41.

¹⁶⁵ *Idem.*

diferente daquela corte devota e austera que Juana conhecera em Castela”, diz Aram¹⁶⁶. Uma das principais alegações da incapacidade de Juana de inserir-se na rede política de Borgonha diz respeito à sua dificuldade de assimilar seus costumes. Tendo crescido à sombra piedosa da corte da Rainha Católica, Juana ter-se-ia encontrado em Flandres num ambiente excessivamente licencioso que a impedia de interagir com seus membros. Dada a importância dos momentos de intimidade pessoal para o estabelecimento de laços de amizade e fidelidade, este aspecto tê-la-ia impedido de mostrar sua eficácia enquanto senhora da casa.

Se parece difícil reduzir a explicação sobre o isolamento de Juana na corte à incompatibilidade de costumes, entretanto é inegável que existem diversas evidências de que ela tinha dificuldades pessoais de impor sua autoridade de maneira contínua, fazendo-o somente em situações episódicas. Cabe a pergunta: as ações impositivas de Juana, quando acontecem, foram consideradas ineficazes justamente por não terem sido mais permanentes? Se Juana tivesse forçado mais a conjuntura a seu favor, poderia ter alcançado resultados diferentes? Ou teria isso ameaçado ainda mais a situação dela diante de seus opositores, que a cercearam e isolaram com tanta eficiência? Sua atitude de aceitação silenciosa seria mais sábia do que a rebeldia?

A decisão de não pagar a quantia devida a Juana se deu por um esgotamento do tesouro de Maximiliano¹⁶⁷. Embora seja provável que também houvesse ações deliberadas de cortesãos borguinhões que impedissem Juana de receber uma quantia digna de seu estado, também é preciso lembrar que eles tinham mais dívidas do que dinheiro para gastar. Quem dá testemunho disso é o próprio Fuensalida, residente na corte de Maximiliano. Portanto, parece que a situação infeliz de Juana não se deve somente à malícia de seus inimigos.

González García já abordou a questão da personalidade “saturnina” de Juana¹⁶⁸. É verdade que os comentários desse tipo foram mais frequentes na época de sua viuvez, mas já se encontram, em 1505, análises que apontam para a maneira como Juana encontrava refúgio na música, dada sua personalidade melancólica que buscava o silêncio, o recolhimento, a solidão.

¹⁶⁶ *The ostentatious, pleasure seeking atmosphere that surrounded the young Philippe radically differed from the devout, austere court that Juana had known in Castile.* ARAM, *op. cit.*, p. 35.

¹⁶⁷ BERWICK e ALBA, *op. cit.*, p. XI.

¹⁶⁸ GONZÁLEZ GARCIA, Juan Luis. “Saturno y la reina ‘impía’. El oscuro retiro de Juana I en Tordesillas” In: ZALAMA, M. A. (dir.) et al. **Juana I en Tordesillas: su mundo, su entorno.** Valladolid: Grupo Página, 2010, p. 180.

No conjunto de fontes analisado, não se encontram referências explícitas a essa particularidade da personalidade de Juana. Entretanto, é possível supor que alguns dos relatos sobre sua vida em Flandres tenham a ver com isso. Quando Frei Tomás de Matienzo fala sobre a “estrita observância”¹⁶⁹ de seu entorno, comparando-a com uma casa de vida religiosa, poderia estar se referindo a isso? Principalmente quando ele compara a casa de Juana com o entorno borguinhão, associado à movimentação e ao barulho das festas.

Tendo em vista esse provável aspecto do caráter de Juana, é preciso questionar até que ponto ela poderia ter modificado sua situação na corte borgonhesa, e, posteriormente, quando assumiu o trono de Castela. Por mais que muitas vezes se atribua sua incapacidade de reinar à sua falta de instrução na infância¹⁷⁰, é preciso considerar também a possibilidade de uma indisposição psicológica para uma função que envolvia passar longas horas em consulta, em contato com outras pessoas, tomando decisões.

Isso não significa, é claro, que não seja possível encontrar momentos em que Juana atuou politicamente, exercendo seu poder. Mas as referências ao temperamento e à sua saúde são por demais frequentes e contínuas para se considerar todas como uma grande conspiração para controlá-la. Provavelmente, haveria que considerar ambas as possibilidades; a predisposição melancólica de Juana pode ter facilitado a ação de seus opositores¹⁷¹.

O grande problema de Juana na corte borgonhesa foi, portanto, seu alheamento às maquinações políticas que iam se gestando à sua volta. Fosse por incapacidade pessoal, por ter sido impedida pelos cortesãos, ou ambas as coisas, Juana não representou o papel influente desejado pelos pais. Embora tenha sido apontado como uma falha, ou um problema importante no casamento, é preciso ver como isso atendia aos interesses locais.

Se Juana foi tão veementemente afastada das decisões borgonhesas, houve um trabalho para que isso acontecesse. Se foi desvantajoso para os que aguardavam notícias suas na Espanha, e que se desapontavam ao recebê-las, na corte de Flandres havia um

¹⁶⁹ ARAM, p. 48. Houve tentativas dos Reis Católicos de subverter a situação, fosse constituindo uma nova casa para Juana, composta de castelhanos, fosse mandando-lhe o dinheiro que faltava para isso. Não parecem ter conseguido nenhuma das duas coisas, mas por terem reelaborado o plano diversas vezes indica que criam na eficácia do matrimônio político da filha, alcançados os devidos provimentos.

¹⁷⁰ ZALAMA, Miguel. **Juana I: arte, poder y cultura en torno a una Reina que no gobernó**. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2010, p. 63.

¹⁷¹ A saúde mental de Juana será melhor abordada no Capítulo 3.

sentimento de satisfação quanto ao sucesso do plano de dominar a consorte. Não podemos afirmar que a união foi eficaz para todos os pontos de vista, mas, certamente, o era para os borguinhões. Eles possuíam uma Arquiduquesa fértil que não constituía obstáculo ou uma força com a qual eles tivessem que concorrer.

É preciso lembrar que o próprio Felipe era considerado, na época, como um soberano dominado pelos seus cortesãos¹⁷². Por isso, ele era cognominado *croit conseil*, “acreditador do conselho”. O domínio da corte sobre o soberano era um dado que poderia ser valorado positiva ou negativamente, pois dependia do sucesso ou fracasso das pessoas em adentrar na corte e mover-se sabiamente nela e de se obter o resultado esperado. Não era somente no campo de batalha que se provavam as virtudes de um bom cavaleiro, mas também e com maior frequência nas vicissitudes das cortes e das relações sociais que ela ensinava. Isso tornava a tarefa de Juana mais difícil, já que não era somente o marido a quem ela deveria influenciar, mas principalmente os membros de sua corte, que lhe eram pouco amigáveis.

A alegada “domação” de Felipe por sua corte contrastava com as demonstrações de poder do borguinhão elaborado por Felipe, o Bom. Tinha por objetivo disciplinar a rotina do soberano, sacralizando-o, através de um rígido protocolo que ritualizava a casa em uma espécie de liturgia cortesã¹⁷³. Nesse cerimonial, a duquesa era honrada, mas explicitava também sua subordinação ao duque. Deveria haver uma rotação anual segundo a qual os nobres vassalos de Felipe deveriam passar ao menos um terço do ano na corte, servindo-o e aconselhando-o nas decisões, e os outros dois terços em suas próprias terras, administrando-as e conectando a corte às províncias. Embora Juana também tivesse uma casa composta de numerosos serviçais, era Felipe e seus conselheiros que pagavam pelo serviço deles, fosse com dinheiro ou com presentes¹⁷⁴. Carecia de pessoal e fundos para manter uma corte castelhana na Borgonha¹⁷⁵, mostrando quão limitado era o raio de influência de uma cabeça coroada sem uma rede para assisti-la.

¹⁷² ARAM, *op. cit.*, p. 36. Em 1555, sua filha Maria, que governava os Países Baixos em nome de seu irmão Carlos, deixou-nos um relato semelhante a respeito da maneira peculiar dos flamencos de submeter-se à autoridade: “*Whoever is in charge of this country should be very sociable with everyone in order to gain the goodwill both of the nobility and the commonality; for this country does not render the obedience which is due to a monarchy, nor is there an oligarchical order nor even that of a republic. And thus a woman, especially if she is a widow, cannot do what should be done.*” KOENIGSBERGER, Helmut Georg. **Monarchies, states generals and parliaments**: the Netherlands in the fifteenth and sixteenth centuries. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 151.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 43.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 44-45.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 46.

Embora fosse costumeiro, na corte borgonhesa, que o duque administrasse a casa da duquesa¹⁷⁶, era incomum e inédito que esta fosse tão desprovida de rendas e direitos¹⁷⁷. É inegável que a presença de Juana e dos poucos castelhanos que restaram na corte de seu marido estava engessada politicamente, o que não significa que tenha sido menosprezada. Felipe e seu conselho cumulavam Juana e seus serviçais de presentes, demonstrando generosidade e liberalidade, evitando vozes de dissenso através de agrados e luxos¹⁷⁸.

Embora incapaz de exercer a autoridade das duquesas anteriores, Juana mantinha conexões com sua terra natal e, não fosse seu isolamento deliberado por terceiros, e apesar dele, ela tinha o apoio de monarcas fortes com interesses e planos de mudar sua situação. Tinha mais conexões familiares do que seu marido, interligando-a ao trono inglês, português e napolitano. Não havia garantias de quanto tempo os borgonheses seriam capazes de manter o cerco à sua duquesa. O maior trunfo do casamento, porém, foram os filhos. Dando à luz a seis crianças sadias ao longo de dez anos de casamento, Juana mais do que satisfaz as expectativas dinásticas e adquiriu, ainda que pequeno, certo progresso em sua carreira na corte.

2. Crescei e multiplicai-vos

Apesar do afeto matrimonial entre os esposos ser desejável, como já referido, a sua ausência não implicava, necessariamente, na ineficácia da união. Havia um objetivo primordial no matrimônio muito mais importante que o afeto, e que poderia pô-lo em xeque independentemente dos sentimentos envolvidos: a geração de filhos. A fecundidade de um matrimônio era a principal medida de seu sucesso, assim como a infertilidade poderia ser agouro de fracasso e perigo.

Do ponto de vista da fecundidade, a união de Felipe e Juana alcançou resultados excepcionais. Em cerca de dez anos de casamento, Juana foi mãe de seis crianças saudáveis que chegaram à vida adulta. Não há menção a abortos ou morte prematura de filhos. Decerto que, com as vicissitudes da política, o gerenciamento dessa prole viria a se tornar também um problema a ser administrado. Tais inconvenientes, porém, eram parte da utilidade dos filhos do casal para a família e para seus reinos.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 42.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 47.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 49.

A primeira filha gerada recebeu o nome de Leonor, provavelmente em homenagem à sua tataravó paterna, Leonor de Avis, esposa de Frederico III e mãe de Maximiliano. Tal como sua mãe, Isabel, em sua primeira gestação Juana gerou uma filha. Embora tenha sido uma feliz experiência, pois mostrava que ela era fecunda e poderia gerar mais, o nascimento de Leonor foi comemorado com reservas. Era uma alegria, mas o objetivo ainda não tinha sido alcançado.

A crônica de Felipe comenta rapidamente que “foram feitas grandes alegrias” na terra, e que fizeram uma justa no mercado principal da cidade¹⁷⁹. O cronista ressalta que, como naquele momento estavam em paz, os arquiduques passavam muito tempo nestas e em outras festas. O comentário sugere que o tempo de paz acabaria, e a crônica começa a construir o ambiente no qual os conflitos surgiriam no futuro. O rei Fernando ter-se-ia indisposto com o rei de Nápoles devido às reclamações de maus tratos sofridos por sua irmã, consorte deste. Independentemente da veracidade do relato, importa notar que os laços familiares se apresentam como um recurso de segurança em situações perigosas.

Apesar de já ter gerado uma filha, era preciso assegurar a dinastia. O avô de Felipe, Carlos, deixou a sucessão da Borgonha incerta ao morrer sem descendência masculina. Maria, mãe de Felipe, precisou do apoio do marido para manter controle sobre as terras de seu pai, reivindicadas pela França por antigos laços de parentesco que dariam precedência na sucessão a um homem. Por esse, e outros aspectos que dependiam do sucessor de Felipe, era primordial o nascimento de um filho para satisfazer as obrigações familiares e patrimoniais.

Além disso, o príncipe Juan já havia falecido em 1497, deixando a sucessão dos reinos da Espanha à irmã Isabel. Ainda sem filhos, era sabido que se ela viesse a falecer, Juana era a seguinte na linha de sucessão. Tendo em vista a segurança do reino a longo prazo, é provável que também os Reis Católicos ansiassem pelo nascimento de um neto.

Em 1500, Juana deu à luz a um menino, em Gant, satisfazendo as expectativas de sua família, seus vassallos e dependentes, e de seus aliados. Ele foi batizado como Carlos, à semelhança do tataravô materno de Felipe, Carlos, o Temerário. O nome era particularmente simbólico para os borgonheses, já que lhes lembrava do seu último duque independente da França. Até esse momento, os dois filhos do casal foram nomeados em homenagem aos parentes de Felipe.

¹⁷⁹ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, p. 54-55.

Se o relato das comemorações pelo nascimento de Leonor não é extraordinário, o nascimento de seu irmão Carlos foi soberbamente comemorado, de acordo com o cronista Padilla.

En este año á los veinte y cuatro dias del mes de hebrero, víspera de Sancto Matía, á la una después de media noche estando de parto el Archiduquesa, fué Dios servido que parió un hijo de lo cual no rescibieron poco placer sus padres, ni menos los de Flándes, los cuales lo deseaban tanto que aposta hablan puesto encima de cierta cruz del campanario de la iglesia de Sant Nicolás de la villa de Gante una grand pipa con leña y fuego artificial para que luego que pariese el Archiduquesa, si fuese hijo pusiesen fuego á aquellas pipas para que lo supiese toda la tierra. Y era tan alta esta torre que se vio mas de quinze leguas al rededor el fuego [...] Fué muy grande el regocijo que hobo en este punto en Gante, y todas las gentes de la villa, así populares como caballeros, se levantaron y fueron á palacio con mucho placer y alegría.¹⁸⁰

Havia um esquema preparado para avisar à longa distância se o resultado do parto da Arquiduquesa fosse um filho. Talvez o mesmo esquema tivesse sido preparado em seu primeiro parto, mas não puderam acioná-lo. Desta feita, porém, houve grande regozijo ao saber que Juana havia dado à luz a um menino, e tanto “populares como caballeros” foram prestar suas homenagens no palácio. A cidade de Gant convocou os senhores de Flandres, Brabante e Holanda para uma competição na qual se disputaria a entrada e a saída mais bonita na cidade, com um prêmio generoso para os respectivos ganhadores¹⁸¹. Isso supõe que o nascimento de Carlos seria ocasião de peregrinação de muitas pessoas à cidade, de todos os níveis sociais. As grandes competiriam para fazer suas entradas triunfais, e as pequenas se maravilhariam em vê-las; ambas concorrendo para o engrandecimento da celebração do nascimento do herdeiro daquelas terras.

Essa estada em Gant foi muito mais aprazível para Felipe do que aquela de muitos anos antes, quando, ainda criança, foi sequestrado e mantido cativo pelos cidadãos, entre 1482 e 1485¹⁸². Isso se deu no contexto das desavenças e sublevações em discordância à maneira como se gestava a herança de Maria da Borgonha. Quiçá as grandes celebrações em torno do herdeiro de Felipe tivessem como um de seus objetivos compensar o episódio de insubordinação sofrido, enterrando esse passado com atos de fidelidade a ele e a seu filho.

O nascimento de Carlos encheu de gratidão Felipe, que deu presentes variados a Juana, e até mesmo, pagou-lhe uma renda pecuniária durante algum tempo. Exortada pelo embaixador Fuensalida para usar sua nova autoridade de mãe do futuro senhor das terras para influenciar na gerência do ducado, Juana mostrou sensatez ao responder-lhe

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 63-64.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 66.

¹⁸² ARAM, *op. cit.*, 36.

que, embora Felipe a ouvisse quando estavam sozinhos, o Arcebispo Francisco de Busleyden, desfazia tudo pois governava o Arquiduque mais do que qualquer outro¹⁸³. Fuensalida corroborou a percepção de Juana, em correspondência posterior aos Reis Católicos. O Arcebispo de Besançon havia sido tutor e principal ministro de Felipe, mas, devido à incompatibilidade política, chegou a ser expulso da corte do Imperador¹⁸⁴. Percebe-se que Felipe continuou dando mais ouvidos a ele do que ao pai.

Foi pouco antes da terceira gravidez, em novembro de 1500, que Juana soube que a morte de seu sobrinho Miguel a havia transformado em herdeira dos tronos de Aragão e Castela. Se, antes daquele momento, os filhos do casal haviam recebido nomes em homenagem aos parentes de Felipe, a filha que nasceu desta vez recebeu o nome de Isabel, homenageando a mãe de Juana e Rainha de Castela. É possível que houvesse outros motivos, mas era evidente que com a herança de Juana e sua prole de três filhos, aquele ramo dos Habsburgos estava permanentemente atado a Castela.

Em 1502, mandou-se fazer três retratos, em forma de tríptico, dos filhos mais velhos, Leonor, Carlos e Isabel. Juana havia deixado seus filhos em Flandres em 1501, e só voltaria a vê-los em 1503. É possível que tenha encomendado essa obra para ter uma lembrança deles enquanto estava no Sul¹⁸⁵.

Figura 9 - O arquiduque Carlos com suas irmãs Leonor e Isabel, Mestre de Georgsgilde



1502, Kunsthistorisches Museum, Viena. Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charles_V_and_his_sisters.jpg . Acesso em: 12 fev 2018.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 54.

¹⁸⁴ CALDERÓN ORTEGA, *op. cit.*, *loc. cit.*

¹⁸⁵ SEGURA GRAIÑO, Cristina. “Juana I de Princesa a Reina de Castilla, 1502-1509”. In: *Acta historica et archaeologica mediaevalia*, Nº 26, 2005, p. 1114.

As cores das roupas chamam a atenção, e lembram o preto e vermelho que Juana usa no retrato anteriormente mencionado. A paleta de cores une os três, mesmo Isabel que, embora não vista vermelho, o transfere para a boneca em suas mãos. O vermelho, presente abundantemente nos retratos, estava tradicionalmente associado à realeza¹⁸⁶. Já tendo sido uma cor privilegiada para os romanos, simbolizava também para os Padres da Igreja o fogo do Espírito Santo e o sangue de Cristo. A cor usada nas liturgias de Pentecostes e dos Mártires foi gradualmente adotada pela realeza como sua cor distintiva. *Rouge* (vermelho) servia como adjetivo de intensidade na língua francesa, intercambiável pelo termo *très* (muito)¹⁸⁷. Apesar dos significados religiosos, sua semântica acabou por abarcar também o amor e os prazeres profanos, assimilando sentidos virtuosos e viciosos ao mesmo tempo. Isso levaria alguns teólogos protestantes a associarem o rubro ao luxo, corrupção e imoralidade.

Chama a atenção a diferença entre os brasões das meninas e o de Carlos. Mais importantes que a semelhança física com os retratados são os símbolos que os identificam e revelam seus papéis. Leonor e Carlos vestem trajes semelhantes aos dos adultos da época, enquanto Isabel ainda se veste de forma infantil e carrega uma boneca para brincar. Os três retratos estão encimados por brasões que também os representam enquanto nobres.

Carlos tem o brasão completo, no qual se observam as armas da Áustria, Borgonha antiga, Borgonha moderna, Brabante e Flandres¹⁸⁸. Toucado pelo barrete arquiducal e condecorado pelo colar da Ordem do Tosão de Ouro, o brasão de Carlos é aquele devido ao herdeiro de Felipe de Habsburgo. A herança da linhagem da mãe está ausente, pois o pai é Felipe, que dava o nome e a heráldica da família.

Os brasões masculinos e femininos são de formatos diferentes. Enquanto o de Carlos tem a forma de um escudo, o das meninas são losangos idênticos. Neles, se divisa o mesmo brasão de Carlos, indicando que são frutos do mesmo matrimônio. Entretanto, o brasão aparece reduzido à metade dos losangos, deixando um espaço vazio no campo esquerdo.

Apesar de ser a mais velha, Leonor localiza-se atrás do irmão na linha de sucessão. A diferença entre homem e mulher é explícita na imagem. Enquanto Carlos

¹⁸⁶ PASTOREAU, Michel. **Red: The History of a Color**. Princeton: Princeton University Press, 2017, p. 58.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 135.

¹⁸⁸ Cf. <http://www.heraldicahispanica.com/historiaescudo.htm>. Acesso em: 12 fev 2017.

tem distinções únicas herdadas do pai, as moças têm brasões idênticos, cujas características revelam tratar-se de membros de diferente nível. Desde o nascimento, elas estariam destinadas a encontrar um marido que lhes daria um nome e uma identidade, e essa viria a se sobrepor àquela de nascença, embora esta não desaparecesse por completo. Tal qual afirmava a fisiologia da época, o homem era mais perfeito porque possuía um sexo completamente desenvolvido¹⁸⁹; nas mulheres, porém, o sexo estava invertido. Assim, o homem completava a mulher ao unir-se a ela carnalmente. Por isso as meninas estão representadas sob brasões incompletos, à espera de serem devidamente preenchidos com as armas dos futuros maridos. Leonor e Isabel, apesar de irmãs, nunca teriam brasões iguais, e suas identidades só estariam completamente desenhadas depois do casamento.

Fernando, primeiro filho nascido em Castela, foi concebido durante a viagem dos príncipes Juana e Felipe para serem jurados como herdeiros do reino. Recebeu seu nome em homenagem ao avô materno, como a terceira filha do casal fora batizada Isabel. Ambos nasceram após a notícia da sucessão, mas a relação de Fernando com as terras espanholas foi distinta da de seus outros irmãos. Tendo nascido e passado sua infância na Península Ibérica, viria a ser apartado dela por decisão de seu irmão, Carlos, já que poderia ser uma ameaça à integridade dos domínios dos Habsburgos se os espanhóis lhe prestassem fidelidade e rejeitassem seu irmão flamenco¹⁹⁰. O próprio Carlos estava ciente de que, aos olhos de muitos, talvez seu irmão fosse o mais apropriado para administrar Castela. Ele não estava, porém, disposto a correr o risco de romper a aliança hispano-germânica incorporada nele como fruto do matrimônio entre os reis Juana e Felipe. Ambos, Carlos e Fernando, viriam a tornar-se imperadores, nível a que seu pai nunca chegou.

Depois da morte de Isabel, a Católica, Felipe estava ansioso para viajar à Espanha e tomar posse dos reinos de sua esposa¹⁹¹. A viagem, porém, teve que ser adiada devido à quinta gravidez de Juana. Embora tenham recebido a notícia do falecimento da rainha Isabel, em 1504, só puderam viajar em 1505, quando Juana deu à luz a mais uma menina. Ela foi chamada Maria, como sua irmã e a mãe de Felipe. Homenageava também a Mãe de Deus, cuja devoção era arraigada na família.

¹⁸⁹ RUBIO, Ana Martos. **Historia medieval del sexo y del erotismo**: La desconocida historia de la querella del esperma femenino y otros pleitos. Nowtilus, 2010, cap. 7 (e-book sem páginas).

¹⁹⁰ CADENAS Y VICENT, Vicente. **Carlos V**: miscelánea de artículos publicados en la revista "Hidalguía". Madri: Hidalguia, 2001, 286-287.

¹⁹¹ ARAM, *op. cit.*, 79.

Maria foi a última filha a nascer nos Países Baixos, onde exerceu a regência em nome de seu irmão Carlos. Curiosamente, Leonor, Carlos e Maria morreram em datas próximas, todos no ano de 1558. Quando Fernando assumiu o Império, apenas sua irmã mais nova, Catarina, ainda estava viva.

Catarina foi filha póstuma de Felipe. Quando este morreu, deixou a esposa grávida, pelo que o breve período de governo de Juana, antes da volta de seu pai a Castela, coincidiu com a sua última gravidez. É possível que isso tenha ajudado a afastar potenciais propostas de matrimônio. Coincidentemente, ou não, as duas últimas filhas de Juana receberam os nomes de suas tias maternas mais novas.

O nome de Catarina era, muito provavelmente, homenagem à sua tia, que na época residia na corte inglesa, esperando para casar-se com o futuro Henrique VIII. As duas irmãs encontraram-se, brevemente, em 1505, quando a frota que levava Juana e Felipe para a Espanha se viu obrigada a aportar na costa inglesa, em meio a tempestades. A última filha foi talvez a que passou mais tempo sob os cuidados da mãe, também em terras castelhanas, como seu irmão Fernando. Por causa de suas viagens, Juana esteve ausente nos anos iniciais da maioria de seus filhos, à exceção da última¹⁹².

As gestações de Juana ocuparam a maior parte da sua vida matrimonial. Segundo o esposo, ela não devia ser reputada como plenamente responsável por seus atos durante as gestações, pois aparentemente tal estado perturbava-lhe a razão¹⁹³. É possível que muitas das explosões de ira atribuídas ao gênio de Juana se expliquem pelas influências que sua condição fisiológica tinha no seu humor. Isso não explicaria, porém, as reincidências durante a viuvez.

Como genitores, Felipe e Juana cumpriram bem sua missão para com a família. Sua fertilidade, contrastante com a dificuldade experimentada por Isabel, Juan, Margarida e Catarina para gerar filhos, proveu um herdeiro e um substituto, e quatro filhas que se casaram, todas, com reis. Mas além de pais, Felipe e Juana eram também filhos, já que como genro e nora tornavam-se prole de seus sogros. Veremos adiante como as relações de parentesco estabelecidas pelos matrimônios foram instrumentalizadas de forma a controlar os príncipes herdeiros de Castela e Aragão através da obediência filial.

¹⁹² Catarina foi a que passou mais tempo na Espanha, e coincidiu de ser a única que teve um casamento duradouro, com o Rei de Portugal. Todas as suas outras irmãs casaram mais ao Norte, exceto Leonor. Entretanto, o enlace não durou muito tempo. Suas segundas núpcias, mais duradouras, foram com o Rei da França. As três irmãs restantes, Maria, Catarina e Leonor encontraram-se por última vez em Portugal, onde Catarina reinava como consorte de João III.

¹⁹³ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, p. 315.

3. Honrar pai e mãe

No matrimônio, reuniam-se os princípios de como deveria se estruturar a sociedade humana através de famílias. À luz da doutrina cristã como se estabelecera no Ocidente até aquele momento, Deus é composto de três pessoas distintas, mas consubstanciais. Deus Pai gera Deus Filho eternamente, e Este submete-se ao Pai eternamente; o Amor gerado entre os dois é também uma pessoa, o Espírito Santo. De maneira semelhante, ao criar a humanidade, Deus dispôs que ela se estruturaria à sua semelhança. Pais gerariam filhos e cuidariam deles, ao passo que os filhos os honrariam com a sua obediência, configurando uma só identidade, uma só persona.

O quarto mandamento da Lei de Deus era “honrar pai e mãe”, pois assim se honrava a Deus na figura dos pais, que cooperavam com Ele no ato da criação. Através da fecundação e gestação ensejada entre o casal, Deus continuaria seu ato de criação no mundo. Como se entendia que toda a Criação possuía uma ordem divinamente instituída, na qual superiores deviam cuidar dos inferiores e inferiores deveriam obedecer a seus superiores, os pais eram os primeiros superiores a quem se devia obediência.

Mesmo no contexto político usavam-se termos de tratamento que remontavam à “hierarquia” familiar, uma vez que as relações entre senhores e vassallos também ensejavam a proteção em troca de fidelidade e obediência. Mesmo no âmbito das relações entre reinos, amiúde os monarcas faziam uso de termos familiares para dirigirem-se uns aos outros, reforçando assim os laços de parentesco artificial, independentemente de quão distantes fossem os vínculos sanguíneos¹⁹⁴. O parentesco familiar entre as casas reinantes da Europa existia, de fato, através das uniões dinásticas; e, mesmo quando o vínculo já era muito antigo, promoviam-se relações de fraternidade entre os reis e senhores cristãos. Eventualmente, a retórica do Papa distinguia-se das outras, ao usar o tratamento de “filhos” para com os outros soberanos. Importa notar, portanto, que a ordem do mundo cristão era estabelecida através da família ou das famílias, fosse a dos monarcas, em sentido estrito, ou fosse a grande família cristã, em sentido lato.

¹⁹⁴ Felipe chama duques espanhóis de “primos, o papa de “Pai”, e outros reis de “irmãos”; o Papa chama os reis de “filhos”. Cf. SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, p. 270-384.

Como qualquer sistema de valores, os conceitos familiares estavam disponíveis para serem interpretados e usados como argumento de acordo com as necessidades de cada caso. Respeitando-se a compreensão comum acerca do assunto, podemos encontrar diversos casos em que Isabel, Fernando, Felipe e Juana usaram de seus vínculos familiares para argumentarem em favor de causas políticas.

Figura 10 - *Los príncipes muy excellentes de castilla y de aragon*¹⁹⁵, do *Devocionario de la reina doña Juana*, de Pedro Marcuello



¹⁹⁵ Imagem extraída de: ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (dir.) **Felipe I El Hermoso**: La belleza y la locura. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2006, p. 91.

Figura 11 - Los Reyes don fernando y donya ysabel y la Real Infanta su hija doña Juana, do Devocionario de la reina doña Juana, de Pedro Marcuello



1502. Manuscrito. Chantilly, Museo Condé, ms. 604. Disponível em: <https://www.facsimilefinder.com/facsimiles/rhyme-of-the-conquest-of-granada-facsimile>. Acesso em: 6 abr 2018.

O *Cancionero de Pedro Marcuello*, mais conhecido como *Devocionario de la reina doña Juana*, foi uma obra em verso composta para enaltecer a conquista de Granada. Pretendendo inicialmente dedicá-la aos Reis Católicos, acabou dedicando-a aos recém-proclamados Príncipes de Astúrias, Juana e Felipe, em 1502. Embora a legenda da Figura 11 declare que a representada é Juana, sabe-se que provavelmente deveria tratar-se de Isabel¹⁹⁶. A irrelevância da semelhança física permitiu a troca sem dificuldades.

Embora a obra narrasse as conquistas bélicas dos Reis Católicos, Marcuello escolheu dedicá-la aos novos príncipes e sucessores do reino, o que mostra que desde cedo houve pessoas que viram a transferência dinástica do reino com bons olhos. A esse respeito, nota-se que pintaram o brasão do duque da Borgonha no baldaquino atrás dos

¹⁹⁶ ZALAMA, Miguel. “Juana I en las imágenes, las imágenes de la reina” In: ZALAMA, Miguel (dir.) **Juana I en Tordesillas: su mundo, su entorno**. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2010, p. 20.

príncipes, sem sequer combiná-lo com o brasão espanhol de Juana. Graças ao matrimônio, a linhagem dos Reis Católicos era perpetuada através de Juana e de seus descendentes, por mais que a dinastia Trastâmara estivesse prestes a terminar. Portanto, o matrimônio conferia legitimidade a Felipe para compartilhar do poder da família de sua esposa.

Embora a influência de Juana sobre Felipe tenha sido razoavelmente dirimida, principalmente por causa de seu controle na corte flamenca, essa imagem ressalta um aspecto frequentemente menosprezado da posição da consorte. Embora seja Felipe quem recebe a obra do poeta – o que importa pouco, considerando que originalmente seria o rei Fernando que receberia a obra –, Juana senta-se ao lado dele, em posição mais privilegiada do que quaisquer outros presentes na sala. Embora os cortesãos do marido se esforçassem para minar sua autoridade, a duquesa estava hierarquicamente acima de todos eles.

Em outra imagem do *Devocionario*, Juana aparece ao lado de Fernando e Isabel. O artista destacou o vínculo filial que a infanta tinha com os pais através da diferença de tamanho entre as figuras, o que sugere a respectiva submissão da filha à formação e aos conselhos paternos. Criada e nutrida intelectualmente pelos Reis Católicos, a presença de Juana ao lado de Felipe o legitimava como o filho recebido pelos Trastâmaras através do casamento. Além disso, a importância da virtude da obediência aos pais mostrar-se-ia um importante argumento usado pelos Reis Católicos para direcionar o governo de seus herdeiros.

3.1. Os legatários do reino

Quando a herança de Castela e Aragão recaiu sobre Juana, em 1500, a configuração política das famílias às quais ela pertencia (tanto sua família sanguínea como aquela à qual se juntou por matrimônio) precisava se adaptar a esta nova realidade. Tornou-se urgente sua viagem para ser jurada pelas cortes de Castela e de Aragão, requisito importante para uma sucessão pacífica, na medida do possível. Também era importante que seus pais pudessem vê-la e prepará-la para o futuro.

A vida matrimonial de Juana já havia sido causa de preocupação de seus pais¹⁹⁷. Entretanto, havia um aspecto objetivamente positivo nela: diferentemente de sua irmã

¹⁹⁷ BERWICK e ALBA, op. cit., p. XI.

mais velha, Juana já tinha dois filhos, outro no ventre, e um deles era homem. A probabilidade de que a linha sucessória dos reinos de Castela não chegasse a passar para suas irmãs mais novas, Maria e Catarina, era quase certa. Isso evitaria a incerteza que haviam passado com Isabel, que morreu, dando à luz ao príncipe que também não viveria por muito tempo. A partir dessa perspectiva, os Reis Católicos e o Imperador poderiam articular suas políticas de forma que tivessem mais clareza de quem viria a sucedê-los e o que poderiam fazer para preparar a transmissão das coroas.

A viagem teve que ser adiada por causa da terceira gravidez de Juana, incapaz de fazer o trajeto nessa situação. A presença dela era fundamental para que fossem feitos os juramentos, e é preciso lembrar disso adiante, quando abordarmos a sucessão. Felipe, por sua vez, também empreenderia a viagem ao lado da esposa. Mais do que cioso da segurança da mulher durante a jornada, ele estaria ao lado dela nos juramentos das cortes, preparando o caminho para exercer seu papel depois que a sogra falecesse. Portanto, Felipe não estava indo à Espanha a passeio, mas com vistas de inserir-se em seu governo, motivo pelo qual sua presença física era tão importante como em qualquer outro de seus domínios.

A espera também serviu para que se discutisse o melhor meio de ir à Espanha. Decidiram empreender a viagem por terra, em novembro de 1501, não só passando por território francês, mas também visitando oficialmente a corte de Blois.

A crônica da viagem é quase um diário, atribuído a Antoine de Lalaing. A estada em Blois foi muito peculiar, a começar pelo fato em si, quando analisado à luz do passado recente. O casal principesco que ia visitar o Rei Luís XII se casara justamente tendo em vista a união de forças contra o reino que ele encabeçava; a viagem marítima e perigosa de Juana, quando do casamento, deveu-se à impossibilidade de passar pelo território francês, por estarem em guerra. Não muitos anos depois, são recebidos com grandes honras na corte contra a qual haviam arquitetado diversos planos.

A situação de Felipe diante do Rei da França era ambígua, e com os desenvolvimentos recentes na família de sua esposa, não havia certeza de que tipo de relações manteriam. Não obstante, Felipe havia concordado em tornar-se vassalo do rei da França. A ambiguidade da relação reside em que muitas das políticas de Felipe parecem estar em desacordo com o que comumente entende-se por vassalagem. Seu próprio casamento era uma aliança anti-francesa. A homenagem que ele prestou ao monarca francês na corte de Blois, porém, não deixa dúvidas de seu papel de vassalo. Percebe-se, assim, que a relação entre vassalo e suserano era muito mais complexa e

imprevisível do que se pode imaginar. Felipe, embora tenha uma corte bastante francófila, não operava como mero súdito do rei da França. Ele exercia a soberania em suas terras, e isso não estava em desacordo com o ato de prestar vassalagem a outro rei.

A condição de esposo da futura rainha da Espanha não alterou sua homenagem ao rei francês. Juana, porém, parece ter sido no mínimo cautelosa com relação a esse protocolo. O beijo que ela hesitou dar no monarca francês, entendido antigamente como um ato libidinoso que apelou ao seu pudor¹⁹⁸, era na verdade uma reverência ao rei e seu reconhecimento como superior. Embora as crônicas narrem que a estada na França havia sido muito agradável aos visitantes, uma desavença entre as esposas viria a perturbar a paz titubeante¹⁹⁹.

Durante o ofertório de uma missa à qual assistiam diversas damas, entre as quais se encontravam Juana e a rainha da França, Ana, esta teria mandado entregar à espanhola uma quantia para que ela pudesse oferecê-la como esmola²⁰⁰. O ato ofendeu Juana, que não aceitou a oferta. Irritada, ao fim da missa, a rainha se retirou sozinha, como se esquecesse da presença de Juana. Provavelmente, era cortês que ambas saíssem juntas. Juana, porém, esperou até que ela já estivesse bastante longe para fazer sua própria retirada, sem dar a impressão de fazer parte do cortejo da rainha. Esse ato, atribuído por Pfandl à mesquinhez feminina, é entendido por Aram como uma insubordinação de Juana às tentativas de diminuí-la com relação ao estado a que ela entendia pertencer. O ato de mandar alguém dar uma esmola ou um presente em seu nome é também subordinar essa pessoa como membro do seu serviço. Dentro da lógica corporativa, seria como a cabeça do corpo comandar algo ao braço. Juana sentiu-se ofendida porque também se via como cabeça, e se dentre tantas outras damas da corte a rainha pedira-lhe que o fizesse, certamente, tinha intenções de humilhá-la.

As atitudes de Juana em Blois não poderiam ser mais diversas das de seu marido. Os relatos não expressam qualquer desavença entre Felipe e o rei, ao contrário, uma convivência tão pacífica que os reteve lá por meses. A partida só foi apressada após o episódio das senhoras durante a liturgia.

Chegados em Madri, em 1502, foram recebidos pelos Reis Católicos da seguinte maneira:

¹⁹⁸ PFANDL, Ludwig. **Juana la Loca**: su vida, su tiempo, su culpa. Madri: Espasa-Calpe S.A., 1977, p. 65.

¹⁹⁹ GACHARD, *op. cit.*, p. 136.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 137.

y cuando llegaron á se ver, el Príncipe se quiso apear; mas no lo consintió el Rey. Y la Princesa su hija le pidió la mano y no se la quiso dar. [...] y los Príncipes se hincaron de rodillas, cada uno por sí, y le pidieron la mano ; mas la Reina no se la quiso dar, pero abrazó á cada uno con mucho amor²⁰¹

Felipe foi impedido de apear-se de seu cavalo, assim como Juana de beijar a mão do pai. Os príncipes ajoelharam-se e pediram a mão à rainha, que não a estendeu, mas abraçou a cada um “com muito amor”. A descrição da simultânea reverência filial dos príncipes e a negativa dos pais como se desnecessário fosse é um ato simbólico repetido mais vezes durante a vida de Juana na relação com seus pais. Embora o pai e a mãe recusem o ato, não o fazem por ira, mas como se mostrassem já estarem satisfeitos com a humildade oferecida. Era esperado deles que agissem dessa forma, o que abrilhanta ainda mais o gesto de diminuição de seus filhos, supérfluo segundo os homenageados.

A importância da obediência filial aos pais era importantíssima para garantir a ordem social dentro da sociedade cristã. Baseando-se no modelo de obediência dos inferiores aos superiores, os pais eram também superiores de seus filhos, e sua vontade para eles era a vontade de Deus, quando exercida em prol do bem. A insubordinação às ordens legítimas dos pais era pecado, assim como eram as desobediências às leis de Deus Pai. Como distribuidores de justiça, não seria aceitável que a família real desse maus exemplos em suas relações internas. Isso poderia ser causa de instabilidade entre os súditos, e provocar até mesmo sublevações contra os monarcas devido à sua ineficácia para governarem a sua casa, e, por extensão, o reino.

Esperaram algum tempo até que chegassem os grandes do reino, para que jurassem a Juana e Felipe como príncipes de Astúrias e herdeiros do trono.

Y pasados algunos días fueron juntos los grandes y prelados y procuradores que allí estaban, y juraron por Princesa y heredera de los reinos de Castilla y León á la Archiduquesa Doña Joana y al Archiduque D. Felipe como á su marido , y de los rescebir por sus Reyes y Señores después de los días de la Reina Doña Isabel²⁰²

A crônica descreve que tanto Juana como seu marido Felipe seriam recebidos como reis e senhores pelos outros senhores de Castela e Leão. Embora estivesse sujeito à herança da esposa, Felipe também foi jurado e recebido da mesma forma que ela, tomando parte na governança de outro reino graças a seu matrimônio. Assim como os Reis Católicos fizeram uma política conjunta de seus reinos, sem deixar de respeitar as

²⁰¹ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, p. 86.

²⁰² *Ibidem*, p. 87.

instituições próprias de cada um deles, assim também Felipe podia entender no governo de terras alheias às suas sem necessariamente anexá-las.

O fato de Juana e Felipe já terem um filho e herdeiro contribuía em favor de que o futuro rei consorte participasse da criação da prole bem como do governo do reino. Assim como Felipe e Juana haviam demonstrado publicamente sua obediência e devoção filiais a Isabel e Fernando, também era esperado que Carlos se submetesse aos seus pais. O próprio Felipe, em sua juventude, reunia-se diversas vezes com Maximiliano, quando conversavam sobre decisões políticas e certamente não o faziam de igual para igual. Além de ajudar o filho, provavelmente também era esperado que Felipe tivesse uma participação ativa no futuro reinado da esposa, mantendo-se responsável pela casa e entorno dela como havia feito até então como Arquiduque.

Depois de recebidos os atos de fidelidade dos castelhanos, foi preciso repetir o ato em Zaragoza, onde reuniram-se os grandes do reino de Aragão.

*Y vinieron á Zaragoza por mandado del Rey los quatro brazos del reino de Aragón y Catalonia y Valencia para jurar por herederos del reino á los Príncipes. Foram recebidos por um bastardo de Fernando, D. Alonso. Hicieron en esta cibdad muchas fiestas. Fueron jurados por los quatro brazos estos Príncipes por herederos y Reyes de Aragón, y Valencia, y Cecilia y Catalonia después de la muerte del Rey Fernando su padre*²⁰³

Percebe-se, mais uma vez, que a união entre Castela e Aragão efetivada pelo casamento de Isabel e Fernando não significou a fusão das Coroas, uma vez que ambos os reinos continuavam contando com seus respectivos direitos e governantes naturais. Entretanto, por determinação natural e divina, aconteceu que ambos eram os titulares de seus reinos, e o herdeiro de um seria o de outro. Juana reuniu em si as condições de herdeira de Castela e de Aragão, que embora estivessem efetivamente unidas em suas políticas, continuavam distintas enquanto instituições. O matrimônio de Felipe e Juana ensejou uma situação semelhante à de seus pais, na qual ambos os membros do casal eram titulares de reinos, podendo interferir nos domínios um do outro, mas respeitando suas diferenças e particularidades.

Diferentemente da maioria das cortes da época, divididas em três estamentos, a corte aragonesa era a reunião de quatro braços²⁰⁴. Representavam o clero, a nobreza, os cavaleiros e fidalgos, e os representantes de cidades, vilas e comunidades, “quatro Braços del Reino, porque le abraçan, y tienen en si”²⁰⁵. Segundo Bethany Aram, em

²⁰³ *Ibidem*, p. 88-89.

²⁰⁴ MARTEL, Jerônimo. **Formas de celebrar Cortes en Aragón**. Zaragoza: Diego Dormer, 1641, p. 9.

²⁰⁵ *Idem*.

Aragão a possibilidade de que uma mulher herdasse o reino não era tão clara como em Castela²⁰⁶. Entretanto, Juana foi jurada como herdeira do reino. Há que se perguntar se isso teria a ver com o fato de estar amparada por um homem, seu marido, como por já ter dado à luz a um herdeiro masculino. Embora não possamos dizer com certeza que essas condições fossem essenciais, certamente ajudaram a promover a sua causa.

Enquanto o casal ainda estava na Espanha, Fernando e Luís tornaram a entrar em conflito, pela disputa de Nápoles²⁰⁷. Felipe teria agido como uma ponte entre seu sogro e o rei da França, e assim partiu sozinho para encontrá-lo, deixando para trás a esposa grávida. Juana retornou com seu pai a Madri, onde lhes esperava sua mãe. A notícia de uma nova gravidez de Juana reafirmava a segurança de sua sucessão, motivo principal de sua ida à terra natal.

Padilla coloca Felipe como conciliador entre seu sogro e o rei Luís. Mandou correio ao *Gran Capitan* para celebrar uma trégua com os franceses até segunda ordem, porque ele queria concertar naquele negócio²⁰⁸. Demonstrando sua perfídia, Luís, ao saber que seus exércitos ganhavam, recusa-se a ver Felipe. Entende-se que direitos e privilégios trazem consigo deveres, e o cumprimento desses deveres traz bonanças para os que o fazem; Felipe, recém investido como príncipe de Astúrias por casamento, age em prol dos reinos que jurou defender, mesmo que isso lhe custe uma viagem em vão.

Tendo falhado a tentativa de resolução diplomática, Fernando pede ao genro e ao Imperador que o ajudem com efetivos militares nas campanhas napolitanas²⁰⁹. O parentesco implicava ajuda material também nesse aspecto, como o seu contrato matrimonial estabelecera. O pedido adquiria maior peso argumentativo depois que Juana tornou-se um partido ainda melhor do que no momento de seu enlace. Podemos interpretar a aceitação e o favorecimento dos Reis Católicos de seu genro como seu sucessor, ainda que a contragosto, como um favor do qual eles esperavam retribuições significativas.

Da França, Felipe partiu para Savóia, onde encontra a irmã, Margarida, e seu novo cunhado, o Duque Felisberto II de Savóia²¹⁰. Os laços familiares mostram-se duradouros mesmo depois de sucessivos casamentos. Os casamentos de Margarida não a distanciam socialmente de seu pai e seu irmão, mas aproximam-nos de outras famílias

²⁰⁶ ARAM, Bethany. "Juana 'the Mad,' the Clares, and the Carthusians: Revising a Necrophilic Legend in Early Habsburg Spain" In: *Archiv für Reformationsgeschichte*. Volume 93, 2002, p. 181.

²⁰⁷ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, p., p. 90-91.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 90-91.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. p. 95.

²¹⁰ *Ibidem*, p. p. 94.

com as quais era vantajoso manter contato. Depois disso, foi encontrar seu pai, o Imperador, e ficou com ele alguns meses em 1503.

Paralelamente à epopeia de sucesso dos castelhanos e aragoneses no campo de batalha, Juana dá à luz a seu segundo filho varão, em Alcalá de Henares²¹¹. A instabilidade que a morte de Juan havia provocado na família dos Reis Católicos foi compensada pela fertilidade da irmã e de seu esposo, deixando a família em uma segurança invejável quanto à sua perpetuação no domínio daquelas terras, vantajosa para seus aliados e ameaçadora para seus inimigos. Vale lembrar que não muitos anos antes, o rei da França havia trocado de mulher por ela ser incapaz de gerar um filho homem.

Enquanto Fernando estava em Aragão cuidando de seu reino e dos assuntos da guerra, Juana permanecia com sua mãe em Castela. Embora o cronista não forneça detalhes desse período, é provável que Isabel estivesse preparando sua filha para a sucessão do reino²¹². Embora se insista no fato de que Juana tenha sido educada na infância para casar, e não para reinar, o que a teria impedido de governar no futuro, é preciso lembrar dos meses que Juana passou com a mãe, entre 1501 e 1503, tempo em que é seguro pensar que foi inteirada o quanto possível dos assuntos de governo pela própria rainha²¹³. A viagem tinha o objetivo de preparar a sua sucessão em sentido amplo.

Ao saber que seu marido estava em Flandres, Juana começa a insistir com a mãe para que ela lhe deixasse ir vê-lo²¹⁴. Diz-se que Isabel não queria que ela fosse porque já sentia a enfermidade que a haveria de levar, omitindo que provavelmente não estava bem-disposta com seu genro. Mesmo proibida, Juana tenta partir. Isabel, para impedi-la, envia o bispo de Córdoba para interpelá-la. Malsucedido, avisa a rainha, que manda fechar os portões. Juana, segundo a crônica, ofende a mãe com "más palavras"²¹⁵. Zangada, dorme numa guarita entre os portões. Isabel, já abatida pela doença, pede-lhe no dia seguinte que ao menos esperasse o retorno do pai para viajar, e que não deveria acreditar em quem dissesse que queria separá-la do marido.

O cronista parece omitir as dúvidas que Isabel tinha quanto a Felipe, e reforça através das palavras da rainha – fictícias ou não – o respeito que até a soberana teria

²¹¹ *Ibidem*, p. p. 109.

²¹² SEGURA GRAIÑO, Cristina. "Juana I de Princesa a Reina de Castilla, 1502-1509". In: **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, Nº 26, 2005, p. 1111-1113.

²¹³ *Ibidem*, p. 1109.

²¹⁴ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, p. 114.

²¹⁵ *Idem*.

mostrado ao vínculo conjugal entre marido e mulher, mantendo-os separados apenas temporariamente e por motivos necessários. Quanto à rebeldia de Juana, sua teimosa insistência agrava o padecimento de sua mãe, que figura como devotada a seu reino e à família mesmo em condições adversas. A motivação de Juana, graças a Padilla, foi geralmente atribuída ao desejo ardente de reencontrar seu amado esposo. Entretanto, raramente se lembra que ela também tinha deixado para trás seus filhos em Flandres²¹⁶, e talvez quisesse manter vigilância sobre seu marido agora que a relação hierárquica fora alterada.

3.2. A última tentativa

No Palácio Real de Medina del Campo, a moribunda Isabel dita seu testamento. As palavras finais da Rainha Católica, registradas em dez fólios de pergaminho, estão até hoje preservados não muito longe dali, no Arquivo General de Simancas. Já no local onde ele foi produzido, erigiu-se um novo palácio para substituir o antigo, chamado hoje de Palácio Testamentário. Sua função é servir como um centro de interpretação histórica da personagem de Isabel.

Dada a importância de Isabel para a história da Espanha, o fim de sua vida e de seu reinado foi carregado de sentidos relacionados às transformações que se seguiriam na história do reino. Um dos exemplos é o início do romance de Tamayo e Bayus, em que se descreve a comoção que causou na nação a doença terminal da rainha, tal como se a mãe de cada súdito estivesse prestes a morrer.

A ocasião também serviu de inspiração para o pintor Eduardo Rosales, que rodeia a rainha padecente de figuras tristonhas, preocupadas pelo que se seguiria após sua morte. Mesmo enfraquecida, a grande monarca não deixaria seu povo sem uma última palavra. A imagem da rainha que, mesmo fraca, deixa ordens e provisões, é a última prova de sua dedicação total ao governo e ao seu povo, empenhando suas derradeiras forças para que sua morte não provoque o caos e a desordem. Enquanto todos trajam vestes mais escuras, a rainha está envolvida em tecidos brancos; semelhante ao efeito de um holofote, embora o excesso de branco evidencie sua doença,

²¹⁶ SEGURA GRAIÑO, *op. cit.*, 1114. Embora possa ser verdade que Juana pensava nos filhos ao querer retornar para casa, é preciso lembrar que ela deixou seu filho mais novo, Fernando, em Castela, sendo cuidado pelos avós.

também a destaca em meio ao ambiente desbotado, como se estivesse prestes a adentrar na glória divina, mais próxima do outro mundo que deste.

Figura 12 - Doña Isabel la Católica dictando su testamento, Eduardo Rosales.



Óleo sobre tela, 1864, 290 × 400 cm, Museu do Prado. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Do%C3%B1a_Isabel_la_Cat%C3%B3lica_dictando_su_testamento_\(Rosales\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Do%C3%B1a_Isabel_la_Cat%C3%B3lica_dictando_su_testamento_(Rosales).jpg) Acesso em: 14 abr 2018.

O testamento foi ditado depois que os Reis Católicos haviam reencontrado sua filha Juana, e conhecido seu genro, Felipe. Tendo em vista que a ocasião acabou por ocasionar desencontros, supõe-se que os ânimos de Isabel não a dispunham a deixar tudo na mão de seus herdeiros. Em seu testamento, ela estabelece Juana como sucessora, sem fazer menção a Felipe. Para muitos, isso foi uma tentativa de excluí-lo do governo de Castela:

*conformándome con lo que deuo e soy obligada de derecho, ordeno e establezco e ynstituyo por mi vniuersal heredera de todos mis regnos e tierras e señoríos e de todos mis bienes rayzes después de mis días, a la ilustríssima princesa doña Juana, archiduquesa de Austria, duquesa de Borgoña, mi muy cara e muy amada hija primogénita, heredera e sucessora legítima de los dichos mis regnos e tierras e señoríos la qual luego que Dios me lleuare se yntitule de reyna*²¹⁷

Sabendo das incertezas que podiam sobrevir numa sucessão régia, tendo ela mesma testemunhado e participado na campanha pela ilegitimidade de Juana, a Beltraneja, Isabel foi firme na defesa de quem deveria sucedê-la.

²¹⁷ AGS, PTR, LEG 30, DOC. 2, fº 4r.

Não há dúvidas de que a herdeira do título é Juana, e isso não é mera formalidade. Trata-se, primeiramente, de uma mudança de qualidade operada ao tornar-se rainha. Isso significa que qualquer pessoa que viesse a fazer parte de seu governo derivaria dela a sua autoridade. Isso valia para Fernando, pois a autoridade que ele tinha em Castela dependia dos seus laços familiares com suas soberanas, sua mulher e sua filha, respectivamente. Embora o trecho seja muitas vezes lembrado pela historiografia para justificar a exclusão de Felipe, Isabel também o mencionou na cláusula de sucessão:

*ayan e reçiban e tengan a la dicha prinçesa doña Juana, mi hija, por reyna verdadera e señora natural, propietaria de los dichos mis reynos e tierras e señoríos, e alçen pendones por ella, fasiendo la solemnidad que en tal caso se requiere e deue e acostunbra faser, e así la nonbren e yntitulen dende en adelante, e le den a presten e exhiban e fagar dar e prestar e exhibir toda la fidelidad e lealtad e obediencia e reuerençia e subgeçión e vasallage, que como sus subditos e naturales vasallos le deuen e son obligados a le dar e prestar, e al illustríssimo príncipe don Filipo, mi muy caro e muy amado hijo, como a su marido.*²¹⁸

Nota-se que a menção a Felipe não é feita de forma a ressaltar as prerrogativas reais a Juana, mas de fazê-lo participar delas, inclusive no que se refere à obediência. Assim como o matrimônio estabelecia uma disparidade entre os cônjuges, sujeitando a mulher ao marido, também estabelecia uma paridade deles diante do resto das pessoas, tornando-a participante do *status* gozado pelo homem; da mesma forma, também aqui Felipe dispõe de direitos reservados à sua esposa. Mesmo Isabel reconheceu que no matrimônio eles compartilham a majestade, malgrado o temor do que o genro poderia fazer em Castela.

Entretanto, se é verdade que esse trecho não deixa dúvidas de quem é a herdeira estabelecida, há outros trechos que põem em xeque a interpretação que exclui Felipe do governo. Por exemplo, ao falar sobre os empréstimos feitos para a conquista de Granada, ela diz:

*por quanto para cunplir algunos gastos e neçessidades que nos ocurrieron para la guerra de los moros del regno de Granada, enemigos de nuestra sancta fe catholica, ovimos enpeñado algunos marauedís de juro, en poder de algunas personas de mis reynos e señoríos, e dello ouimos mandado dar e dimos nuestras cartas e preuilegios, reseruando para nos e para **los reyes** que después de mis días **reynaren** en los dichos mis reynos, poder e facultad para los quitar por los preçios que por ellos reçebimos.*²¹⁹
[grifos meus]

Poderia se dizer que, nesse trecho, Isabel está falando dos seus sucessores de maneira geral. Entretanto, o texto continua:

²¹⁸ *Ibidem*, fº 4v.

²¹⁹ *Ibidem*, fº 4r.

*Mando a la dicha princesa, mi hija, e al dicho príncipe, su marido, que no den ni consientan dar los dichos marauedís de juro ni algunos dellos, perpetuos, e que teniendo lugar para ello los quiten e reduzan a la Corona real de los dichos reynos, e si non los quitaren, queden con la dicha condiçión, para que los reyes que después della reynaren en estos dichos reynos, los puedan quitar e desempeñar.*²²⁰ [grifos meus]

Se Isabel defende seus sucessores, obrigada pela lei, ela também deixa sua vontade expressa de que esses se submetam a Fernando. Manda que seus filhos sejam obedientes a seu pai, Fernando²²¹. Desta forma, a rainha sublinha as virtudes que deve portar o bom governante, como a obediência aos pais. Se, por um lado, a sujeição às leis e costumes é observada na defesa das honras devidas ao casal de sucessores, ela circunscreve a soberania deles ao conselho paternal de Fernando. É um meio de usar a moral familiar em favor de seus desígnios políticos, de maneira que não fosse preciso comprometer nenhuma das suas virtudes – virtudes importantes para quem, em breve, pretendia ser julgada por Deus.

O Arquivo de Simancas guarda um fólio em que foi copiada somente a cláusula do testamento que encarregava a princesa Juana do devido respeito ao rei Fernando²²². Embora não saibamos de que forma esse fólio avulso foi usado, é sugestivo que tenham selecionado este trecho, tendo em vista a situação conflituosa que emergiria entre Felipe e Fernando.

*E assi mismo ruego y mando muy afectuosamente ala dicha princessa mi fija porque merezca alcançar la bendición de dios y la del Rey su padre y la mia y al dicho principe Su marido que siempre sean muy obedientes y sujetos al Rey mi señor y que no le salgan de obediencia y mandado [...] dandole y faziendole dar todo el honor que buenos y obedientes fijos deven dar a su buen padre y siguan sus mandamientos y conseios como dellos se espera que lo faxam [...] a su señoria este honor y acatamiento por ser padre que segun el mandamiento de dios debe ser honrrado.*²²³

A benção de Deus é associada à benção paternal que Fernando e Isabel dispensam sobre o casal de príncipes. Assim, para manter o bom regimento, governo e justiça do qual, segundo Isabel, os reinos gozavam naquele momento, era preciso aprazer a Deus para que Ele lhes fosse propício. Para exortá-los a isso, Isabel faz um elogio de todos os seus sucessos ao lado de seu sábio esposo no governo de seus reinos,

²²⁰ *Ibidem*, fº 4r.

²²¹ Esta cláusula, além de fazer parte do Testamento original, também foi recopiada na época. Embora o fim da cópia permaneça obscuro, a escolha do trecho não é de pouca relevância. Sabemos que a morte de Isabel desencadeou o conflito entre Felipe e Fernando pelo controle de Castela. A cópia desse trecho, provavelmente, foi feita por algum partidário de Fernando, tendo em vista brandi-la como argumento em favor da sujeição dos filhos a seu pai.

²²² AGS, PTR, LEG 56, DOC. 17, fº 135r.

²²³ *Idem*.

recomendando a obediência a ele como caminho seguro de manter a ordem que eles batalharam para conquistar:

assi por ser tan excelente Rey y principe y dotado e insignido²²⁴ de tales y tantas virtudes como por los mucho que ha fecho y trabajado consu real persona en cobrar estos dichos mis Reynos que tan enajenados estavan al tiempo que yo enellos Suçedi y en (obviar?) los grandes males y daños y guerras que con tantas turbaciones y movimientos enellos havia y no con menos afrenta de su real persona ganar el Reyno de granada y echar del los enemigos de nuestra santa fe catolica que tantos tiempos havia que lo tenian usurpado y ocupado y en reduzir estos Reynos a buen regimiento y governaçion y Justiçia según que oy por la graçia de dios estan.²²⁵

O elogio de Fernando é também uma precaução. Como reis, Felipe e Juana deveriam manter e aumentar aquilo que fora conquistado pelos seus antecessores. Isabel deixa-lhes o legado narrado acima, de forma a sutilmente mostrar que ela tinha o conhecimento e a experiência que os jovens príncipes não tinham. Os conselhos dos pais não deveriam ser menosprezados, pois contrabalançavam a ingenuidade e ilusões que podiam acometer os filhos.

Além do testamento de Isabel, cuja cláusula sobre a obediência foi replicada, o Arquivo de Simancas possui também uma carta pragmática dos Reis Católicos e do Conselho Real²²⁶ sobre o governo dos príncipes Felipe e Juana, para o caso de serem sucessores no trono²²⁷. Não foi datada, mas estima-se que seja de 1504, pois foi redigida enquanto Isabel ainda estava viva. Ela ajuda a esclarecer o que preocupava a soberana quanto à sucessão, e como esses problemas poderiam ser resolvidos. Ao invés de impedir Felipe de tomar parte no governo, a proposta é muito mais realista no sentido de controlar e mediar a parte que o príncipe certamente teria.

y vyendo Como el príncipe nuestro hijo por ser de otra naçión y de otra lengua Sy non se conformase con las costunbres dela terra. y el y la prínçesa nuestra hija non los gobernasen Segund las leyes e usos e costunbres et della podrian dellos tomar escandalo E no les tener el Amor que nos querríamos que les tovyesen para Contodo mejor Servyr A nuestro Señor.²²⁸

Embora tenha havido situações em que a interferência de pessoas de outras “nações e línguas” tenham sido bem recebidas, não parecia ser o caso do próximo reinado, cuja cabeça era de origem estrangeira. A menção à diferença de naturalidade do príncipe logo ao início também poderia desestabilizar possíveis seguranças que ele tivesse a respeito da Espanha, pondo em dúvida quão eficazes seriam suas ordens se

²²⁴ Adornado.

²²⁵ AGS, PTR, LEG 56, DOC. 17, fº 135r.

²²⁶ AGS, PTR, LEG 56, DOC. 16, fº 127v.

²²⁷ *Ibidem*, fº 127r.

²²⁸ *Idem*.

elas não se adequassem aos costumes da terra. Dificilmente, seriam cumpridas. Posteriormente, a carta menciona que qualquer reino é governado melhor “por sus naturales”²²⁹.

O tom da carta é condescendente para com os príncipes, dando a entender que poderiam não conhecer o funcionamento apropriado do governo, podendo causar escândalo. Escândalo é a legítima insatisfação diante dos erros e pecados públicos, prejudicial a qualquer autoridade pública. As recomendações dos reis prosseguem a condenar políticas escandalosas, como dar alcaidias, tenências, fortalezas e *alcazares* a estrangeiros, assim como dignidades civis e eclesiásticas, cidades, vilas, ofícios de justiça e quaisquer jurisdições²³⁰. Além de ser proibido pelas leis, argumentam que traria grande desordem, escândalo, e descontentamento à população pelo mau serviço. No limite, um mau governo estaria sujeito a ser destituído pela Justiça divina manifestada nas sublevações legítimas.

Consoante à disposição sobre os estrangeiros, estavam revogadas e anuladas quaisquer “cartas de natureza que hasta alli eran dadas a algunos estranjeros et las que dende en adelante dieseamos”²³¹. Sabendo que a proibição de estrangeiros ocuparem ofícios poderia ser facilmente contornada com cartas de naturalidade outorgadas pela coroa, argumentam que a prática estava abolida permanentemente naquelas terras.

Em momento algum, a carta sugere um governo controlado somente por Juana. A unidade matrimonial é reconhecida e estabelecida pelos reis e pelo Conselho como a entidade governante legítima, à qual todos devem obediência; entretanto, é também devido à instituição matrimonial que eles são capazes de disciplinar as ações do casal principesco. Mesmo quando se aventa a hipótese da ausência de Felipe e Juana no reino, é preferível que seja seu filho herdeiro a assumir, indicando aqueles que o auxiliarão caso a idade o exija²³². Sugerem, ainda, limitar o poder dos seus substitutos enquanto precisem estar fora²³³. É preciso lembrar que os príncipes eram ainda jovens, e Felipe tinha a expectativa de assumir o lugar do pai como Imperador no futuro. Mesmo assim, era esperado que Juana o acompanhasse e deixassem um regente na Espanha.

²²⁹ AGS, PTR, LEG 56, DOC. 16, fº 127v.

²³⁰ *Ibidem*, fº 128v.

²³¹ *Ibidem*, fº 129r.

²³² *Idem*.

²³³ *Ibidem*, fº 129r – 129v.

A última recomendação era não celebrar cortes em terras estrangeiras²³⁴, nem de fazer leis ou qualquer ordenação desta importância à distância. Mesmo com a dispersão dos domínios que Felipe de Habsburgo deveria administrar, não seria acertado arrogar-se legislador sem estar presente, num reino cujo governo era baseado no pacto entre os poderosos e na concorrência entre os poderes. Ser realista era também ser humilde e reconhecer o quanto o monarca dependia de seus nobres e oficiais, e fazer a cortesia de viajar para encontrá-los na convocação das cortes. A experiência de Carlos V com os *comuneros* mostraria que tinham razão.

4. Uma só carne: o marido da rainha é rei?

Por associação com o termo “rainha consorte”, muitos historiadores classificam o marido de uma monarca reinante como “rei consorte”. Um consorte é o cônjuge real que tem por fim principal participar na perpetuação da dinastia através da geração de filhos, mas que não deve tomar parte nas decisões de governo – teoricamente. Esta função, que, com muito mais frequência, era atribuída às mulheres, por vezes coube também a alguns homens. Ao entender que esse era o lugar devido a Felipe em Castela, boa parte da historiografia conclui que ele usurpou o poder de Juana.

Tal conclusão, porém, pode ser fruto de uma compreensão anacrônica das relações entre marido e mulher à época. A ideia de um homem que, casado com uma monarca, se abstém das funções de governo é própria das monarquias contemporâneas. No que concerne às experiências históricas que podem ter servido de referência histórica a Felipe e Juana, o caso de reis *iure uxoris* é muito mais comum. Rei *iure uxoris*²³⁵ é o termo próprio do Direito para um monarca que o é pelo direito da sua esposa. Portanto, é mais do que um consorte, pois tem o direito de agir com algumas prerrogativas de um rei, participando do governo como marido que tem direito a administrar os bens da esposa.

Como exemplos de casais medievais nos quais o homem adquiriu o título de rei por virtude do casamento, e efetivamente reinou, podemos citar Felipe, o Belo (da França), e sua esposa Joana I de Navarra; Luís I e Joana I de Nápoles; Felipe III e Joana II de Navarra; e ainda Juan I de Castela, quando sua esposa Beatriz se declarou pretendente ao trono de Portugal. Esses são os casos mais próximos de Castela e

²³⁴ *Ibidem*, fº 129v.

²³⁵ BLACK, Henry Campbell. **Law Dictionary**. Saint Paul: West Publishing Co., 1968.

Aragão, mas poderíamos citar também o caso do Imperador Sigismundo e Maria da Hungria, assim como seu genro, Alberto II²³⁶; ou, ainda, o caso de Maria, Condessa de Bolonha, e seu marido Mateus da Alsácia, que acabou por se tornar Conde da Bolonha mesmo após a anulação de seu casamento²³⁷. Assim, dada a abrangência geográfica dos casos, parece estarmos diante de um costume monárquico arraigado na época.

Enquanto se encontram muitos exemplos de reis *iure uxoris*, não parece haver nenhum caso de rei consorte neste período, tal como se entende hoje em dia, ou seja, preservando da ingerência conjugal as funções do monarca reinante. Ao contrário, houve casos em que a proprietária do título passou para o segundo plano e o marido emergiu como governante. Mesmo Isabel de Castela, que sem dúvida foi uma rainha reinante, teve em Fernando de Aragão mais que um consorte. Com base nesses precedentes históricos cremos que a vida matrimonial de Felipe e Juana se torna mais coerente, inserindo-se numa longa tradição com respeito a maridos de rainhas titulares²³⁸.

Estima-se que o tríptico para a Igreja de São Livino (Figura 13), em Zierikzee, foi produzido durante os vinte dois meses de reinado de Felipe e Juana. Originalmente colocados ao lado de uma cena do Juízo Final, o casal ostenta as armas de Castela em suas roupas, assim como as possessões anteriores de Felipe. Embora Juana fosse a rainha titular, apenas Felipe porta uma coroa. Como fundo, escolheu-se o parque de Warande, que ficava entre o palácio de Coudenberg, residência dos arquiducos em Bruxelas, e a igreja de Santa Gúdula, onde foram proclamados reis após a morte de Isabel²³⁹. Mais uma vez, a veracidade dos atributos físicos ou dos traços faciais não é o mais importante, mas sim a representação simbólica do poder: espada, coroa, arminho, e a rica heráldica que literalmente faz com que os reis vistam os seus domínios.

²³⁶ Sigismundo tornou-se Rei da Hungria por casamento, mas isso não impediu que ele mantivesse o título mesmo após a morte de Maria. Além disso, ele transmitiu o reino para sua filha Elizabeth, que nem sequer era filha de Maria, mas da sua segunda esposa, Bárbara de Celje. Elizabeth casou-se com o Duque Alberto II, e este veio a se tornar Rei da Hungria e teria se tornado Imperador, não fora sua morte. Elizabeth, que era a herdeira, tornou-se consorte e não governou.

²³⁷ Maria era a filha mais nova do Rei Estevão da Inglaterra, que disputava o trono com a Imperatriz Matilde. Apesar de ter tomado votos, acabou por herdar *suo jure* o Condado da Bolonha. Mateus teria se casado forçadamente com ela, apesar do seu estado. Após o casamento ser anulado, Maria retornou à vida religiosa e Mateus continuou governando Bolonha até a morte, sendo sucedido pela filha mais velha que tiveram, apesar do casamento ter sido declarado inválido.

²³⁸ A ideia de um rei *iure uxoris* permaneceu viva ao longo do século XVI, como se pode observar no caso de Joana III de Navarra e seu marido, Antônio, e principalmente no emblemático caso de Elizabeth da Inglaterra, que nunca se casou, provavelmente evitando os numerosos precedentes.

²³⁹ ZALAMA, *op. cit.*, p. 21. O local continuou associado ao poder, tendo sido escolhido para a construção do Palácio Real da Bélgica.

Figura 13 – Tríptico de Zierikzee, Mestre de Affligem



c. 1504-1506, Musées royaux des Beaux-Arts, Bruxelas. Disponível em: <http://art-in-space.blogspot.com.br/2015/03/master-of-affligem-portrait-of-philip.html>. Acesso em: 05 abr 2018.

Figura 14 - Gradual de Felipe el Hermoso y Juana de Castilla.



c. 1504-1506. Manuscrito. Biblioteca Real da Bélgica, Bruxelas, ms. 9126.²⁴⁰

Com um propósito semelhante, foi produzida na mesma época a decoração para um livro de cantos litúrgicos dedicado ao casal. São apenas dois exemplos da promoção artística da imagem exemplar do casal régio, provavelmente feitas antes de zarparem

²⁴⁰ Imagem extraída de: ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (dir.) **Felipe I El Hermoso: La belleza y la locura**. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2006, p. 109.

para a Espanha, e, portanto, enquanto se preocupavam com a preservação de sua herança.

Nesta imagem, feita durante o breve reinado de Felipe e Juana, os dois reis aparecem acompanhados de seus santos onomásticos. A posição piedosa do casal combina com o conteúdo penitencial do fólio, o canto litúrgico *Kyrie eleison* (Senhor, piedade). Felipe traça armadura completa, com exceção do elmo depositado ao seu lado, enquanto prostra-se de joelhos na presença de São Felipe Apóstolo. Assemelha-se a uma escultura em que Felipe também está vestido como guerreiro, colocando-o na nobre posição de *bellator* e reforçando seus direitos e poderes como protetor e líder dentro da sociedade cristã²⁴¹.

Figura 15 - Felipe el Hermoso, anônimo.



c. 1495-1500. Madeira de carvalho. Riom, França. Museu Mandet²⁴²

Juana, na mesma posição devota, deixa-se guiar por São João Batista. O vestido de Juana é muito semelhante ao de seus primeiros retratos, indicando uma continuidade

²⁴¹ Mais de uma vez, Felipe representou-se como São Jorge. Ver: ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (dir.) **Felipe I El Hermoso: La belleza y la locura**. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2006, p. 32.

²⁴² Imagem extraída de: ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (dir.) **Felipe I El Hermoso: La belleza y la locura**. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2006, p. 65.

na maneira de representar a rainha ao longo dos anos. Mais do que representar os atributos físicos particulares de cada um, importava representá-los conforme os modelos imagéticos da época para a posição régia que ocupavam. Nesse sentido, pertences específicos são representados para ornar e elevar a posição de seu portador, como o colar da Ordem do Tosão de Ouro no pescoço de Felipe.

O artista do Gradual também decorou a margem do fólio com os lemas complementares do casal. O lema de Felipe, *Qui vouldra* (“quem vai querer?”), é completado pelo de Juana, *Moi tout seul* (“somente eu”). Segundo Elisa Ruiz Garcia, este tipo de inscrição autocelebrativa combinava a necessidade de ativar e reforçar o consenso em torno a uma pessoa ou instituição concreta, neste caso, a instituição matrimonial eficaz de Felipe e Juana²⁴³. Também se observam as iniciais do casal, *PI* (*Phillip e Iohanna*), na lateral esquerda do fólio e no estofo do genuflexório de Felipe, à semelhança do uso profícuo que os Reis Católicos fizeram de suas iniciais durante seu reinado. Tais galanterias, típicas do amor cortês, embora frequentemente extrapolassem a rígida circunscrição do amor conjugal, potencializavam a eficácia da união matrimonial ao divulgar a natureza amorosa dos sentimentos entre marido e mulher.

Em novembro de 1504, morre Isabel a Católica. Ao saber da notícia, Felipe se intitula Rei de Castela, em cerimônia ocorrida na Catedral de Santa Gúdula, em Bruxelas. Em Castela, o rei Fernando assume o governo, aproveitando-se da ausência dos herdeiros. A distância, porém, não impediu que Felipe começasse a formar redes de fidelidade com castelhanos. Há uma multiplicidade de mercês emitidas por ele, como Rei de Castela, enquanto esperava, em Flandres, o quinto parto da nova rainha²⁴⁴. Na maioria das vezes, essas cartas não possuíam a assinatura de Juana, apesar de que ela não estivesse ausente ou impedida de assinar²⁴⁵. Apesar da legitimidade discutível, Felipe recorre aos instrumentos de serviço e benefício para arregimentar uma rede através da qual pudesse governar. Exemplo disso é a aliança formada entre ele e o Duque de Medina Sidonia, que se indispusera com a rainha anterior quando ela lhe confiscou Gibraltar²⁴⁶.

Ao tomar conhecimento dos boatos que circulavam em Castela sobre a insanidade mental da Rainha, Felipe teme que Fernando se baseie neles para agir como

²⁴³ RUIZ GARCÍA, Elisa. “El poder de la escritura y la escritura del poder” In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.). **Orígenes de la monarquía hispánica: propaganda y legitimación**, ca. 1400-1520. Madrid: Dykinson, 1999, p. 291.

²⁴⁴ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), op. cit., p. 289.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 290.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 303.

regente em nome da filha, tal como a Rainha Isabel havia prescrito em seu testamento²⁴⁷. É nesse contexto que surge uma carta de Juana²⁴⁸, provavelmente forjada na corte flamenca²⁴⁹, na qual ela afirma que tais boatos eram infundados e todas as suas crises de mau humor haviam sido desencadeadas tão somente pelos ciúmes que tinha de seu marido.

Isso se devia a Fernando ter convocado cortes após a morte de Isabel e revelado aos membros da assembleia que sua filha Juana se encontrava incapaz de governar, devido a “acidentes, paixões e impedimentos” que a tornavam desprovida do livre arbítrio²⁵⁰. Ele foi aclamado unanimemente como regente em nome dela nessas cortes, que Felipe mandou suspender até que o casal chegasse a Castela²⁵¹.

Grande parte da documentação usada para analisar o período de confronto entre sogro e genro poderia pôr em xeque o uso da palavra “disputa” para designar este período. A maior parte da correspondência trocada entre Fernando e Felipe foi feita em termos cordiais, sugerindo que a relação paternal que existia entre eles continuava firme. Mesmo a capitulação que pôs fim à disputa descreveu-a como mero mal-entendido entre um pai e seus queridos filhos. A realidade, porém, é que as correspondências de cada um com seus respectivos aliados revelam que a disputa era real, mas aparentemente abafada para evitar a divulgação de uma relação dificultosa entre eles, o que poderia prejudicar a monarquia e dar munição política a seus inimigos.

O cardeal de Santa Cruz oferece a Felipe seus serviços para intermediar as comunicações com o rei Fernando, deixando implícito que elas não andavam bem²⁵². A resposta de Felipe, porém, assegurou que ele ainda era capaz de falar em bons termos diretamente com o rei. A tensão e a instabilidade dão a entender que a situação tendia a piorar.

Duas cartas enviadas para a corte papal revelam como a situação inconveniente de ver-se em disputa com o sogro obrigou Felipe a resolver as coisas de forma eficaz, mas discreta. Pediu ao Papa Júlio II que não provesse em prejuízo da coroa de Castela, mas sim que convocasse a Roma os arcebispos de Toledo (cardeal Cisneros), Sevilla e

²⁴⁷ Será que Isabel também aprovava o surgimento de rumores sobre a filha, mesmo que infundados, por preferir um governo do seu marido?

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 292-293.

²⁴⁹ ARAM, 2005, *op. cit.*, p. 82.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 80.

²⁵¹ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.), *op. cit.*, p. 290.

²⁵² *Ibidem*, p. 294.

Palencia, para que parassem de causar discórdia entre ele e Fernando²⁵³. Na carta secreta destinada ao embaixador que apresentaria seu pedido ao Papa, Felipe falou mais abertamente de como precisava fazer frente ao rei aragonês, que acreditava estar mal aconselhado, mas que o assunto deveria ser tratado como “muy secreto”²⁵⁴. Que não hesitassem em oferecer dinheiro ao Papa para conseguir resultados rápidos.

Depois de muitas cartas com um descontentamento velado, porém crescente, o rei Felipe escreve a vários nobres e cidades de Castela²⁵⁵, em seu nome e no da Rainha. Depois de tentarem obedecer a Fernando no concernente ao governo do reino, souberam que este governava de forma ilícita, sem avisá-los, e tentou por diversas maneiras impedir que eles fossem à Península Ibérica. A carta que começara na voz de Felipe passa para a voz de Juana, que se explica e desmente as notícias que seu pai divulgara em Castela a respeito da sua incapacidade para governar. Novamente, é dada ênfase à capacidade de Juana governar, condição para que Fernando não assumisse a regência. A carta acusa o rei de ter se apossado ilegitimamente de dinheiro de Castela para aplicar em Aragão, de ter se coligado com outros príncipes contra eles e formado hostes. Por ter agido contra seu neto, “queriendo enagenar la subcesion que Dios é natura nos dió”²⁵⁶, perdera a prerrogativa de aconselhar e dirigir, como a carta pragmática havia recomendado, evadindo-se legitimamente da autoridade paterna de Fernando.

Assim, ao concluir, os monarcas ordenam que nenhum súdito reconheça Fernando como governador e que não se aceitem mercês que não provenham dos reis legítimos. A voz de Juana afirma que assim que desse à luz, partiria de Flandres, com Felipe, para tomar controle do governo. Até lá, convenientemente Felipe apontou Msr. De Veyre, seu mordomo-mor e embaixador em Castela, como seu representante, com poder de falar e punir em nome do Rei²⁵⁷. Contrapondo-se à pragmática dos Reis Católicos, nomeou um estrangeiro como substituto do rei em Castela.

Logo que nasceu Maria, começaram a preparar a viagem²⁵⁸. Esta teria que ser feita por mar, já que os espanhóis não estavam em bons termos com a França. Durante a viagem, uma tempestade os obrigou a aportar na Inglaterra, onde passaram alguns dias

²⁵³ *Ibidem*, p. 305.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 308.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 325-326.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 326.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 349.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 323.

com o Rei Henrique VII²⁵⁹. Também ali, Felipe emitiu algumas cartas régias, mercês e disposições.

Finalmente, ao chegarem em Castela, se tornou mais acirrada a disputa pelo trono. Se até então Felipe e Fernando haviam se tratado cordialmente em suas correspondências, os borguinhões deixaram para trás as máscaras quando desembarcaram em La Coruña. Entretanto, há evidências de que esse respeito aos costumes entre parentes não impediu que dois partidos opositores de nobres castelhanos se unissem em torno dos dois homens, pai e esposo, pretendentes a reinarem. Quando eles se encontram, Felipe se defendia atrás de um exército armado, preparado para a guerra.

Não foi necessário deflagrar nenhuma batalha, já que Felipe organizou as coisas de tal forma que seria desvantajoso e provavelmente um fracasso que Fernando rejeitasse sua proposta. A Capitulação concluída entre as partes dispõe que Fernando, Juana e Felipe reinariam juntos em Castela, uma formulação teórica que não se observou no que ocorreu em seguida²⁶⁰. Fernando retira-se da cena pública castelhana com o controle dos Mestrados das Ordens de Cavalaria e 1/3 das rendas do reino, e vai cuidar da guerra em Nápoles. Enquanto isso, Felipe tem um breve reinado em Castela. Em 1506, após um jogo de bola, ele teria caído doente e falecido depois de alguns dias de cama²⁶¹. A crônica narra que Juana permaneceu ao lado dele, como zelosa esposa, até o fim.

Para analisar as ações de Felipe, é preciso compreender como ele mesmo imaginava seu futuro. Raymond Fagel acerta ao dizer que Felipe pretendia estar no nível dos outros principais governantes de seu tempo: o rei da França, da Inglaterra, os da Espanha, o Papa, e seu pai Imperador²⁶². Nesse sentido, é preciso lembrar que Felipe via-se como o provável sucessor de seu pai no trono imperial, e não apenas como um duque que teve a sorte de casar com uma mulher que se tornou rainha. Embora a herança de sua esposa tenha sido uma conquista na sua trajetória, ele não podia imaginar que seria o ápice. Antes, a vantagem de seus múltiplos domínios era poder

²⁵⁹ Posteriormente, este rei pediu a mão de Juana viúva em casamento, sem sucesso. Este era um caso, certamente minoritário na época, de monarcas que negociavam um matrimônio já tendo se conhecido pessoalmente.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 371-372.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 148.

²⁶² FAGEL, Raymond. "El mundo de Felipe el Hermoso: La política europea alrededor de 1500". In: ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (ed.). **Felipe I el Hermoso: la belleza y la locura**. Madrid: CEEH, 2006, p. 53.

entrar nas disputas europeias entre os outros príncipes cristãos com mais terras e homens a seu dispor para negociar.

Embora Felipe tenha morrido antes de seu pai, é plausível que se o contrário tivesse ocorrido ele dificilmente ter-se-ia livrado de enfrentar uma eleição imperial, como seu filho Carlos o faria depois. Nessa hipótese, tal como Carlos, Felipe teria tido um grande trunfo com a posse de Castela e Aragão na competição com os outros candidatos. Como é possível observar entre 1519 e 1520, na eleição de Carlos, a hereditariedade era um fator importante na escolha dos eleitores, mas não era o único. Outros eleitores concorreram também, e foi preciso que Carlos tomasse emprestado de banqueiros grandes somas de dinheiro para convencer alguns eleitores a votarem nele.

O jovem e atlético Felipe, de 29 anos, não dava sinais de que teria uma morte precoce. Todas as fontes analisadas sugerem que ainda era esperado que tivesse uma longa vida, cuja ascensão eventualmente o levaria ao trono imperial. Como Juana havia sido enviada para casar-se e ser a consorte do Arquiduque da Áustria, provavelmente ela também esperava um dia tornar-se a Imperatriz do Sacro Império Romano Germânico. A herança de Castela foi uma surpresa, porém, aparentemente uma boa surpresa para Felipe. Não era, entretanto, seu objetivo final.

Embora houvesse precedentes para o marido tomar o lugar da esposa como governante de fato, não se pode justificar a ação da nobreza a favor de Felipe como uma mera observância da tradição e dos costumes; pois sempre se pode argumentar que também era costume seguir a vontade expressa do rei falecido, no caso, da rainha Isabel. Esta era de que seu marido, Fernando, atuasse como regente em caso de incapacidade de sua filha Juana.

Também não se pode dizer que esse desejo de Isabel era o de que sua filha, por ser mulher, governasse independentemente de seu marido. Em ambos os lados, a chave para entender as ações de ambos os partidos são os interesses políticos de cada um que os levavam a apoiar a pessoa que poderia realizá-los. A argumentação legal que se segue é parte constituinte deste jogo de interesses que mobilizou a nobreza e a família real espanhola. Isabel, quando dita seu testamento, procura salvaguardar o máximo da obra de seu reinado nas mãos da sua família. Os que se opunham à política de Fernando agrupam-se em torno de seu opositor, o genro Felipe. Embora sempre seja possível dizer que também preferiam Felipe a Juana por ser homem, parece mais verossímil que seja porque este lhes oferecia propostas mais interessantes que Fernando, também

homem. Todos estes, com boa ou má vontade, aceitaram a legitimidade do governo de Isabel enquanto rainha.

CAPÍTULO 3

Mãe, Rainha, Viúva

1. O breve reinado da Viúva

Após a morte de Felipe, seu corpo demorou muito até ser definitivamente enterrado. Cerimônias fúnebres como procissões e celebrações de exéquias já eram um costume consolidado nas ocasiões de morte régias, mas ainda assim a duração das funções dedicadas a Felipe foi extraordinária. Falecido em setembro de 1506, o corpo só descansou definitivamente em fevereiro de 1509²⁶³. A Rainha Viúva viajou pelo reino com o corpo do marido durante vários meses, esperando eventualmente enterrá-lo na Sé de Granada, ao lado de sua mãe.

A grande viagem fúnebre de Juana foi, durante muito tempo, interpretada como um dos sintomas mais evidentes da sua demência, sempre ligada à paixão desenfreada que a teria levado a cometer atos necrofílicos²⁶⁴. Incapaz de aceitar a morte de seu amado, a rainha teria perdido a razão num trabalho de luto que nunca terminou. A emblemática procissão fúnebre através de Castela tem sido, desde o século XIX, fonte inspiradora para obras de arte que evidenciam a irracionalidade da monarca.

O quadro de Lorenzo Vallés, a seguir, mostra Juana pedindo silêncio aos presentes, para que não acordassem seu marido. Eles parecem tentar convencê-la de que o rei está morto, enquanto ela pensa que ele está apenas dormindo e pode despertar a qualquer momento. A tragédia da cena não deixa de evocar comicidade pelo papel ridículo desempenhado por Juana, evidenciando seu despreparo emocional e mental para governar, ou de sequer compreender a realidade em que vivia. Provoca também o sentimento de pena pela rainha louca, antecipando seu imprescindível confinamento em Tordesilhas. Enquanto na tela de Rosales, já referida, Fernando senta-se ao lado da esposa moribunda, Juana não se senta na cadeira na qual se apoia o bispo: seria uma indicação de sua incompatibilidade com o comportamento desejado para uma rainha? De qualquer maneira, enquanto Fernando sentava-se cabisbaixo e resignado diante da viuvez eminente, aqui, o ânimo de Juana não se abala, inconsciente de ter se tornado viúva.

²⁶³ Posteriormente seus restos mortais ainda seriam trasladados para outro sepulcro; esse período se refere ao tempo em que permaneceu insepulto.

²⁶⁴ ARAM, Bethany. "Juana 'the Mad,' the Clares, and the Carthusians: Revising a Necrophilic Legend in Early Habsburg Spain" In: *Archiv für Reformationsgeschichte*, vol. 93, 2002, *passim*.

Figura 16 - La Demencia de Doña Juana, Lorenzo Vallés



Óleo sobre tela, 1867, 238 × 313 cm. Museu do Prado. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:La_Demencia_de_Do%C3%B1a_Juana.JPG . Acesso em: 5 out 2017.

Na mesma direção, o quadro de Francisco Pradilla y Ortiz (Figura 16) coloca Juana numa posição racionalmente desconjuntada àqueles que a rodeiam. Seus olhos arregalados, fixos no caixão de seu marido, parecem obcecados com o que veem e, ao mesmo tempo, vazios de qualquer pensamento inteligível. Enquanto isso, o cortejo cansado que a segue pacientemente parece apenas tolerar, por obediência hierárquica, a insanidade da monarca. Mesmo grávida, Juana se mantém de pé, mostrando-se forte e vigorosa apesar do abalo físico e emocional que assola a imagem.

O féretro negro representa não apenas o luto, mas também era a cor do império, contrastante com a águia bicéfala dourada na lateral. Mesmo sendo velado na Espanha, o pintor remeteu à memória do Império ao qual Felipe nunca ascendeu. Ajoelhado, um monge cartuxo reza de acordo com um livro, ao mesmo tempo que segura uma vela, formando um trio. Sabe-se que o prior, Frei Pedro Romero de Ulloa, e outros monges cartuxos acompanharam o cortejo fúnebre de Felipe mesmo depois deste ter deixado o mosteiro de Miraflores e seguido em direção a Torquemada²⁶⁵. Possivelmente, o edifício que se vê ao fundo, com campanário, seja o mesmo mosteiro.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 182.

Figura 17 - *Doña Juana la Loca ante el sepulcro de su esposo, Felipe el Hermoso*, de Francisco Pradilla y Ortiz.



Óleo sobre tela. Museu do Prado, 1877, 340 cm x 500 cm. Disponível em: <http://beardedroman.com/?p=172> . Acesso em: 1 out 2017.

Figura 18 – Detalhe



Esta famosa cena foi replicada em mais de um filme sobre a vida do casal, mesmo na versão mais recente de Jordi Frades, que mostra Juana mais como vítima de um golpe do que como incapaz de governar. Soma-se a essa cena o episódio em que Juana manda abrir o caixão e beija afetosamente o rosto decomposto do marido. A

representação tradicional do luto de Juana é a de uma viúva que se torna irracional devido aos sentimentos pelo marido morto.

Figura 19 – Cena do filme *La Corona Partida*



Direção de Jordi Frades. Diagonal TV. Espanha: 2016. DVD (111 min.), colorido.

A história de Juana atraiu o diretor catalão Vicente Aranda, conhecido por ter feito outros filmes cuja temática girava em torno dos ciúmes e tormentos amorosos²⁶⁶, para que produzisse em 2001 um filme sobre a trágica história da rainha. O filme explora as infidelidades de Felipe como fator que contribuiu para a loucura e alienação de Juana do governo a que tinha direito. Embora os produtores contemporâneos tentem diminuir a dramaticidade exagerada das peças do século XIX, continuam a reproduzir em grande medida os mesmos lugares comuns dos enredos passados e seguindo a tradição dramática que a pintura consagrou²⁶⁷.

A partir de uma perspectiva diferente, Bethany Aram entende as ações da Juana enlutada como parte de um plano de ação calculado e consciente diante da circunstância que a sua viuvez lhe impusera²⁶⁸. Quando herdou os reinos de sua mãe, Juana vivia em um matrimônio que lhe cerceava os meios de governar. Mas, depois de enviuar, ela estava disponível para novos enlances, e era muito provável que reis estrangeiros lhe cobiçassem a mão, o que efetivamente aconteceu. Embora os intermináveis funerais não

²⁶⁶ CASAS, Q. “Juana la Loca: otra película de Vicente Aranda sobre celos y tormentos amorosos” in: **El Periódico**: Agenda, 30 Sep. 2001, p. 2.

²⁶⁷ SMITH, Paul Julian. “Patrimonio español, cine español. El extraño caso de Juana la Loca”. In: **Res publica**, 13-14, 2004, p. 304.

²⁶⁸ ARAM, Bethany, 2005, *op. cit.*, p. 97.

tenham impedido que isso acontecesse, serviam como álibi para que ela recusasse ou demorasse a dar respostas aos pretendentes.

Além disso, o breve reinado de Juana coincidiu com uma época de alastramento de doenças em todo seu reino. Para Rodríguez Villa, um dos motivos pelos quais ela e sua corte estavam em constante movimento era para fugir da peste, de acordo com as notícias de mortes e doenças em todas as direções²⁶⁹. Talvez a tentativa de escapar das enfermidades fosse um motor maior para a peregrinação fúnebre do que o próprio enterro do Rei, já que eventualmente encerrou-se a viagem sem alcançar o objetivo desejado.

Felipe havia disposto que seu corpo deveria ser enterrado na Capela Real de Granada, onde já repousavam Isabel, sua sogra, e Miguel da Paz, seu sobrinho cuja morte transmitiu a Juana a herança de Castela. Sendo a Andaluzia o último dos territórios conquistados pelos Reis Católicos, Isabel estabeleceu que deveria ser enterrada ali para indicar a principal conquista de sua vida. Era mais uma maneira de estabelecer a presença do reinado cristão numa terra que, por tanto tempo, pertencera aos mouros. Na perspectiva jurídica cristã, o enterramento tinha significados jurisdicionais importantes que anunciam laços de direito e de pertencimento²⁷⁰. Ao enterrarem Felipe em Granada, pretendiam associá-lo à guerra de Reconquista contra os infiéis, bem como conformar-se ao plano de Isabel de consolidar a conquista de Granada.

Felipe havia deixado em seu testamento que deveria ser enterrado em Granada, uma escolha curiosa para alguém que aspirava ao trono imperial. Contrário à execução desta cláusula, Fernando conseguiu uma dispensa papal permitindo que Felipe pudesse ser enterrado em outro lugar²⁷¹, provavelmente por não pensar que ele merecia repousar no monumento erigido à principal conquista dos Reis Católicos. Apesar disso, Juana seguiu em frente com o plano de levar o cadáver do marido para Granada.

Aram argumenta que Juana parece ter buscado mais assegurar a herança de seu filho Habsburgo do que cumprir fielmente o testamento, já que ela o descumpriu no que concernia ao pagamento dos antigos serviços do marido. Isso mostra a ambivalência das ações de Juana, ora obediente aos pais em sua ordem de não patrocinar ingerências

²⁶⁹ RODRIGUEZ VILLA, p. 156.

²⁷⁰ LAUWERS, Michel. *Naissance du cimetière: lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier, 2005, *passim*.

²⁷¹ ARAM, 2002, op. cit., p. 182.

estrangeiras no governo de Castela, ora tomando a decisão de enterrar Felipe ao lado da mãe, à revelia do desejo paterno.

A preocupação com a manutenção da herança de seu filho Carlos seria a prioridade de Juana e sua principal motivação após a morte do marido²⁷². Durante todo o trajeto, mandava celebrar exéquias pelo marido. Nessas cidades, em que Felipe jamais estivera, era confirmada sua autoridade como rei; disso derivava a legitimidade da herança de seu filho, Carlos, inaugurador de uma nova dinastia diferente da que conquistara aquelas terras. Juana pretendia, portanto, que o reconhecimento de Felipe como rei afiançasse o reconhecimento de seu herdeiro.

Há outras razões mais pragmáticas para esta decisão. Juana sempre tivera uma relação pouco amigável com os conselheiros de seu marido. No último ano de vida dele, porém, a relação deles piorou, principalmente quando Juana se lhes opunha frontalmente. Após a morte do marido, ela sentia-se insegura em sua própria corte, que havia sido dominada pelos borguinhões. A decisão de se afastar geograficamente do centro de Castela em direção à Andaluzia era uma retirada estratégica para longe dos borguinhões, buscando segurança ao distanciar-se, enquanto não conseguia arregimentar um partido de poderosos que pudesse protegê-la²⁷³.

Um dos aspectos mais lembrados da história de Juana são seus ciúmes ferozes pelo marido, que teriam, até mesmo, sobrevivido à morte deste. Juana teria sentido ciúmes do cadáver de Felipe, e não permitia que nenhuma mulher se aproximasse de seu caixão. Apesar do relato peculiar ter embasamento nas fontes, Aram argumenta que Juana apenas seguia uma antiga tradição dos cartuxos de não permitir senão senhoras da realeza em suas cerimônias fúnebres²⁷⁴.

Outro argumento importante, oferecido por Bethany Aram, que permite compreender as ações de Juana de uma forma menos passional e passiva, refere-se à análise do pouco tempo em que ela governou de fato como rainha de Castela. Nesse período, assegurou-se de que todas as concessões feitas pelo marido em seu tempo de governo fossem anuladas. Felipe, contrariando as disposições dos Reis Católicos, havia distribuído cargos e possessões a estrangeiros, como também a castelhanos que se opunham ao direito de Fernando agir como regente. Juana, assim que se viu habilitada para tanto, obedeceu às recomendações da mãe e desfez as políticas através das quais

²⁷² *Idem.*

²⁷³ ARAM, 2005, *op. cit.*, p. 91-94.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 98.

Felipe tentara recompor a nobreza fiel à Coroa de Castela com outros membros, dando-lhes privilégios que havia tirado dos que se lhe opunham²⁷⁵.

Ao mesmo tempo, não se deve esquecer que havia um grupo, com significativo peso social e político que apoiava Juana, o que denota que a imagem que seus contemporâneos tinham dela não pode ser reduzida aos termos que acabaram por se popularizar posteriormente. Quando o cardeal Cisneros, depois que Juana lhe negasse autorização para governar em seu nome, tentou convocar as Cortes para que estas lhe dessem a autoridade de que precisava, muitos nobres e bispos se lhe opuseram com a justificativa de que sua convocação era inválida, já que carecia da assinatura da Rainha²⁷⁶. Entretanto, apesar desses apoios, parece que Juana carecia de recursos materiais para arregimentar colaboradores, o que pode ter levado à revogação das concessões generosas de seu marido como meio de salvar o tesouro²⁷⁷.

A crônica de Padilla narra que se seguiram diversos conflitos no período posterior à morte de Felipe, ensejando o retorno de Fernando a Castela para recompor a ordem. Juana teria, assim, pedido socorro ao pai e lhe delegado o governo, mantendo a titularidade do Reino e preservando o direito de seu filho reinar quando fosse de idade. A crônica, ao narrar a volta de Fernando a Castela, oferece um quadro que sintetiza bem os valores dinásticos e familiares. Juana ter-se-ia ajoelhado imediatamente diante do pai, que, ato contínuo, a ergueu. Uma cena que, apesar da rapidez sugerida, mas necessária ao efeito dramático pretendido, mostra que naquele momento era preciso que a filha reconhecesse a autoridade do pai tal como este devia reconhecer a rainha. Portanto, somente por meio da eficácia dos laços que atavam os dois se poderia pôr fim às desordens do reino.

Mas, contrariamente ao que a crônica pretende, Aram entende que, se houve alguma súplica de ajuda por parte de Juana a Fernando, no mínimo ela demorou um pouco mais do que a narrativa sugere. Durante algum tempo, a Rainha parece não ter mostrado grande interesse de que seu pai retornasse e administrasse o reino em seu nome. Entretanto, após a sua chegada, ela teria aceitado de bom grado deixar o poder

²⁷⁵ Ela já havia se oposto às políticas de seu marido ainda quando ele estava vivo, imaginando cumprir com a vontade de seus pais. Todavia, essa medida só seria executada quando Fernando voltasse às terras castelhanas alguns meses depois, o que mostra a limitação do poder de Juana. ARAM, Bethany. "Juana 'the Mad's' Signature: The Problem of Invoking Royal Authority, 1505- 1507" In: **The Sixteenth Century Journal**, vol. 29, nº 2, 1998, p. 335.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 339.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 342.

depois de uma longa conversa entre eles, tal como sugere a atitude de obediência de Juana diante das ordens que pensava terem emanado de seu pai.

A instituição familiar, dessa forma, teria sido capaz de operar uma transmissão pacífica do poder entre seus membros. Apesar da morte de Felipe e da sobrevivência de Juana, sua vida pública, em grande medida, morre parcialmente junto com o marido. Dedicando-se a uma vida de recolhimento em Tordesilhas, o governo é salvaguardado pelo seu pai com a promessa de um dia entregá-lo ao neto. A partir da percepção das diferenças naturais entre os sexos, os homens da família liberam a Rainha de ocupar-se com tarefas tão aborrecidas. Apesar de sua mãe ter se mostrado uma exímia governante, Juana não seria igualmente apta para substituí-la como seus parentes masculinos.

Entretanto, por vezes se subestima a importância do retiro de Juana em Tordesilhas. O incômodo contemporâneo com aqueles chefes de Estado que são considerados figuras meramente simbólicas e desprovidas de poder não é operativo para compreender a percepção que se tinha de Juana. Se ela tivesse se mantido no exercício do poder sem as habilidades necessárias para tal, resultando num mau governo para seus súditos, ela poderia ser considerada uma má soberana. Diversamente, é um ato de prudência e sábio sacrifício deixar que outros mais adequados tomem as rédeas do dificultoso ofício que pesa sobre a dignidade régia. O piedoso retiro no qual se acreditava estar a Rainha poderia ser de grande proveito para seu povo, já que através de uma vida disciplinada e contemplativa ela poderia alcançar benesses temporais e espirituais para o corpo social do qual era a cabeça, à semelhança dos monges. Essa foi a imagem que os cronistas espanhóis que viveram depois de sua morte construíram dela, resultando num grande silêncio a respeito dos anos de sua viuvez.

Embora tenha sido breve o tempo em que Juana esteve à frente do governo de Castela, suas ações nesse período demonstram que se guiava por estes princípios: obedecer às disposições de sua mãe no tocante ao governo de Castela e salvaguardar a integridade das suas posses para que fossem transmitidas sem prejuízo ao seu filho Carlos. Apesar de contar menos de trinta anos ao enviuvar, ela recusou qualquer proposta de casamento. O mais curioso não é que o tenha feito, mas que seu pai, Fernando, tenha intermediado e tentado levar a cabo a união dela com Henrique VII da Inglaterra, pese a experiência negativa com o finado genro e a possibilidade que isso tornasse a ocorrer. Ao contrário, prometia a Henrique que, se sua filha concordasse em casar-se com ele, deixaria Castela livre para que ele a governasse como seu marido.

Do ponto de vista da lógica política da nossa contemporaneidade, não deixa de surpreender-nos essas decisões matrimoniais, que facilmente poderiam desqualificá-las com o rótulo de ineficazes do ponto de vista político. Para que a explicação não fique incompleta, é preciso compreender que as razões pelas quais eram tomadas as decisões matrimoniais, assim como as demais decisões políticas, eram as adequadas às circunstâncias daquele momento. O risco de que delas surgissem problemas mais difíceis de resolver não parecem ter imobilizado nenhum dos personagens de que temos tratado até agora.

2. Contenda entre avôs

Depois do breve reinado de onze meses de Juana, Fernando retornou a Castela para “cuidar” do reino, numa atitude amiúde descrita como fruto do zelo paternal que ele tinha pela filha incapacitada. Foram feitas analogias mesmo com o estado enfermo do reino, no qual proliferou a peste durante onze meses, e a inadequação de sua cabeça política. Com a volta de Fernando, a própria peste recuou, temerosa²⁷⁸. O rei também tratou de pôr fim às desavenças que haviam surgido entre os antigos e os novos ocupantes daquelas jurisdições que o genro havia modificado. Depois da morte de Felipe, os antigos ocupantes sentiram-se encorajados a tomar de volta aquilo que haviam perdido por relativamente pouco tempo.

Quanto a Juana, seu recolhimento em Valladolid tinha um propósito. Estava próxima do mosteiro de Miraflores, em que depositara, temporariamente, o corpo de Felipe. A sua vida apartada do mundo e, ao mesmo tempo, na companhia do féretro do marido mostrava a todos que, mesmo após a morte, ela se manteria unida a ele. Apesar das aparentes indiferenças religiosas de Juana, que tanto preocuparam a sua família, propagandeou-se desde muito cedo que seu retiro era de cunho espiritual, para o bem de sua alma e de seu reino²⁷⁹. Segura Graiño questiona se os problemas religiosos de Juana não seriam apenas formas de experimentar a religião que ela havia aprendido em Flandres, a partir da *devotio moderna*, e que causariam estranhamento aos castelhanos²⁸⁰.

²⁷⁸ ARAM, 1998, *op. cit.*, p. 348.

²⁷⁹ SEGURA GRAIÑO, Cristina. “Juana I en Tordesillas” In: **Cuadernos de historia de España**, nº 85-86, 2011-2012, p. 729-721.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 730.

De qualquer forma, durante a viuvez a vida de Juana continuou orientada para a família, decorrência dos compromissos contraídos em seu matrimônio, cumprindo suas obrigações de mãe para com os filhos que ainda tinha que criar e proteger, como de esposa, rezando e mortificando-se pela salvação da alma de seu falecido esposo. Fernando e Catarina, que haviam nascido na Espanha e ali haviam sido criados, ficaram com a mãe durante mais tempo que seus irmãos. Fernando, muito cedo, foi levado para os Países Baixos, o que fez com que Juana se tornasse mais protetora do que o normal com Catarina, a última filha que viveu em sua companhia até 1525²⁸¹. Juana temia pela segurança de seus filhos, e dizia que gostaria de tê-los debaixo de seus olhos, pois “mil males” poderiam acometê-los enquanto andavam pelo mundo²⁸².

É curioso que diversas cartas emitidas pela chancelaria régia na época fossem outorgadas pela voz política da Rainha, mas subscritas ao final com *Yo el Rey*. Considerando que a assinatura tornava presente aquele que assinava, levando mesmo a demonstrações de lealdade como beijar as assinaturas ou colocá-las sobre a testa²⁸³, parece que a assinatura de Fernando bastava no contexto de sua regência em Castela. Como marido de Isabel durante muitos anos, descendente da linhagem Trastâmara e pretendente ao trono castelhano, pode parecer natural que também como pai da Rainha titular não houvesse grandes empecilhos para firmar os documentos régios, ainda que a voz pertencesse a Juana. Essa separação entre pessoa física e pessoa política da Rainha se intensificaria cada vez mais na Espanha, na medida em que o poder régio deixava de ser centrado no monarca e tornava-se compartilhado pelos membros da família real que muitas vezes assumiam as funções do Rei, quanto este precisava de ausentar.

A aceitação de Fernando, entretanto, parece não ter sido unânime. Muitos, insatisfeitos com seu governo, provavelmente os que se haviam beneficiado do fim do governo conjunto dos Reis Católicos, argumentavam que Maximiliano era o candidato mais apto a reger as terras de Castela em nome do neto, Carlos²⁸⁴. O imperador talvez até pretendesse intervir militarmente para exercer o controle, mas suas dívidas não lhe permitiram. Entretanto, permaneceu em contato frequente com o Rei de Aragão, amiúde tratando de assuntos que interessavam a ambos. A ligação familiar entre eles, afinal, remontava às negociações matrimoniais de 1495, e desde aquela data os acontecimentos

²⁸¹ RODRIGUEZ VILLA, *op.cit.*, p. 104-105.

²⁸² *Idem*.

²⁸³ Assim como os diversos momentos em que a corte flamenca insistiu para que Juana assinasse documentos contra sua vontade. ARAM, 1998, *op. cit.*, *passim*.

²⁸⁴ ZURITA, Jerónimo. **Historia del rey Don Fernando el Católico**. Vol II. Zaragoza: Oficina de Domingo de Portonariis y Ursino, 1580, Livro VII, capítulo XXV.

levaram a que suas políticas se tornassem cada vez mais conjuntas, seguindo a lógica da Liga – talvez mais do que planejavam inicialmente. As negociações matrimoniais de Carlos, ora tendendo a um enlace inglês, ora francês, foram pactuadas pelos avós do menino, tão alheio a elas quanto sua mãe.

Uma carta de Fernando para Maximiliano a respeito de uma possibilidade de matrimônio é elucidativa dos motivos que o poderiam gestar. Tendo se casado com Branca Maria Sforza, falecida em 1510, o imperador estava decidido a ter não só influência, mas domínio, sobre o Ducado de Milão. Ao aconselhá-lo nesta matéria, Fernando sugeriu que, uma vez que hesitasse em tomar Milão por armas, que casasse uma de suas netas com o Duque e desse o assunto por encerrado. Pode parecer surpreendente que, mesmo após a situação que Juana vivera em Flandres, ele colocasse o casamento no mesmo nível estratégico de uma conquista militar. Qualquer que tenha sido a lição aprendida pelo matrimônio de seus próprios filhos, Fernando parece ter continuado a acreditar na eficácia dos enlaces para o controle de possessões políticas estrangeiras, coligando-se a eles através do parentesco. Provavelmente, para Fernando, Juana tinha sido incapaz de representar os interesses de seus pais em Flandres, devido aos imprevistos e impedimentos que lhe sobrevieram e aos quais ela não fora capaz de fazer frente, o que não abalou a convicção geral na capacidade de uma noiva exercer grande influência na corte de seu marido.

Coincidentemente, Fernando e Maximiliano sobreviveram às suas primeiras esposas – e também à segunda, no caso de Maximiliano – e governaram os territórios que haviam pertencido a elas. Da mesma forma, prosseguiram com as políticas que se gestaram junto com os matrimônios de seus filhos, mesmo depois do fim dos vínculos matrimoniais com as mortes de Juan e Felipe. Margarida, porém, voltou a casar-se e continuou tendo uma vida política ativa nos Países Baixos durante muito tempo. Sua cunhada, apesar de superior em título, prosseguiu afastada dos afazeres públicos. Independentemente de ter sido uma escolha ou uma imposição, Juana vivia num contexto em que a família Trastâmara-Habsburgo se transformava e se adaptava para que pudesse administrar a multiplicidade de territórios e coroas que se reuniam sob uma única cabeça. Por mais que Carlos fosse o titular de um vasto império, ele sempre dependeu dos membros de sua família para que efetivassem sua autoridade onde corporalmente ele não podia estar.

3. A Rainha e os Rebeldes

Carlos deveria ter assumido o governo de Castela assim que atingisse a idade de quinze anos. Mas, o fato é que, embora Fernando houvesse concordado em substituí-lo por tempo limitado, o neto somente assumiu a coroa da Espanha depois da morte do avô. Em uma carta de 1512, quando se supunha que Carlos já deveria governar o reino, Fernando promete pagar as dívidas que o jovem neto havia contraído em Flandres, ao mesmo tempo em que informa que se manteria no poder em Castela por tempo indeterminado. Aproveitando-se da situação desvantajosa do jovem príncipe, o Rei consegue para si mais alguns anos de governo conjunto de Castela e Aragão.

Em 1516, morre Fernando. Carlos e sua irmã Leonor, que haviam nascido e se criado nos Países Baixos, regressam a Castela para que o jovem príncipe tomasse posse da herança que já tardava em receber. A demora de Fernando em deixar que o neto governasse acabou por contribuir para que a união de Castela e Aragão mudasse de mãos ao mesmo tempo, evitando que se repetisse a separação de 1504. Depois disso, os reinos que formariam a Espanha continuariam a transmitir-se conjuntamente a cada soberano. Portanto, é somente com Carlos I que a união se consolida de fato, apesar do processo ter se iniciado muito antes, com o casamento de seus avós. É claro que a administração, leis, cortes e costumes de cada um dos reinos seriam observados separadamente, não obstante contarem com o mesmo mantenedor da Justiça.

Ao desembarcar em Castela, Carlos rumou para Tordesilhas antes de começar a governar. É muito simbólico que tenha buscado a benção de sua mãe para, então, empreender sua viagem em Castela e Aragão, convocando cortes para que confirmassem seus poderes em cada um dos territórios. Assim como essas cortes representavam a totalidade do reino, a Rainha o representava também enquanto corpo.

Em uma carta que se estima ser do final de 1519, o Marquês de Denia, zelador de Juana, informa a Carlos que ela se queixou de que se lhe havia tirado o Infante Fernando, e só havia ficado com Catarina²⁸⁵. Diz que preferia morrer a perdê-la, já que não tinha outro descanso além de seus filhos depois da morte do Rei, seu marido. Embora outras cartas deste mesmo ano sugiram certa insatisfação de Juana com a situação de reclusão em que vivia, manifestando o desejo de entrevistar-se com os

²⁸⁵ RODRIGUEZ VILLA, *op.cit.*, p. 104-105.

grandes do Reino, de saber do governo e de sair um pouco de Tordesilhas²⁸⁶, jamais desejou um novo matrimônio. Juana parecia resoluta em morrer como viúva de Felipe, e alegre se pudesse ter sob suas vistas os filhos que ele lhe deixou. Vale lembrar que Denia mentia muitas vezes para Juana, dizendo que seu pai ainda estava vivo quando convinha para explicar a Juana certos ordenamentos dos quais ela discordava, o que moldava sua opinião através da obediência; mentia também a respeito das pestes que assolavam Tordesilhas, para justificar o fato de ela não poder sair do palácio nem ser visitada.

Se Denia mentia para a soberana, o fazia com “toda la dilación y buena maña que conviene”²⁸⁷ ao serviço de Carlos. Desta forma, não se tratava de uma traição a ela, mas de um serviço à linhagem reinante e ao bem de seus membros, ainda que para isso tivesse que sacrificar a verdade diante de sua custodiada. Ao que se pode inferir das ações de Juana a partir da correspondência de Denia, a Rainha pensava agir conforme se esperava de uma monarca. O marquês deveria trabalhar para mediar a comunicação entre ela e seus súditos, informando-a a respeito de seu reino e comunicando suas decisões. Uma vez que o marquês apenas fingia cumprir e atender ao serviço dela, a governança que Juana tentava exercer não passava de um teatro aos olhos dos outros, enquanto ela apenas tentava fazer conforme havia sido instruída. Muitas vezes, inclusive, percebia e questionava Denia a respeito das contradições em seu discurso.

Às vezes, se exagera o recolhimento de Juana em Tordesilhas, como se tivesse sido completamente esquecida. Embora talvez tenha sido o caso da família, certamente não era o caso para a grande maioria dos súditos, que estavam acostumados a saber da realeza à distância. Mesmo por parte da família, Juana nunca se viu completamente abandonada; ainda que negligenciada, seus filhos não parecem ter menosprezado a importância de cuidar bem a Rainha para o bem da linhagem e do reino. Tendo colocado a família dos marqueses de Denia a serviço de Juana, acreditava dar o cuidado apropriado a uma rainha, assim como controlando-a para que não estivesse demasiadamente exposta ao público. Juana continuava sem a lealdade de seus serviços, tal como quando seu pai os escolhia e custeava. Entretanto, mais perigoso do que o que a mulher Juana poderia fazer com seus escassos recursos, era a ideia fantástica que seus súditos tinham da filha herdeira de Isabel e última Trastâmara que ainda ocupava o trono em Castela.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 100-101.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 143.

Quando Carlos chegou a Castela, levou não somente sua experiência e reputação estrangeiras, como também os cortesãos flamencos que haviam causado tanto alvoroço na época de seu pai. Assim como Felipe, seu filho era um estrangeiro que estava acostumado a ser governado e governar um pequeno, ainda que importante, ducado nos Países Baixos, e que, embora o reino da Espanha representasse um nível a mais na sua trajetória política, ainda não era seu coroamento final. A coroa imperial que teria que conquistar fazia com que os castelhanos se sentissem como apenas um degrau na escalada de Carlos, a ser pisado e mesmo sacrificado para conseguir o objetivo primordial.

Enquanto estava em Aragão, ainda estabelecendo e confirmando seu instável governo entre os magnatas locais, foi informado da morte de Maximiliano em 1519. Sabia que se seguiria uma eleição para decidir quem seria o novo imperador. Apesar de destacar-se vantajosamente pela consanguinidade direta com o imperador falecido, Carlos ainda teria que submeter-se ao processo de eleição no qual poderiam concorrer outros candidatos. A hereditariedade não lhe garantia a coroa, como em seus outros domínios. Ao viajar para o Norte para providenciar tudo que era necessário para vencer a eleição – como conseguir grandes quantias de banqueiros para convencer alguns eleitores indecisos a votarem nele –, deixou Castela sem ainda ter ganhado a confiança dos súditos, mas afirmando-lhes de que se importaria e respeitaria a Espanha independentemente de quantas outras possessões tivesse.

Ao contrário, sua reputação foi severamente abalada quando se propagandeou que Carlos menosprezava a Espanha, e só se importava com o dinheiro e o poder que ela lhe afiançava no panorama internacional, de onde ele vinha e onde se movimentava politicamente. Ao inserir-se no conjunto dos domínios Habsburgo, os governos espanhóis irremediavelmente teriam suas políticas pensadas em comunidade com as borgonhesas e germânicas. A impressão que as ações de Carlos entre 1519 e 1520 deixavam a muitos era a de que ao invés de políticas pensadas conjuntamente, tratava-se de uma imposição dos interesses imperiais a prejudicar os espanhóis. Também como seu pai, nomeou a um estrangeiro, Alberto de Utrecht, para substituí-lo.

Em princípios de 1520, Denia já precavia Carlos sobre os boatos que corriam em Valladolid e em Medina de que a Rainha estava presa e que havia vozes que defendiam levá-la para uma cidade maior, como a própria Valladolid²⁸⁸. Em julho, estando ausente

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 106.

o Rei, se deflagra o conflito dos *Comuneros* em Castela. A *Junta general* viaja de Ávila para Tordesilhas, à semelhança de Carlos quando chegara na Península Ibérica, para “libertar” a legítima Rainha e conseguir seu beneplácito para ordenar o reino. Demoraram um pouco para encontrar Juana no palácio, já que seus trajes eram muito mais humildes do que esperavam. Não está claro se essa aparente pobreza em que vivia Juana, abaixo dos padrões esperados para a realeza, era imposta por seus tutores ou que ela mesma se impunha como penitência.

Embora Juana tenha hesitado durante alguns dias, de maneira que nem recusava nem aceitava a proposta dos *Comuneros* de desautorizar seu filho e tomar as rédeas do poder, finalmente decidiu defender a legitimidade do governo de Carlos. Abdicando da possibilidade de reinar não só em direito, mas de fato, Juana preferiu assegurar a integridade da herança que havia recebido e que deveria transmitir. No que dependesse dela, o patrimônio familiar seria preservado.

Juana obedeceu ao que sua mãe havia disposto ao permitir que seu filho, já adulto e formado, tomasse o poder, uma vez que ela se via incapacitada. Independentemente da percepção que Juana tinha de si mesma e das suas capacidades, o mecanismo legal de substituição de um monarca por um parente hábil era de grande eficácia para a manutenção da monarquia nas mãos da família, aproveitando-se da flexibilidade limitada que a diferença entre dignidade régia e exercício do poder oferecia.

Depois que as tropas fieis ao Rei sufocaram a revolta das Comunidades, houve mudanças em Tordesilhas. Juana, embora não tenha apoiado os *comuneros*, aproveitou-se de sua revolta para ver-se livre do regime que o Denia lhe impunha e conseguir uma nova configuração doméstica. Nos anos que se seguiram, embora não controlasse totalmente o que se passava em sua casa, conseguiu alguns aliados em sua administração, assim como um pouco mais de liberdade em suas devoções e visitas ao mosteiro vizinho. Todavia, as pequenas conquistas da Rainha se devem ao temor que seus filhos tinham de que a mãe pudesse ser cooptada pelos opositores, ainda que estivesse encerrada num palácio e afastada da corte. Apesar de ter ficado do lado de Carlos no conflito, seria sempre um trunfo que seus inimigos poderiam brandir, se fossem capazes de convencê-la. Para assegurar seu reino, assim como seu pai o fez, seria preciso anestesiar a ameaça silenciosa que Juana lhe oferecia. Dando-lhe o que a satisfazia e impedindo-a de constituir uma força independente, Carlos dava uma vida

suficientemente digna à sua mãe ao mesmo tempo que neutralizava quaisquer possibilidades de ser atacado.

Aram vislumbrou a viuvez como estratégia política de Juana para evitar a introdução de um possível segundo marido na política castelhana. A esse respeito, é possível dizer que os outros membros de sua família não só se amoldaram a essa estratégia, como positivamente perpetuaram e estenderam-na a toda a existência posterior da Rainha. Por sua vez, o marquês de Denia agia com relativa autonomia quanto às questões do cotidiano da casa, pois tinha autoridade para isso. Entretanto, submetia as decisões mais importantes ao Rei, aconselhando-o quanto à solução que lhe parecia mais apropriada, mas sem excessiva presunção no que tangia somente ao seu senhor.

O tratamento dado a Juana por Carlos, quando ascendeu à cabeça da linhagem, contrasta com aquele dispensado a outras parentes. Annemarie Jordan Gschwend entende que, tendo convivido e sido criado pelas mulheres da família desde a infância, Carlos uniu-se fortemente a elas, com mostras de lealdade e benefício à família que ele encabeçava²⁸⁹. Fosse através das uniões matrimoniais que ele lhes concertava, fosse colocando-as em posições de autoridade em seu nome, Carlos recorreu continuamente a sua tia Margarida, suas irmãs Leonor, Maria e Catarina, e mesmo a sua filha Juana para levar a cabo as políticas dos Habsburgos. Margarida e Maria governaram os Países Baixos em nome de Carlos, sendo que a última ocupou essa posição durante vinte anos²⁹⁰. Mesmo quando suas irmãs estavam unidas em matrimônio a outros monarcas, mantinham firme atenção às diretrizes de Carlos e inteiravam-no de todos os detalhes das cortes em que residiam, alimentando e potencializando sua rede familiar através da Europa²⁹¹. O *pater familias*, por sua vez, empenhava-se em causas que beneficiariam as mulheres que o ajudavam. Até quando tomava secretamente recursos do tesouro de sua mãe, o fazia em prol de outros interesses da família, como o de compor o enxoval de Catarina²⁹².

Manter sua mãe recolhida em Tordesilhas foi uma escolha deliberada, para os interesses da dinastia à sua maneira. As responsabilidades de Carlos para com suas

²⁸⁹ GSCHWEND, Annemarie Jordan. “Como padre de todos nos: la relació de l’Emperador Carles V i les seues germanes”. In: RÍOS LLORET, Rosa; VILAPLANA SÁNCHEZ, Susana. **Germana de Foix i la societat cortesana del seu temps**. València: Generalitat Valenciana, 2006.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 95. Talvez a confiança de Carlos em Margarida se devesse a ela tê-lo criado, ao invés da mãe.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 96.

²⁹² *Idem*.

irmãs não eram as mesmas relativas à mãe. Ele agia como um pai para as outras mulheres, mas não para a mãe. Ele lhe dispensava os cuidados necessários, mas não hesitava em se apossar de seu tesouro e transportá-lo para onde outras necessidades urgissem.

4. O legado da rainha louca de amor

Pintores do século XIX influenciados pelo historicismo prestavam muita atenção aos detalhes históricos das cenas que construía, como roupas, cenários, objetos de época. Para eles, a loucura de Juana era tão histórica quanto os demais aspectos da imagem, e era representada com contrastes fortes. Na pintura a seguir, retrata-se uma tentativa fracassada de entreter a rainha, pois Juana nem parece notar os músicos que tocam em sua presença. A tragédia da cena é intensificada quando se recorda que um dos maiores prazeres de Juana era a música. A aia, apenada, olha para sua senhora sentada no chão, inconsciente de sua dignidade. É preciso lembrar que essas imagens eram expostas ao lado de outras que ilustravam a história dos grandes personagens da Espanha. Para cada Juana lamuriosa, havia uma grandiosa Isabel, a Católica, ou um Felipe II triunfante.

Figura 20 - *Escena musical o Juana la Loca en Tordesillas*, de Vicente Palmaroli y González



Óleo sobre tela. Museu do Prado, 1884-1885, 78 cm x 109 cm. Disponível em:

<https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/doa-juana-la-loca/6aef7549-f1bb-4e5a-a144-13930572f987> Acesso em: 03 fev 2018.

Como se pode observar, os anos de reclusão da rainha em Tordesilhas serviram de inspiração para muitas representações. Os elementos comuns entre elas são o isolamento e o alheamento de Juana, somados à apatia, e à comiseração daqueles que são obrigados a partilhar a cena. No início do século XX, ainda se podem constatar tais características, como em outro quadro, a seguir, de Francisco Pradilla.

Figura 21 - *La reina doña Juana la Loca, reclusa en Tordesillas con su hija, la infanta doña Catalina*, de Francisco Pradilla



Museu do Prado, 1906, 85 cm x 146 cm. Disponível em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/la-reina-doa-juana-la-loca-recluida-en/2687023e-7056-4290-babf-8b2879f07827> Acesso em: 03 fev 2018.

Neste quadro mais tardio, o autor trocou o ambiente externo de sua obra premiada por outro que, embora seja menos solene, talvez seja mais trágico. Nele, o ambiente é mais precário que o anterior, pois se passa no que supomos ser uma sala bastante desarrumada do Palácio de Tordesilhas. As aias da rainha parecem não se importar com a bagunça, como se fosse perda de tempo tentar arrumá-la.

Acima da lareira, pende o brasão dos Trastâmaras. Embora a família reinante fosse Habsburgo, tal condição devia-se ao casamento de Juana e, por conseguinte, o herdeiro Carlos era descendente direto dos Trastâmaras. Entretanto, esse nome estaria fadado a sobreviver apenas durante o tempo de vida de Juana. Embora o brasão simbolizasse o direito da ascensão de Carlos ao trono espanhol, estaria esquecido em seu próprio tempo, insistindo em não morrer como a própria Rainha.

No chão, alguns objetos parecem ser brinquedos de Catarina. O boneco de um cavaleiro ficou imóvel numa posição de luta, enquanto uma boneca ricamente vestida está caída no chão com os braços para cima, como quem pede socorro. Teria o pintor feito uma referência ao casamento de Juana e Felipe? Na ponta da lança, pende uma coroa. Talvez fosse a coroa que Felipe usurpou de uma Juana incapaz de reagir.

A expressão enigmática de Juana atrai o olhar do espectador. Ela parece solicitar ajuda, mas sem esperanças. A filha não é capaz de distraí-la de seu estado deprimido, no qual a rainha já não parece controlar nada. As múltiplas figuras religiosas chamam a atenção. O autor poderia estar dizendo que Juana vivia num ambiente religioso, ou que, por mais que tentassem induzi-la à sanidade através da espiritualidade, não era eficiente. A condição torta ou borrada dos objetos religiosos corrobora esse pensamento. A senhora de verde, no fundo, reza o terço. Finalmente, Juana está presa como o passarinho na gaiola, e no caso dela a prisão física parece ser menos dolorosa do que a espiritual.

Em outra pintura, a religiosidade problemática de Juana vem à tona com a tentativa de saná-la com um exorcismo. O afastamento do trono, que era seu por direito, ficava devidamente justificado com a sua incapacidade de se comportar de forma ortodoxa. Entretanto, o espectador é chamado a sentir pena da rainha, sem culpá-la, uma vez que ela estava possuída ou demente.

Figura 22 – Exorcismo de Juana la Loca, de Willem Geets



Museu Real de Belas Artes da Antuérpia, 1876. Disponível em: http://wiki.cultured.com/people/Willem_Geets/. Acesso em: 05 dez 2017.

Juana foi a Rainha da Espanha que, por direito, reinou por mais tempo. Entretanto, não é comum que se lhe atribua esse recorde. Os anos de sua viuvez, passados longe da corte, não costumam contar para a história do Estado espanhol, pois normalmente conta-se que o poder foi transmitido dos Reis Católicos para Felipe, deste para Fernando, e deste para Carlos. Mesmo o discurso dos *Comuneros* é classificado como rebeldia ao poder legítimo, rechaço que é convalidado pelo apoio de Juana ao filho.

Uma das principais mudanças operadas durante a transição dos Trastâmaras para os Habsburgos foi o que Bethany Aram entendeu como compartilhamento do poder monárquico²⁹³. Durante a monarquia de Isabel o poder régio havia sido exercido de maneira pessoal e física pela presença da monarca, através de sua corte itinerante pelo reino e do monopólio do poder que lhe competia sob suas próprias mãos. Por sua vez, o período de Juana, Carlos, Felipe, com suas diversas regências exercidas por consortes, tias e filhos, transformou a monarquia em um sistema gerido coletivamente pelos membros secundários através do uso cada vez mais frequente das substituições régias, dado que se expandiu o alcance dos territórios reunidos sob uma mesma cabeça política, fisicamente incapaz de estar presente em todos eles.

Além disso, os anos de recolhimento de Juana teriam inspirado seus sucessores a fazerem o mesmo. Seu filho Carlos, depois de abdicar do exercício do poder pouco tempo após a morte da mãe, também se recolheu próximo ao Mosteiro de Cuacos de Yuste. Já Felipe II, seu filho, institucionalizou o recolhimento periódico a partir do momento em que estabeleceu que passaria, juntamente com a sua corte, três meses por ano no complexo monasterial de San Lorenzo del Escorial. Este mosteiro se transformou em panteão da família e lugar de retiro para o monarca, aliando o poder que faltara à sua avó à reclusão monástica que a mistificou.

Juana, ao contrário de suas filhas e de sua cunhada, é chamada a contribuir para a dinastia afastando-se do palco do poder e representando o papel de uma viúva recolhida. Ironicamente, o recolhimento de Juana, que tentaram fazer passar por um piedoso retiro, acabou por trazer diversas preocupações de ordem espiritual à sua família. Embora se mantivesse como frequente patrona do Mosteiro das Clarissas

²⁹³ ARAM, 2005, *op. cit.*, 163-171.

próximo a seu palácio²⁹⁴, participando e ajudando a organizar os eventos na Igreja, Juana tinha práticas religiosas que não correspondiam às expectativas castelhanas. Essas práticas preocuparam seus filhos e netos até o fim de sua vida, de forma que muitas vezes a saúde espiritual da Rainha ocupava mais assuntos nas cartas trocadas entre seus filhos e seus tutores do que sua saúde física, que foi relativamente boa e longa. Isso, é claro, se excetuarmos sua saúde mental, que não deixava de ser parcialmente englobada pelo espiritual. Embora tenham se esforçado por criar uma imagem exemplar da Rainha, centrada na devoção de uma viúva mortificada para o mundo terreno, passaram-se décadas até que os filhos de Juana ouvissem notícias positivas de seus confessores, embora quase sempre seguidas de opiniões contrárias. No fim de uma longa lista de confessores, o último confessor de Juana, Frei Luis de la Cruz, acabou abandonando Tordesilhas sem qualquer expectativa de conseguir mudar a posição da Rainha²⁹⁵.

Do ponto de vista material, a viuvez de Juana significou a estagnação de suas posses aos níveis que se registravam em 1509. Tendo sofrido pouca alteração nos anos seguintes – alterações que, quando ocorriam, tendiam à diminuição –, até mesmo os salões e câmaras em que Juana vivia não acompanharam as mudanças de estilo, contribuindo para que ela dificilmente sentisse que o tempo passava²⁹⁶. No inventário de seus bens *post mortem*, nota-se como eram velhas todas as suas peças²⁹⁷. É importante notar, porém, que o estado dos objetos que pertenceram a Juana não impediu que eles fossem devidamente reificados de forma positiva por seus descendentes. Embora Carlos V tenha enviado livros, pinturas devocionais e outros objetos de sua falecida mãe para Simancas, Felipe II os recuperou em 1559 e os expôs com o intuito de atestar sua legitimidade como sucessor e herdeiro também dos Trastâmaras²⁹⁸. Assim, aquele colecionismo de objetos que cultuava a linhagem, e que Gschwend observou nos Habsburgos, não tinha como objetivo se sobrepor às demais que se lhe haviam somado por matrimônio²⁹⁹, mas as celebrava quando era conveniente.

A biblioteca de Juana, que continha muitos títulos que viriam a ser incluídos no *Index* após a sua morte, nada mais era do que uma coleção de livros que haviam sido populares entre a aristocracia antes de que a rainha se encerrasse. Com o tempo, muitos

²⁹⁴ SEGURA GRAIÑO, Cristina. “Utilización política de la imagen de la Reina Juana I de Castilla” In: AMADOR CARRETERO, P.; RUIZ FRANCO, R. **Representación, construcción e interpretación de la imagen visual de las mujeres**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2003, p. 189.

²⁹⁵ GONZÁLEZ GARCIA, *op. cit.*, p. 164.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 164.

²⁹⁷ *Idem*.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 168.

²⁹⁹ GSCHWEND, *op. cit.*, p. 99.

deles foram condenados pelas autoridades eclesiásticas, de forma que alguns historiadores aplicassem a condenação em retrospectiva para confirmar a veia herética da Rainha. A verdade parece ser menos escandalosa: Juana, ainda que envelhecesse corporalmente, conservou-se naquela atmosfera de quando enviuvou. Conforme pressagiara Pedro Mártir de Anglería, em 1509, Juana passaria o resto de sua vida no Palácio de Tordesilhas, “contenta en su soledad saturnia”³⁰⁰.

Segundo o relato do Doutor Santa Cara ao Imperador quando Juana morreu em 1555, a Rainha já vinha experimentando debilidades físicas desde certo tempo³⁰¹. Ao contrário do marido, sua morte vinha sendo aguardada e preparada. Dois anos antes da morte, Juana sofria com a falta de movimento da metade inferior do corpo. Ao que tudo indica, a paciente era tão difícil para os doutores físicos quanto para os espirituais. Assim como muitas vezes havia se esquivado de confessores nos quais não confiava, ou impedido celebrações litúrgicas que lhe desagradavam por qualquer motivo, também reclamava e rechaçava certos tratamentos que lhe ofendiam a dignidade³⁰². Não consentia em remédios ou sangrias, deixando pouca margem de ação para quem pretendia curá-la. Em seus últimos dias, o Doutor Santa Cara precisava observar a condição fisiológica da Rainha escondido, enquanto ela se banhava, pois é provável que considerasse uma falta contra a modéstia mostrar-se nua a um homem que não fosse seu marido³⁰³.

Alguns historiadores afirmam que Juana morreu sem confissão; entretanto, o relato do Doutor Santa Cara afirma que ela fez confissão geral, e morreu como boa cristã. De qualquer forma, enfatiza-se que a rebelde Juana, ao final de sua vida, teria reconhecido ter ofendido a Deus, lhe pedido perdão de tudo que fizera, e “protestó de morir en su Santa fé católica”. O triunfo final da religião era essencial para arrematar piedosamente o fim da vida terrena da rainha, que a partir de então seria sempre citada como estando na “santa glória”.

Juana faleceu em fevereiro de 1555. No mesmo ano, Carlos reuniu os Estados Gerais dos Países Baixos e transmitiu o governo a seu filho Felipe. Pouco tempo depois, no início de 1556, transferiu-lhe também o governo da Espanha, das colônias e das possessões italianas. Também manifestou aos eleitores sua pretensão de passar o trono imperial a seu irmão, Fernando, a quem deixou os direitos dos Habsburgos no Império.

³⁰⁰ GONZÁLEZ GARCIA, *op. cit.*, p. 180.

³⁰¹ RODRIGUEZ VILLA, *op. cit.*, p. 159.

³⁰² *Ibidem*, p. 159-161.

³⁰³ *Ibidem*, p. 159.

A sucessão imperial só se oficializou com o voto dos eleitores em 1558, mas em 1556 Carlos já havia viajado para a Espanha para passar seus últimos anos de vida de maneira semelhante à sua mãe.

A sequência dos eventos não deve ser mera coincidência. Embora Juana já estivesse há alguns anos incapacitada até mesmo de andar, Carlos esperou que sua mãe morresse para transmitir o governo da Espanha a seu filho. Tendo conhecido como a lealdade dos súditos pode ser cambiante quando há mais de um pretendente ao trono, ele esperou o falecimento da mãe para também ele descansar dos assuntos políticos. Mesmo ao morrer, Juana contribuiu para a estabilização dos Habsburgos na Península Ibérica, ao levar para o túmulo de uma vez por todas o nome dos Trastâmaras.

CONCLUSÃO

Após a análise dos documentos e da historiografia selecionados para responder as perguntas que guiaram a pesquisa, espera-se apresentar algumas conclusões auferidas da reflexão que se foi desenvolvendo ao longo da dissertação sobre a eficácia do matrimônio em uma perspectiva política, mais precisamente com base no enlace de Juana de Trastámara com Felipe de Habsburgo.

No intuito de responder à pergunta que originou, portanto, o objetivo do trabalho, consideramos primordial averiguar a elaboração legal e o planejamento do casamento. À luz da teologia tomista e da tradição jurídica castelhana, explicitaram-se os conceitos usuais da época a respeito dos objetivos e da função social do matrimônio. Conjuntamente, apuraram-se os objetivos secundários da boda, de caráter eminentemente político.

Concluiu-se que o objetivo primário do matrimônio era a união de um homem e uma mulher para a geração de filhos, do que decorriam todos os outros objetivos secundários. O matrimônio fundava a família, perpetuando a linhagem e constituindo o casal como uma instituição jurídica que permitia à esposa compartilhar o estado do marido. Dessa maneira, o matrimônio deveria complementar o patrimônio, dividindo as diferentes funções atribuídas ao pai e à mãe, ainda que ambas cooperassem para o bem comum da família.

Os valores de amizade, parentesco, liga e confederação expressados diversas vezes nos contratos de matrimônio são, assim, princípios que deveriam guiar a relação entre as famílias Trastámara e Habsburgo ao longo das vicissitudes da política. Embora o contrato determinasse que ambas as famílias deveriam amparar-se militarmente nas questões da França e da Itália, o princípio de liga continuaria válido mesmo que o xadrez político se revertesse no futuro.

De antemão sabíamos que encontraríamos uma discrepância entre a experiência do matrimônio de Felipe e Juana com relação aos objetivos estatuídos em seus contratos de casamento. Por isso, ao analisar esses elementos, buscamos explicitar a característica circunstancial da sua produção, assim como os termos-chave que possibilitavam uma elasticidade na sua interpretação futura.

Sem querer subverter o valor negativo atribuídos a muitos imprevistos, especialmente aos olhos dos Trastámaras, não encontramos qualquer insinuação de que se arrependeram ou que quisessem anular a boda. Ao contrário, Isabel tentou, até a

morte, conseguir que a filha se tornasse capaz de agir politicamente através de sua condição privilegiada de esposa de Felipe. Fernando, por sua vez, continuou a negociar e arranjar matrimônios para seus dependentes da mesma maneira que fizera com sua filha Juana. A lógica dos matrimônios políticos mostra-se, assim, plena de sentido aos olhos das pessoas da época, inabaláveis diante das contradições e imprevistos. Frente aos desafios que o modelo sofria, os reis procuravam outras maneiras pelas quais aquelas políticas pudessem efetivar-se.

Em face dos planos explicitados no Capítulo 1, procuramos demonstrar os elementos de eficácia matrimonial na vida de Felipe e Juana ao longo do Capítulo 2. Mais do que verificar quais pontos do acordo foram seguidos e quais não, observamos com que maleabilidade os personagens e as instituições adaptavam-se às circunstâncias políticas imprevisíveis, usando de seus acordos anteriores para tentarem manobrá-las a seu favor. A fertilidade do casal, que lhes proveu de seis filhos saudáveis, merece destaque como conquista de um dos objetivos principais do matrimônio. As implicações que as gestações bem-sucedidas de Juana tiveram para a política espanhola e imperial vão desde esforços militares conjuntos entre os reis da Espanha e o Imperador para resolverem questões urgentes na Península Itálica e no reino da França até a fusão total dos domínios de ambas as famílias sob uma mesma cabeça.

Finalmente, após a morte de Felipe, observou-se que o matrimônio oficialmente dissolvido continuou a desempenhar um papel importantíssimo na vida da rainha viúva. O luto soleníssimo e duradouro preservou Juana de novos enlaces, o que permitiu que o Rei Católico controlasse os reinos espanhóis com mais exclusividade do que havia feito até então, dando continuidade ao projeto de união dos reinos iniciado com seu próprio casamento. O afastamento de Juana, atribuído a seu estado mental, não deixou de ser também justificado como um recolhimento adequado a uma viúva que velava o finado marido. A proximidade física do palácio real de Tordesilhas do mosteiro de Santa Clara, onde descansavam os restos mortais de Felipe, mantinha viva sua memória e validava o compromisso espiritual da monarca.

É delicado falar sobre uma figura tão obscura como a de Juana, recolhida em Tordesilhas, tendo em vista a facilidade de explicar seu afastamento da política como um movimento estratégico da família para poupar a mãe enferma e não deitar a perder a ordem em seus domínios. Não é o intuito deste trabalho discutir a demência de Juana, e entende-se que a questão continua sendo assunto de debates onde se enfrentam opiniões muito diversas. Entretanto, é seguro dizer que houve esforços deliberados da família

para manter Juana afastada do poder, muitas vezes contra a sua vontade, e que para isso valeram-se publicamente dos comportamentos habituais atribuídos a uma viúva.

A rede parental feminina, à qual Carlos V recorreu tantas vezes para administrar seus vastos domínios, parece abarcar a todos os seus parentes próximos, exceto sua mãe. Suas irmãs, filhas, sua tia Margarida e principalmente sua esposa foram muito ativas politicamente, em contraste com a única rainha titular da família. Se os defensores da enfermidade mental de Juana estiverem certos, a sua preservação da política foi de grande eficácia para não perturbar o funcionamento da monarquia, discretamente separando o poder efetivo da dignidade régia. Este processo acentuou-se quando Carlos V reuniu mais domínios do que era capaz de administrar pessoalmente, delegando autoridade a seus familiares para que atuassem como regentes.

Mesmo quando se levantaram as vozes dos *comuneros* para reivindicar o poder efetivo para a rainha Juana, mostrando que nem todos estavam convencidos da legitimidade de seu afastamento, o esforço acaba sendo em vão, uma vez que a própria monarca defende e legitima o governo à distância do filho. Mesmo depois da demonstração da lealdade da mãe, Carlos continua a mantê-la ilhada. Juana foi fiel aos propósitos matrimoniais de contribuir para o bem e aumento das posses e riquezas da família, ainda que à custa de sua própria vida política.

Imagens contrastantes de Juana emergem do confronto entre as fontes primárias, e destas com a historiografia. Se é verdade que Juana amava a solidão e o silêncio, comportando-se de maneira pouco sociável, também é verdade que ela tentou influenciar seu marido politicamente, que deu ordens contrárias às dele e que solicitou encontros com membros importantes do governo castelhano enquanto estava em Tordesilhas. O fracasso das suas tentativas, porém, foi o sucesso e a eficácia dos planos de outros para vencê-la.

A eficácia do matrimônio de Juana e Felipe na política, portanto, precisa ser entendida acima dos valores nacionais que tantas vezes lamentaram a inserção da nascente Espanha na rede estrangeira dos Habsburgos, que a subjugavam. O matrimônio foi um conjunto de sucessos e fracassos parciais, que até mesmo causaram atritos entre parentes, mas que mantiveram a paz entre eles, conforme era esperado em razão dos laços de parentesco. Incorporar a política ao foro familiar era sempre uma vantagem, a despeito do preço alto que tal aliança poderia cobrar mais tarde.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Primárias

AGS, PTR, LEG 27, DOC. 40.

AGS, PTR, LEG 30, DOC. 2.

AGS, PTR, LEG 56, DOC. 2,1.

AGS, PTR, LEG 56, DOC. 16.

AGS, PTR, LEG 56, DOC. 17.

ALFONSO X. **Las Siete Partidas**. Madri: Compañía General de Impresores y Libreros del Reino, 1843.

Bíblia Sagrada. São Paulo: Ave-Maria, 2009.

GACHARD, Louis-Prosper. **Collection des Voyages des Souverains des Pays-Bas**. Tom. I. Bruxelas: Comission Royale d'Histoire, 1876.

MARTEL, Jerônimo. **Formas de celebrar Cortes en Aragón**. Zaragoza: Diego Dormer, 1641.

MAXIMILIANO I; TREITZSAURWIEN, Marx. **Der Weiß Kunig**. Viena: Joseph Kurzböch, 1775.

MONTALVO, Alfonso Dias de. **Ordenanzas reales de Castilla o Libro de las leyes**. Três compañeros alemanes, 1495.

SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.). **Coleccion de documentos inéditos para la Historia de España**. Tomos VIII, XIII, XIV, XXXIX. Madri: Viuda de Calero, 1846-1861.

Coplas hechas sobre el casamiento dela hija del Rey despaña con el hijo del emperador duque de bergoña conde de flandes archiduque de autarixa. Imprensa de Fadrique Biel da Basileira, 1496. Original na Biblioteca Nacional de Espanha.

PULGAR, Fernando del. **Crónica de los Reyes Católicos**. Vol. II. Granada: Marcial Pons, 2008.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Trad. de Alexandre Corrêa. Porto Alegre: Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. Vol. X. Daqui em diante, ST.

ZURITA, Jerónimo. **Historia del rey Don Fernando el Católico**. Vol II. Zaragoza: Oficina de Domingo de Portonariis y Ursino, 1580.

2. Bibliografía

AMADOR CARRETERO, P.; RUIZ FRANCO, R. **Representación, construcción e interpretación de la imagen visual de las mujeres**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2003.

ARMSTRONG, Edward. **Elisabeth Farnese: The Termagant of Spain**. Longmans & Company, 1892.

ALTAYÓ, Isabel; NOGUÉS, Paloma. **Juana I: La reina cautiva**. Madrid: Silex, 1985.

ARAM, Bethany. "Juana 'the Mad,' the Clares, and the Carthusians: Revising a Necrophilic Legend in Early Habsburg Spain" In: **Archiv für Reformationsgeschichte**. Volume 93, 2002.

ARAM, Bethany. **Juana the Mad: Sovereignty & Dynasty in Renaissance Europe**. Baltimore: John Hopkins University, 2005.

ARAM, Bethany. **Juana, the Mad: Sovereignty and Dynasty in Renaissance Europe**. Johns Hopkins University Press, 2005

ARAM, Bethany. "Queen Juana: Legend and History". In: **Juana of Castile: History and Myth of the Mad Queen**. Associated University Presse, 2008.

ARAM, Bethany. "Juana 'the Mad,' the Clares, and the Carthusians: Revising a Necrophilic Legend in Early Habsburg Spain" In: **Archiv für Reformationsgeschichte**, vol. 93, 2002.

BELTRÁN, María Tereza Lopes. **Em los márgenes del matrimonio: transgresiones y estrategias de supervivencia em la sociedad bajomedieval castellana**. In: *La familia em la Edad Media: XI Semana de Estudios Medievales*. Logroño: Gobierno de la Rioja, 2001.

BLACK, Henry Campbell. **Law Dictionary**. Saint Paul: West Publishing Co., 1968.

CADENAS Y VICENT, Vicente. **Carlos V: miscelánea de artículos publicados en la revista "Hidalguía"**. Madri: Hidalguia, 2001.

CASAS, Q. "Juana la Loca: otra película de Vicente Aranda sobre celos y tormentos amorosos" in: **El Periódico: Agenda**, 30 Sep. 2001.

CASTRILLO, Manuel Ángel Bermejo. **Transferencias patrimoniales entre los cónyuges por razon del matrimonio em el derecho medieval castellano**. In: **La familia em la Edad Media: XI Semana de Estudios Medievales**. Logroño: Gobierno de la Rioja, 2001.

CAUCHIES, Jean-Marie. **Philippe le Beau**: Le dernier Duc de Bourgogne. Turnhout, 2003.

COELHO, Maria Filomena. Serviço e benefício: relações e redes sociais na tradição ibérica. In: MACEDO, José Rivair.. (Org.). **A Idade Média portuguesa e o Brasil**: reminiscências, transformações e ressignificações. Porto Alegre: Vidrágua, 2011, p. 145-156.

DE JONGE, Krista; GARCÍA GARCÍA, Bernardo; ESTEBAN ESTRÍNGANA, Alicia. **El Legado de Borgoña**: Fiesta y Ceremonia Cortesana en la Europa de los Austrias (1454-1648). Madri: Marcial Pons, 2010.

DESCOUSU, Celse-Hugues. **Reportorio Universal de todas las leyes destos Reynos de Castilla**. Medina del Campo: Juan Maria da Terranova e Iacome de Liarcari, 1553.

DUBY, Georges. **El caballero, la mujer y el cura**: el matrimonio en la Francia feudal. Tradução de Mauro Armiño. Madri: Taurus, 1988.

DUQUE DE BERWICK Y ALBA. **Correspondencia de Gutierre Gomes de Fuensalida**. Madri: 1907.

FAGEL, Raymond. "Juana y Cornelia: Flamencos em la corte de Juana la Loca em Tordesillas". In: **El tratado de Tordesillas y su época**: Congreso Internacional de Historia. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1995.

FAVIER, Jean. **Louis XI**. Paris: Fayard, 2001.

FERNANDES, Marcos Vinícius Marinho. **Ayuntamiento de Reyes**: representações políticas do matrimônio de Juana e Felipe de Castela (séculos XV-XVI). Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

FERNANDÉZ ÁLVAREZ, Manuel. **Juana la Loca**: La cautiva de Tordesillas. Palencia: Diputación Provincial de Palencia, 1994.

FRANQUELO, Ramon. **Doña Juana la Loca**, drama histórico. Madrid: J. González y A. Vicente, 1848.

FOUZ-HERNANDES, Santiago; MARTINEZ-EXPÓSITO, Alfredo. **Live Flesh**: the male body in contemporary Spanish cinema. I.B. Tauris, 2007.

FUENTE, D. Vicente de la. **Doña Juana la Loca, vindicada de la nota de herejía**. Madri: Imp. D. Dubrull, 1870.

GARCÍA-GALLO Y DE DIEGO, Alfonso: "Las bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en África e Indias". In: **Anuario de Historia del Derecho español**, 1958.

GAUDEMET, Jean. **El matrimonio en Occidente**. Madri: Taurus, 1987.

GIMENEZ, José Carlos. “Alianças matrimoniais como estratégias políticas na Península Ibérica”. In: GUIMARÃES, Marcella; FRIGHETTO, Renan (coord.). **Instituições, poderes e jurisdições: I Seminário Argentina-Brasil-Chile de História Antiga e Medieval**. Curitiba: Juruá, 2007.

GÓMES, María; JUAN-NAVARRO, Santiago; ZATLIN, Phyllis (org.). **Juana of Castile: History and Myth of the Mad Queen**. Associated University Presse, 2008.

GROSSI, Paolo. **A Ordem Jurídica Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GSCHWEND, Annemarie Jordan. “Como padre de todos nos: la relació de l’Emperador Carles V i les seues germanes”. In: RÍOS LLORET, Rosa; VILAPLANA SÁNCHEZ, Susana. **Germana de Foix i la societat cortesana del seu temps**. Valencia: Generalitat Valenciana, 2006.

IONGH, Jane de. **Margaret of Austria: Regent of the Netherlands**. New York: Norton, 1953.

JAPIASSU, Yohanna. **A Princesa de muitos noivos: os acordos matrimoniais de Isabel, a Católica** (Monografia de conclusão de curso). Brasília: UnB, 2017.

KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei: um estudo de teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOENIGSBERGER, Helmut Georg. **Monarchies, states generals and parliaments: the Netherlands in the fifteenth and sixteenth centuries**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

KOHLER, F.; EDELMAYER, F. (eds.), **Hispania-Austria: Los Reyes Católicos, Maximiliano I y los inicios de la Casa de Austria en Espana**. Viena e Munique, 1993.

LAUWERS, Michel. **Naissance du cimetière: lieux sacrés et terre des morts dans l’Occident médiéval**. Paris: Aubier, 2005.

MORANT, Isabel (dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina: de la Prehistoria a la Edad Media**. Madri: Cátedra, 2005

NIETO SORIA, José Manuel (dir.). **Orígenes de la monarquía hispánica: propaganda y legitimación, ca. 1400-1520**. Madri: Dykinson, 1999.

OLIETE-ALDEA, Elena, ORIA, Beatriz. **Global Genres, Local Films: The Transnational Dimension of Spanish Cinema**. Bloomsbury, 2015.

ORELLANA, Francisco José. **La Reina loca de amor**. Madri: Librerías de Leon Pablo Villaverde, 1860.

PASTOREAU, Michel. **Red: The History of a Color**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

PÉREZ, Fernando Martín. “A comparative history about the nature of the riots in the crown of Castile and county of Flanders in the late Middle Ages”. In: **Anales de Historia Medieval de la Europa Atlántica**. Santander: Ministério de Economía y Coompetitividad, 2015, nº 2.

PFANDL, Ludwig. **Juana la Loca: su vida, su tiempo, su culpa**. Madri: Espasa-Calpe S.A., 1977.

PRUDENTE, Luísa Tollendal. **Perspectivas da normatização do casamento na Castela afonsina: uma leitura das Siete Partidas** (Dissertação de Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF, 2015.

RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. **Bosquejo Biográfico de la Reina Doña Juana**. Madrid: Aribau, 1874.

RUBIO, Ana Martos. **Historia medieval del sexo y del erotismo: La desconocida historia de la querrela del esperma femenino y otros pleitos**. Nowtilus, 2010.

SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.). **Coleccion de documentos inéditos para la Historia de España**. Tomo VIII. Madri: Viuda de Calero, 1846.

SÁNCHEZ COLLADA, Teresa. La dote matrimonial en el Derecho castellano de la Baja Edad Media. Los protocolos notariales del Archivo Histórico Provincial de Cuenca (1504-1507). **Espacio, tiempo y forma**. Serie III, Historia medieval, nº 29, 2016.

SANS Y RUIZ DE LA PEÑA, Nicomedes. **Doña Juana I de Castilla, la reina que enloqueció de amor**. Madri: Biblioteca Nueva, 1942.

SEGURA GRAIÑO, Cristina. “Juana I de Princesa a Reina de Castilla, 1502-1509”. In: **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, Nº 26, 2005.

SEGURA GRAIÑO, Cristina. “Juana I en Tordesillas” In: **Cuadernos de historia de España**, nº 85-86.

SEGURA GRAIÑO, Cristina. “Utilización política de la imagen de la reina Juana I de Castilla.” In: AEIHM. **Representación, construcción e interpretación de la imagen visual de las mujeres** (colóquio internacional). 2003.

SMITH, Paul Julian. “Patrimonio español, cine español. El extraño caso de Juana la Loca”. In: **Res publica**, 13-14, 2004.

SOUZA, Dayane Faria de. **O Coração do Corpo: Uma análise do modelo matrimonial nas Siete Partidas, de Alfonso X (séc. XIII)** (Monografía de conclusão de curso). Brasília: UnB, 2016.

TAMAYO Y BAUS, Manuel. **La locura de amor**. Madri: F. Ahlonzo, 1855.

ZALAMA, Miguel Ángel (ed.). **Juana I de Castilla: de su reclusión en Tordesillas al olvido de la historia**. Valladolid: Grupo Página, 2006.

ZALAMA, Miguel (dir.) **Juana I en Tordesillas**: su mundo, su entorno. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2010.

ZALAMA, Miguel Ángel; VANDENBROECK, Paul (ed.). **Felipe I el Hermoso**: la belleza y la locura. Madrid: CEEH, 2006.

ZALAMA, Miguel. **Juana I**: arte, poder y cultura en torno a una Reina que no gobernó. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2010.

Declaração de Autenticidade

Eu, Marcos Vinícius Marinho Fernandes, declaro para todos os efeitos que a dissertação intitulada "A Louca e o Belo: a eficácia do casamento político entre Juana de Trastâmara e Felipe de Habsburgo (séc. XV-XVI)" foi integralmente por mim redigida, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro programa de Pós-Graduação e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 25 de maio de 2018

Marcos V. M. Fernandes
